



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

A DINÂMICA URBANA E A INSERÇÃO NA ECONOMIA REGIONAL: O CASO DE ARACAJÚ (1970-2005)

Elmer Nascimento Matos

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Wilson Cano.

*Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por **Elmer Nascimento Matos** em 11/09/2009 e orientado pelo Prof. Dr. Wilson Cano.*

CPG, 11/09/2009

A handwritten signature in blue ink is written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be the name of the author, Elmer Nascimento Matos.

Campinas, 2009

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

M428d	Matos, Elmer Nascimento. A dinâmica urbana e a inserção na economia regional : o caso de Aracaju (1970-2005) / Elmer Nascimento Matos. – Campinas, SP: [s.n.]. 2009.
	Orientador : Wilson Cano. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
	1. Economia regional. 2. Economia urbana. 3. Desenvolvimento econômico - Aracaju. I. Cano, Wilson. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto	de Economia. III. Título.
	09-028-BIE

Título em Inglês: Urban dynamics and regional economy insertion: the case of Arcaju (1970-2005)

Keywords : Regional economy ; Urban economy ; Economic development - Aracaju

Área de concentração : Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação : Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora : Prof. Dr. Wilson Cano

Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento

Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho

Prof. Dr. Marconi Gomes da Silva

Data da defesa: 11-09-2009

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento econômico

Tese de Doutorado

Aluno: ELMER NASCIMENTO MATOS

**“A Dinâmica Urbana e a Inserção na Economia Regional:
O caso de Aracajú (1970-2005)”**

Defendida em 11 / 09 / 2009

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. WILSON CANO
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. FERNANDO CEZAR DE MACEDO MOTA
IE/UNICAMP



Prof. Dr. HUMBERTO MIRANDA DO NASCIMENTO
IE/UNICAMP



Prof. Dr. JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO
UFS



Prof. Dr. MARCONI GOMES DA SILVA
UFRN

AGRADECIMENTOS

A execução deste trabalho contou com a colaboração de várias pessoas, às quais desejo agradecer:

Ao Professor Wilson Cano sou muito grato, pois sua lúcida orientação, paciência e cobrança foram fundamentais para o término desta. Com sua incansável abnegação para a compreensão das desigualdades regionais brasileiras, cujos conhecimentos foram aqui compartilhados mostrando meus erros e contradições teóricas e analíticas e fazendo recomendações retificadoras, este trabalho pôde ser concluído.

Agradeço ao Professor Fernando Macedo pelo apoio, a leitura crítica e sugestões ao trabalho. Sua amizade e camaradagem na época de convívio no CEDE ajudaram a superar muitas dificuldades.

Ainda no CEDE sou grato ao apoio recebido dos Professores Cláudio Maciel e Carlos Brandão, bem como à atenção, presteza e colaboração das secretárias Dora e Teresa.

No CESIT gostaria de agradecer ao Alexandre Gori, cuja disposição de atendimento e clareza nas soluções para o uso dos microdados dos Censos Demográficos no SPSS, tornaram possível a sua utilização na tese, e ao Licério pela presteza nas informações.

Na secretaria da pós-graduação do Instituto de Economia agradeço ao Alberto, à Cida, à Marinete e, nesta reta final, à Fátima e Alex, pela competência, educação e solicitude em tornarem mais fácil a vida de aluno com a resolução dos entraves burocráticos e institucionais.

Ao convívio e conversas com os colegas de curso Thomaz, Francisca, Tânia, Cid, Izaias e Denílson que ajudaram a descontraír os sisudos momentos passados. Ao Valdeci pelo coleguismo e cessão de textos, os quais ajudaram na confecção desta tese.

Ao Departamento de Economia da UFS e ao Instituto de Economia da Unicamp que propiciaram a assinatura do projeto do Programa de Qualificação Institucional (PQI) da CAPES, permitindo a obtenção de uma bolsa de estudos para o custeio das minhas despesas durante a estada em Campinas.

Minha dívida e gratidão para com Lourdes, minha mãe, Custódia, minha irmã, e Marcus, meu irmão, que, pela segunda vez de minha ausência de Aracaju por alguns anos, empreenderam esforços e empenho para meu percurso profissional. À Diana, companheira,

pela paciência, apoio e compreensão, meus agradecimentos nestes longos e difíceis momentos percorridos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 1 - A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA BRASILEIRA E NORDESTINA: 1970-2005.....	7
1.1. Os anos setenta e o início da desconcentração produtiva regional.....	7
1.2. A crise da dívida, política econômica de curto prazo e a ausência da política de desenvolvimento econômico nacional: a década de 1980.....	20
1.3. O aprofundamento da macroeconomia contracionista, o Estado mínimo e a desconcentração produtiva regional entre 1990-2005.....	28
1.4. Conclusões.....	44
Capítulo 2 - A ECONOMIA DE SERGIPE E A DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL.....	49
2.1. Os incentivos fiscais da Sudene e o II PND: a economia sergipana em transformação.....	50
2.2. O fim do ciclo de investimentos incentivados e planejados e a crise da economia sergipana.....	57
2.3. Políticas liberais, guerra fiscal e o pensamento único.....	62
2.4. Mudanças demográficas.....	76
2.5. As mudanças na estrutura do emprego e os indicadores sociais.....	79
2.6. Conclusões.....	86
Capítulo 3 - ARACAJU E SUA DINÂMICA URBANA (1970-2005).....	89
3.1. Aracaju: urbanização e população.....	96
3.2. As atividades econômicas do setor terciário de Aracaju segundo o PIB.....	103
3.3. As atividades econômicas do setor terciário de Aracaju segundo o emprego.....	112
3.4. O terciário em Aracaju e seus estabelecimentos.....	123
3.5. Aracaju e seus indicadores sociais.....	128
3.6. O comportamento fiscal e orçamentário.....	136
3.7. Conclusões.....	140

CONCLUSÕES.....147

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....151

ANEXOS.....159

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Brasil e regiões. Variação anual média do PIB do Brasil e dos estados do Nordeste: 1970-2005 (%).....	16
Tabela 1.2 - Regiões do Brasil. Participação (%) regional no PIB do Brasil (100): 1970-05.....	17
Tabela 1.3 – Nordeste.Taxa média anual de crescimento (%) do PIB setorial do Nordeste: 1960-90.....	17
Tabela 1.4 – Nordeste. Estrutura (%) setorial do PIB: 1960-2000.....	18
Tabela 1.5 – Brasil. Porcentual (%) da população urbana regional: 1970-2000.....	18
Tabela 1.6 - Brasil e Nordeste. Taxa média anual de crescimento da FBKF real: 1970-95 %.....	24
Tabela 1.7 – Brasil. Participação (%) regional no PIB da indústria: 1939-2005.....	34
Tabela 1.8 – Brasil. Taxa anual de crescimento (%) do PIB da indústria: 1939-2002.....	35
Tabela 1.9 - Brasil, exceto São Paulo, e Nordeste. Participação (%) no VBP da indústria de transformação: 1996-2003.....	36
Tabela 1.10 – Brasil. Participação (%) regional no PIB agropecuário: 1939-2003.....	38
Tabela 1.11 – Brasil. Taxa anual de crescimento (%) do PIB agropecuário: 1939-2003.....	38
Tabela 1.12 – Brasil. Participação (%) regional na área colhida e no valor da produção das principais lavouras permanentes: 1990-2004.....	39
Tabela 1.13 – Brasil. Participação (%) regional na área colhida e no valor da produção das principais lavouras temporárias: 1990-2004.....	39
Tabela 1.14 – Brasil. Índice do PIB per capita regional e dos estados nordestinos (Brasil=100): 1970-2005.....	42
Tabela 2.1 – Nordeste. Distribuição dos projetos aprovados, investimento total e financiamento oficial por estados: 1962-1970.....	52
Tabela 2.2 - Região de atuação da SUDENE. Distribuição (%) por estados do número de projetos concluídos e do valor dos investimentos totais: 1959-1998.....	53
Tabela 2.3 - Brasil, Nordeste e Sergipe. Taxas anuais (%) de crescimento do PIB: 1970-2002.....	53

Tabela 2.4 – Sergipe. Composição (%) setorial do PIB e subsetores do setor terciário: 1970-2005.....	59
Tabela 2.5 - Nordeste e Sergipe. Participação (%) no valor da produção do setor primário regional e brasileiro.....	61
Tabela 2.6 – Nordeste. Participação dos estados no PIB do Nordeste (em %)......	64
Tabela 2.7 – Sergipe. Balança comercial externa: 1980–2005 (em US\$ 1.000 FOB).....	66
Tabela 2.8 – Sergipe. Índice (1985 = 100) da produção física de petróleo: 1972-2004.....	69
Tabela 2.9 – Sergipe. Índice (2004 = 100) da produção física de gás natural.....	69
Tabela 2.10 – Sergipe. Municípios mais populosos e taxa de urbanização: 1970-2000.....	77
Tabela 2.11 – Sergipe. Estrutura do emprego (%): posição na ocupação x atividade.....	80
Tabela 2.12 – Sergipe. Estrutura do setor terciário segundo a classificação em quatro grandes atividades e sub-atividades.....	81
Tabela 2.13 – Sergipe. Estrutura do emprego da indústria: 1970-2000.....	83
Tabela 2.14 – Sergipe. Indicadores Sociais: 1970-2000.....	85
Tabela 3.1 – Brasil. Percentual (%) da população urbana das capitais: 1970-2000.....	97
Tabela 3.2 – Sergipe. Movimento migratório: 1960-2000.....	98
Tabela 3.3 – Brasil. Percentual da população da capital em relação à da unidade da federação: 1940-2000.....	99
Tabela 3.4 – Brasil. Porcentual da população urbana regional: 1970-2000.....	100
Tabela 3.5 – Sergipe. População total e urbana do estado (SE) e de Aracaju (Aju) capital e suas variações (%): 1940-2000.....	101
Tabela 3.6a – Sergipe. Estrutura das classes de rendimento médio nominal da PIA:1980-2000 %.....	102
Tabela 3.6b – Sergipe. Participação relativa (%) dos municípios da MRH de Aracaju e de Sergipe – MRH de Aracaju nas classes de rendimento em Sergipe segundo a PIA.....	102
Tabela 3.7 – Sergipe. Distribuição do PIB por MRH de Aracaju e SE - RMH de Aracaju: 1999-2006.....	104
Tabela 3.8 – Sergipe. População total, urbana e rural da MRH de Aracaju: 1970-2000....	106
Tabela 3.9 – Sergipe. Participação relativa (%) da MRH de Aracaju e de SE – MRHA no PIB setorial de Sergipe (100): 1999-2006.....	107

Tabela 3.10a - Microrregião Homogênea de Aracaju. Estrutura do emprego (%): posição na ocupação x atividade.....	115
Tabela 3.10b – Aracaju. Estrutura do emprego (%): posição na ocupação x atividade.....	116
Tabela 3.11 – Sergipe. Participação relativa (%) no emprego total e setorial: 1970, 1980, 1991 e 2001.....	118
Tabela 3.12 – Sergipe. Participação relativa da MRH de Aracaju e de Aracaju no emprego segundo a posição na ocupação: 1970, 1980, 1991 e 2000.....	119
Tabela 3.13 – Sergipe. Estrutura do setor terciário segundo a classificação em quatro grandes atividades e sub-atividades.....	120
Tabela 3.14 – Sergipe. Estrutura do emprego segundo as classes das ocupações: 1970, 1980, 1991 e 2000.....	122
Tabela 3.15 – Sergipe. Participação da MRH de Aracaju/SE e de Aracaju na sua MRH e em SE no emprego segundo as classes das ocupações: 1970, 1980, 1991 e 2000.....	122
Tabela 3.16 – Sergipe. Estrutura (%) setorial por estabelecimentos: 1985-2005.....	124
Tabela 3.17 – Sergipe. Participação (%) por setor da MRH de Aracaju e dos seus municípios no número de estabelecimentos estadual: 1985-2005.....	125
Tabela 3.18 – Sergipe. Estrutura (%) do setor terciário por classe de serviços: 1994-2005.....	126
Tabela 3.19 – Sergipe. Participação relativa (%) da MRH de Aracaju e dos seus municípios no número de estabelecimentos por classes de serviços no estado de Sergipe: 1994-2005.....	127
Tabela 3.20 - Sergipe e Aracaju. Participação relativa (%) dos domicílios em serviços sociais de utilidades básicos: 1970-2000.....	129
Tabela 3.21 – Aracaju. Participação relativa (%) das causas responsáveis pela mortalidade:1980-2005.....	130
Tabela 3.22 – Sergipe. Número de estabelecimentos de saúde e de leitos na rede pública e particular: 1981-2005.....	132
Tabela 3.23 – Aracaju. Número de estabelecimentos de ensino e matrícula inicial.....	133
Tabela 3.24 – Aracaju. Índice de Desenvolvimento Humano: 1970-2000.....	135
Tabela 3.25 – Aracaju. Receitas orçamentárias: 1986-2005.....	137

Tabela 3.26 – Aracaju. Distribuição relativa (%) do total (100) das despesas orçamentárias por função: 1986-2005.....139

Tabela 3.27 – Aracaju. Despesas orçamentárias: 1986-2005.....140

RESUMO

Esta tese analisa o desenvolvimento econômico e a dinâmica urbana de Aracaju (SE) no período entre 1970 e 2005. Em razão de tratar-se de uma região periférica dentro de um país subdesenvolvido, a análise investigou a inserção do Nordeste e de Sergipe nos processos de integração produtiva nacional e de concentração e desconcentração produtiva regional. O resultado para Aracaju foi a sua inserção benéfica naqueles processos, desencadeando sua dinâmica urbana e econômica. Porém, como na periferia nordestina as questões regional e urbana estão integradas e ligadas diretamente ao papel exercido pelo Estado, a sua intervenção na política de desenvolvimento regional é fundamental para o crescimento econômico. As mudanças macroeconômicas e do papel exercido pelo Estado a partir da segunda metade da década de 1980 criou incertezas e reduziu as perspectivas de crescimento, fato aprofundado a partir da década de 1990 com a implementação de políticas não intervencionistas, de liberalização comercial e financeira e da política macroeconômica focada na estabilização dos preços. O resultado foi o inchaço urbano, a perda de atratividade para investimentos industriais e a dependência do setor terciário, com o agravamento dos problemas sociais.

ABSTRACT

This thesis analyzes the economic development and urban dynamics of Aracaju (SE) during the period 1970 and 2005. The analysis investigated the insertion processes of the Northeast region and state of Sergipe, as peripheral regions within an underdeveloped country, into national systems of production and regional processes of concentration and deconcentration. The result for Aracaju was a beneficial integration within those processes, triggering a dynamic urban economic growth. However, as for the northeastern periphery as a whole, regional and urban issues were integrated and linked directly to the role played by the state, its interventionist policies of regional development were fundamental to economic growth. Macroeconomic changes and the role played by the state from the second half of the 1980s created uncertainty and reduced prospects for growth, a fact further deepened from the 1990s with the introduction of non-interventionist policies, trade liberalization, and financial and macroeconomic policy focused on price stabilization. The result was increased urbanization, loss of attractiveness for industrial investment and dependence on service sector, with the aggravation of social problems.

Introdução

O padrão de desenvolvimento e crescimento das economias latino-americanas se caracterizou pela heterogeneidade estrutural, com forte herança sócio-econômica de miséria e atraso e intensificada pela dualidade dos setores produtivos industrial moderno e da agropecuária atrasada. De modo paralelo e como resultado decorreu o seu processo de urbanização rápido e caótico. A industrialização, sonhada e pensada como redentora da formulação de um projeto nacional para os países periféricos e de capitalismo tardio capaz de alavancar a inclusão econômica, social, política e cultural, se mostrou frustradora desses ideais e, pior, corroboradora da manutenção do *status quo* e realimentadora das disparidades de renda, dos desequilíbrios regionais e da concentração fundiária.

No bojo dessa industrialização as transformações sofridas por aquelas sociedades foram no sentido de desenvolver assimetrias de ordem estrutural. Isso porque se criaram setores produtivos industriais, de exportação e de serviço moderno e capitalista com produtividade elevada e no outro extremo setores econômicos com baixíssima produtividade e renda, como é o caso da agricultura tradicional. O resultado esperado era outro, ou seja, que a capacidade de irradiação daquela industrialização iria caminhar no sentido da homogeneização como se sucedera nos países centrais. Porém a realidade latino-americana foi outra. O ‘desvio de rumo’ apontado: primeiro, o ritmo do desenvolvimento não se deu de forma acelerada, de consolidação ou de auto-sustentação; segundo, houve uma metamorfose na dependência em relação ao exterior: “endividamento crônico, alienação das decisões de política econômica, subordinação tecnológica, estrangeirização das atividades básicas, etc.”; terceiro, houve concentração do progresso técnico, realçando os desníveis sociais, a concentração regional e da renda.

À medida que esse processo foi avançando se cristalizaram algumas tendências subjacentes ao capitalismo industrial: primeiro houve concentração do capital, desde que o departamento produtor de bens pesado sobrepuja os demais e, segundo, com o processo de modernização das atividades manufatureiras e seu contágio nos demais setores econômicos ocorreu o aumento da composição orgânica do capital, ou seja, a produção passou a ser intensiva em capital.

Se as forças econômicas caminharam rumo a heterogeneidade estrutural, esperava-se que a política pudesse fazer as correções de rumo com medidas de regulação econômica e políticas de demandas sociais. Contudo isso não tem sido uma práxis na sociedade latino-americana. Longe disso, principalmente quando o foco das atenções deixou de ser a conformação do modelo de desenvolvimento nacional e foi substituído pela questão da estabilidade de preços.

Ao mesmo tempo o processo de urbanização periférico ocorria de modo acelerado, concentrando nas cidades os resultados do crescimento econômico proporcionado por aquela industrialização. A industrialização das cidades exercia atração para a mão-de-obra expulsa do campo –resultante da concentração fundiária, da atomização das terras familiares sem capacidade de prover o sustento e pelo avanço da modernização conservadora do processo de produção liberando trabalhadores-, provocando, no caso brasileiro, a partir das décadas de 1960 e 1970, o acelerado crescimento das cidades.

Como a industrialização nos países de capitalismo tardio foi pensada e planejada pelo Estado nacional, todo aquele processo subjugava-se às forças políticas e econômicas dominantes. Com a substituição na década de 80 do modelo de crescimento desenvolvimentista pelo neoliberal, o ideal de equidade, que mesmo assim não garantiu infra-estrutura, habitação, saneamento, transporte e demais equipamentos urbano condizente com o ritmo de crescimento urbano, seria substituído pelo de eficiência, onde o mercado se encarregaria de proporcionar o bem-estar geral. Mas o que se viu e se vê é a urbanização caótica e o pífio crescimento econômico com a exacerbação das carências sociais (habitação, saúde, transporte, saneamento, educação) e desastrosos impactos ambientais.

O Brasil entra no século XXI tendo como característica populacional o grande contingente concentrado em áreas urbanas e dispersas ao longo do seu território e em termos do emprego a forte dependência do setor terciário para a sua geração. Mas essas meras observações escondem mais do que a imaginação pode proporcionar.

A economia das cidades sendo reflexo do seu passado histórico, do seu modo de inserção na divisão social e territorial do trabalho e da sua forma de organização política, social e cultural, passa por transformações que para compreender determinada especificidade urbana é preciso refletir sobre sua dinâmica histórica e do espaço onde está

localizada, sobre como tem se amoldado e respondido às políticas macroeconômicas impulsionadoras de mudanças na divisão social e territorial do trabalho. Ou seja, são impulsos internos e externos ao seu funcionamento que determinam a compreensão da complexidade urbana latino-americana.

Tendo em mente este arcabouço sobre a organização econômica e urbana latino-americana, é que nos propusemos a compreender e analisar a formação econômica e social da cidade de Aracaju e de sua Microrregião Homogênea no espaço territorial do estado de Sergipe. Para tanto será visto o processo de integração da economia nordestina na desconcentração produtiva regional operante desde a década de 1970 e que perdura até a década atual. Por extensão metodológica Sergipe e Aracaju também serão contemplados com aquela análise, porém sem perder de vista o próprio processo histórico de desenvolvimento regional, estadual e local.

A tese a ser apresentada é a de que Aracaju e sua Microrregião Homogênea tendem a concentrar os benefícios do crescimento econômico e urbano do estado de Sergipe. Sua primazia estadual se expressa principalmente em termos das atividades do setor terciário, da renda e dos equipamentos urbanos ali concentrados. Porém, isto não tem excluído a heterogeneidade dos indicadores econômicos e sociais em seu espaço, fato característico bastante comum nas cidades brasileiras. Ou seja, o desenvolvimento de Aracaju e de Sergipe se insere na teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Para tal empreitada recorreremos às seguintes hipóteses:

- A forte dependência do processo de acumulação de capital regional dos investimentos originários do Estado nacional e de outras regiões, como foi exemplar os incentivos fiscais do sistema 34/18/FINOR da Sudene, dos investimentos realizados pelo II PND e daqueles atraídos pela “guerra fiscal” em tempos mais próximos;
- Como os capitais locais pouco se integraram àqueles processos, foram se metamorfoseando para encontrar espaço de valorização e vetores de investimentos compatíveis com seu papel ao longo da dinâmica de integração produtiva nacional. Sem porte competitivo na indústria encontraram espaço no setor terciário, principalmente no comércio, nas atividades imobiliárias e da construção civil, nos serviços sob outorga do

- setor público (comunicações e transporte, por exemplo) -pois durante o período sob os anos de chumbo da ditadura militar brasileira, prestaram serviços políticos e depois sob o guarda-chuva dos acordos políticos eleitorais, conseguem ainda, de forma cíclica, capturar o Estado nacional, estadual e municipal-, e mais recentemente o setor de turismo, garantindo eixos de acumulação de capital sob os interesses mais imediatos e dependentes das intermediações da própria elite econômica e política local;
- O processo de integração do mercado e da produção nacional embora tenha permitido certa desconcentração produtiva regional entre a década de 1970 até hoje, isto não anulou a forte concentração econômica em termos regionais e intra-regionais. O processo de integração produtiva regional de Sergipe ocorreu com a concentração dos investimentos industriais, de infra-estrutura e de equipamentos urbanos em sua capital, Aracaju, e no seu entorno;
 - Como decorrência da hipótese anterior, o processo de urbanização de Aracaju se acelerou durante o período analisado, realimentando sua dinâmica econômica e permitindo sua diversificação rumo a supremacia do setor terciário, garantindo sua centralidade urbana e econômica no estado de Sergipe. Isto ao permitir a grande fatia da realização da produção em seu interior, seu espaço urbano se tornou foco de atração migratória, principalmente para a população do restante do estado e cidades circunvizinhas da Bahia e Alagoas, que diante da insuficiência ou da ausência das políticas públicas, repete a urbanização desigual reinante nos países periféricos, e;
 - Com a implantação das políticas econômicas de cunho neoliberais no Brasil, a partir do início da década de 1990, houve a precarização das condições do mercado de trabalho e das políticas sociais.

Para analisar as questões levantadas e testar as hipóteses acima, este trabalho partirá dos aspectos mais gerais que é o entendimento da inserção da economia regional nordestina no marco mais amplo que é o nacional e descerá até a análise local/municipal/metropolitana, com a intermediação e ponte realizada pela economia

estadual. O primeiro capítulo se encarregará de fazer uma discussão do processo de desconcentração produtiva regional no Brasil destacando seus efeitos sobre a economia da região Nordeste. Tem início com o processo de integração produtiva nacional, destacando sua dinâmica econômica resultante dos incentivos fiscais sob a coordenação da Sudene e prosseguindo com os efeitos do II Plano Nacional de Desenvolvimento cujos investimentos vieram maturar e desencadear crescimento até meados da década de 1980. Na sequência a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro centralizará os holofotes e prosseguirá pelos anos de adoção do receituário neoliberal, que definitivamente abandonará as políticas nacional e regional de desenvolvimento, deixando à “guerra fiscal” papel de impulsionador dos investimentos. A questão da urbanização brasileira e do Nordeste será analisada, destacando questões como a migração, a retroalimentação entre o setor terciário moderno e o informal na economia urbana e as conseqüências do processo de urbanização tardia nordestina.

No segundo capítulo será analisada a trajetória econômica de Sergipe nas quatro últimas décadas, destacando sua inserção na forma seletiva de alocação pelo capital privado e estatal dos investimentos produtivos. Sua industrialização será destacada para se entender seu desempenho no processo de integração produtiva regional e nacional e seu comportamento frente ao movimento cíclico da economia brasileira. O seu processo de urbanização, acelerado após a atuação das políticas regionais de desenvolvimento da década de 1960 e 1970, será contemplado como marco introdutório para o entendimento daquele processo em sua capital e entorno.

O entendimento e análise da economia urbana de Aracaju e de sua “região metropolitana” serão motivo de dedicação no terceiro capítulo. Desmembrando ainda mais a análise do processo de integração produtiva nacional e da desconcentração concentrada da produção regional, será vista a inserção de Aracaju naqueles movimentos a partir do final da década de 1960. A urbanização de Aracaju e do seu entorno também será examinada para mostrar a sua centralidade estadual/regional fronteira com os estados da Bahia e Alagoas. Apesar de sua baixa importância na malha urbana nacional, o que é amenizada pelo seu papel de capital estadual, Aracaju apresenta características econômicas, urbanas e sociais parecidas com as grandes metrópoles nacionais, mas que guardam diferenças em função do passado histórico e de suas nuances próprias, da forma como ocorre a inserção na

divisão social e territorial do trabalho e como aqueles dois interagem para transformar seus espaços e sua dinâmica econômica, urbana e social.

No final uma breve conclusão geral procura mostrar que o processo de desconcentração produtiva concentrada foi reproduzida no estado de Sergipe, com Aracaju centralizando sua economia, sua malha e sua economia urbana. Isto, porém, não a tem isentado das contradições características da urbanização brasileira, onde a dívida social com parte de sua população é perene e que tem se acentuado diante da ausência de um projeto de desenvolvimento nacional e regional e do domínio do receituário neoliberal no campo ideológico, econômico, político e social.

Capítulo 1

A trajetória da economia brasileira e nordestina: 1970-2005

Este capítulo tem por objetivo mostrar a trajetória da economia brasileira e nordestina no período entre 1970 e o período atual, bem como introduzir aspectos dos seus processos de urbanização. Os aspectos da política macroeconômica e de desenvolvimento econômico regional serão destacados na pontuação histórica, a qual encontra-se dividida em três fases: a primeira, do final da década de 1960 até 1980, a segunda, durante a década de 1980, ou a chamada “década perdida” e, a terceira, iniciada no início da década de 1990 e que se estende até hoje, caracterizada pela adoção do modelo econômico de cunho neoliberal.

Nesse período a ser estudado também será realçado o processo de desconcentração produtiva regional, durante o qual São Paulo perde importantes pontos na participação em favor das regiões de menor dinamismo econômico, como é, por exemplo, o caso em estudo, a região Nordeste. Ao se procurar fazer o paralelo entre a trajetória econômica (do crescimento e dos setores econômicos) nordestina com a nacional, serão destacados aspectos da sua urbanização e também aspectos demográficos, pontuando sempre as desigualdades intra-regionais e o impacto sobre o setor terciário na região.

1.1. Os anos setenta e o início da desconcentração produtiva regional

O período compreendido entre 1930 a 1970 pode ser caracterizado como o de consolidação da articulação comercial e de formação e constituição do mercado interno brasileiro, com as regiões, como o Nordeste, procurando vender sua produção outrora exportada, para o mercado interno. A partir de meados da década de 1960 se iniciaria a integração produtiva nacional, decorrente do processo de acumulação de capital em que espaços regionais tornaram-se oportunidades de valorização do capital industrial extra regional, notadamente de São Paulo e do Sudeste.

Essa integração significava aumentar os laços econômicos entre as regiões, aproximando-as de um processo de competitividade e complementaridade econômica intersetoriais e inter-regionais empreendido pelo avanço do capitalismo brasileiro. Era

preciso aumentar o comércio inter-regional de mercadorias dando vazão ao dinamismo alcançado pelo pólo econômico em que se tornara São Paulo. Para tanto, barreiras precisavam ser superadas, ou melhor, a política econômica do Estado e o investimento público precisavam agora alçar à questão de primeira ordem a implementação de ações norteadoras da nova dinâmica econômica nacional.

Segundo Cano (1998: 177-80) três barreiras foram superadas para se poder prosseguir a integração. A primeira foi o domínio da indústria paulista, dada sua dinâmica e estrutura, sobrepujando-se às demais economias periféricas, causando efeitos dinâmicos positivos e negativos (de *bloqueio ou inibição*, de *destruição* e de *estímulo*) sobre a atividade econômica do restante do Brasil. A segunda foi a flexibilização e extinção da tributação, vigente até os anos 30, sobre o comércio de mercadorias entre os estados, liberando o fluxo de mercadorias requerido pela competição capitalista. A melhoria das redes de transporte rodoviário, ferroviário e de cabotagem foi a terceira barreira superada para permitir o processo de integração do mercado nacional.

Durante a industrialização restringida¹, os maiores efeitos foram os de bloqueio/inibição e, já ao final desse momento, os de destruição. Segundo Cano (1998: 198), “Os [efeitos] de bloqueio, e mais tarde também os de destruição, ocorreram, em sua maioria, nas áreas distantes [Amazônia] e de antiga ocupação [Nordeste]”.

No caso nordestino houve fatores e circunstâncias determinantes. A crise do seu setor exportador (exceto o cacau), a atrasada e pouco diversificada agricultura, elevada concentração da terra, atraso tecnológico e baixa diversificação industrial e frágeis relações capitalistas de produção, com predomínio do capital mercantil e, acrescento, seu baixo nível de renda e, por extensão, das limitações do seu mercado consumidor, limitava as margens de lucro industrial, impondo limites à ampliação de sua matriz industrial e à possibilidade de investimentos em tecnologias mais modernas, resume Cano (1998: 186).

Consolidado o período de implantação do bloco de investimentos do Plano de Metas para montagem da base da pirâmide industrial brasileira, nova divisão regional do trabalho surgia. Coube ao Nordeste exercer atividades complementares ou quando muito, produzir

¹ O processo de integração do mercado nacional, no tocante ao comércio de mercadorias, se estenderia até a década de 1960, quando então passaria haver a integração pelo investimento produtivo do capital do centro na periferia, dando novo impulso à acumulação do pólo econômico nacional.

bens finais industriais leves para vender no seu próprio mercado². Este papel destinado ao Nordeste na divisão regional do trabalho acabaria moldando a configuração de sua estrutura industrial dada a limitação, dentro de uma economia subdesenvolvida como a brasileira, a possibilidade de surgimento de novo bloco de investimento no setor de bens de capital como realizado durante o Plano de Metas.

Nestas duas fases da industrialização brasileira, a restringida (1930-55) e a primeira etapa da pesada (1956-62), como a articulação inter-regional ocorrida foi a comercial, sem o transbordo de capitais produtivos do Centro-Sul para a periferia, e dado o predomínio do capital mercantil no Nordeste, “(...) o “ajustamento” a que ele [o Nordeste] é submetido nestes momentos dá-se a partir das próprias frações do capital localizadas e originárias da região, sem a participação do capital produtivo extra-regional”, sentencia Guimarães Neto (1989: 92).

Esse predomínio do capital mercantil em qualquer sociedade retrata o seu menor grau de desenvolvimento, o que não era (é) diferente no Nordeste, posto que ele procura subordinar o sistema de produção aos seus interesses, segundo Guimarães Neto (1989: 63). Ou, como afirma Tavares (1989: 50-1), no Nordeste “o capital mercantil, que exerce a liderança na articulação, apresenta em certo momento um papel transformador. Mas atuando na órbita da circulação, esse papel transformador tem limites no sistema produtivo e nas relações de produção prevalentes na sociedade. Eis porque no Nordeste se perpetuam e em certos casos se recriam formas de produção pré-capitalistas”.

Para melhor idéia dos efeitos sobre a indústria do Nordeste resultantes desse processo, alguns números, de forma sucinta, serão indicados. Sua participação no total da indústria brasileira, segundo o valor da transformação industrial (VTI), regrediu enormemente, devido aos fortes efeitos de bloqueio e de destruição sobre o grupo da indústria produtora de bens de consumo não duráveis (principal setor industrial da região), passando, em 1939, de 10,91% para 5,74% em 1970. Porém, em termos de grupos industriais, as conseqüências foram distintas. Se as indústrias pertencentes ao grupo de bens de consumo não duráveis foram bastante atingidas –reduzindo sua participação de 14,46%, em 1939, para 8,40%, em 1970-, os grupos de indústrias produtoras de bens intermediários

² Para a análise do comportamento da participação da estrutura industrial no período ver Cano (1998), especialmente o capítulo 3.

e as de bens capital e de consumo durável aumentaram suas participações de 4,24% e de 0,77%, em 1939, para, respectivamente, 5,40% e 1,51%, em 1970.

Em termos da estrutura dessa indústria, não houve alterações no predomínio da indústria leve (bens de consumo não durável), que reduz sua participação de 89,47%, em 1939, para 59,16%, em 1970, perda parcialmente compensada pelas indústrias de bens intermediários, que passam de 10,06% para 34,91% e em segundo plano, pelas indústrias de bens de capital e de consumo durável, que aumentam de 0,47% para 5,93%³.

A economia brasileira a partir do final da década de 1960 até 1980 teve sua política econômica voltada para a expansão do crescimento econômico, com o PIB atingindo elevadas taxas de variação. Este período foi caracterizado por dois momentos, o do “milagre brasileiro” (1967-74) e pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-79).

Neste período a política econômica, ao mesmo tempo em que procurava garantir a demanda interna aquecida, também contemplava o setor exportador, com o intuito de sua ampliação e diversificação. Ou seja, todos os setores econômicos e as regiões do território nacional já inseridas no processo de integração produtiva nacional apresentaram crescimento econômico elevado.

Assentada numa reforma fiscal e financeira (1966), na reorganização do sistema financeiro por meio da criação de novos instrumentos de mobilização e do sistema institucional de oferta de crédito de vários tipos (como ao consumidor, agrícola e imobiliário), juntamente ao instrumento da correção monetária, nos incentivos fiscais e creditícios às exportações em geral e na política salarial concentradora e de financiamento restritiva, principalmente ao se levar em conta que o eixo dominante do crescimento foi a indústria de bens de capital e de bens de consumo durável, a economia brasileira deslanchou durante o chamado “milagre econômico”.

Em termos de desenvolvimento regional, a política de incentivos regional orquestrada pela Sudene, e também pela Sudam, funcionaria com exclusividade direcionada ao desenvolvimento regional do NE e do NO, até a véspera do “milagre” brasileiro. A partir de então haveria fragmentação e espraiamento para as outras regiões e serviria como atração para determinados setores de atividades. Na verdade essas mudanças começadas em 1964 com o golpe militar tiveram como preâmbulo a modificação da proposta do GTDN,

³ Estes dados foram tirados de Cano (1998: 94-8).

principalmente no tocante às políticas agrárias e agrícolas do que nas de infra-estrutura e da indústria. A partir daí, ressalta Cano (2002: 137)⁴ “*reformas institucionais e de normas de política econômica causariam enorme pulverização do sistema de incentivos regionais fiscais, cambiais e creditícios...*”. Assim, a política de desenvolvimento regional no Brasil seria totalmente modificada, atrelando-se ao objetivo de integrar o território nacional na intenção de expandir e diversificar o mercado nacional.

Em 1965 o novo Sistema Nacional de Crédito Rural ao subsidiar primordialmente os modernos segmentos voltados para a exportação concentrava-se nas áreas de agricultura mais desenvolvidas do país, São Paulo e a região Sul⁵. Dois anos mais tarde novas mudanças na política de incentivos fiscais aumentariam o menu de opções de investimento ao inserir novas opções setoriais. Esta mudança alargaria as opções espaciais e, mais que isso, engessaria espacialmente algumas inversões, pois as mesmas teriam que se localizar obrigatoriamente, dada já a sua existência e/ou a sua indivisibilidade técnica, nas regiões mais desenvolvidas do país, como seria o caso da compra subsidiada de ações de sociedades de capital aberto e da indústria estatal aeronáutica (Embraer). Entre o leque de opções setoriais podem ser citados os destinados à indústria da pesca, ao turismo, ao reflorestamento e o Programa do Alcool.

O comércio exterior foi muito beneficiado por esses estímulos, quer seja com as isenções e créditos tributários destinados à política de exportações, quer com as isenções dos impostos de importação, além do de produtos industrializados e de circulação de mercadorias, aos bens de capitais e certas matérias-primas (importadas ou nacionais) desde que vinculados a projetos de investimentos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Entrada a fase do “milagre brasileiro” (1968-73), aumentavam as críticas à eficiência do sistema de incentivos regionais fiscais administrados pela Sudene (e pela Sudam, no caso da Amazônia). Entre as principais críticas, destaquemos aquela sobre o suposto privilégio dado ao setor industrial frente ao agropecuário⁶. Outra, ligada à primeira, era a baixa capacidade de criação de emprego na indústria, embora a produção tivesse sido

⁴ Os próximos dois parágrafos estão fundamentados em Cano (2002).

⁵ Não que o Nordeste não tenha sido beneficiado pelo SNCR, como foi o caso da cultura da laranja descrito em Matos (1994).

⁶ Esse e os dois próximos parágrafos estão apoiados em Carvalho (2001: 51- 3).

incrementada. Uma terceira era a concentração intra-regional dos investimentos do sistema 34/18, principalmente em Salvador e Recife em detrimento das demais áreas. A quarta era ao mecanismo de implementação dos projetos após sua aprovação pela Sudene: depois de aprovado o projeto, as empresas beneficiárias saíam à busca de optantes que desejassem aplicar seus incentivos; como nem todas conseguiam, os projetos iam se acumulando e não saindo do papel, embora tivessem pagado altas comissões aos corretores desses incentivos junto às empresas do Sul-Sudeste do país.

A gota d'água para os críticos da atuação da Sudene quanto à sua eficácia para lidar com política de desenvolvimento regional foi sua ação ao enfrentamento da forte seca ocorrida na região em 1970, ao adiar a ação imediata. O resultado disso foi a intervenção direta do Governo Federal, substituindo o seu IV Plano Diretor pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento e a liberação de recursos para ações emergenciais (como as “soluções hidráulicas” de construção e melhoria de estradas e açudes).

Porém, o trunfo maior dos setores da sociedade críticos da Sudene foram os programas voltados para a agropecuária. Entre os programas criados com este propósito e que utilizaram recursos do sistema 34/18 estavam o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) e outros como o Programa Especial do Vale do São Francisco (PROVALE). Contudo, tais programas serviram apenas para estimular ainda mais a concentração da propriedade fundiária.

Ao mesmo tempo em que a política de desenvolvimento regional era enquadrada em outros moldes, o país passava por uma fase de crescimento extraordinário, que ficou conhecida como “milagre brasileiro”.

Com o objetivo de garantir que o crescimento econômico se mantivesse nas altas taxas do período precedente, além da manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos através de superávits na conta de capital que fossem capazes de financiar os déficits esperados em conta corrente, em 1974 foi instituído o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) compreendendo investimentos para o horizonte de cinco anos. Aqueles déficits decorriam do ingresso de capital estrangeiro que financiaria a mudança estrutural na economia brasileira, requerida para seu ajuste às novas condições internas e, sobretudo, externas, de grandes incertezas associadas ao ajustamento da economia mundial

ao primeiro choque dos preços do petróleo, ao colapso definitivo do sistema de Bretton Woods, à generalização do regime de câmbio flutuante nas economias centrais do capitalismo e a recessão e aceleração inflacionária na economia mundial. Em outras palavras, a estratégia do governo militar brasileiro pautou-se por manter o crescimento com base em forte endividamento, como meio para realizar o ajustamento externo da economia.

O Plano consistia de amplo programa de investimentos, cujos objetivos eram transformar a estrutura produtiva e superar os desequilíbrios externos, e supunha poder conduzir o Brasil a uma posição de grande potência no cenário internacional. Dessa forma, intencionava corrigir os desequilíbrios na estrutura industrial e no setor externo ainda presentes na economia brasileira, apesar de quase meio século de crescimento industrial contínuo. Assim, sua intenção era substituir importações e abrir novas frentes de exportação. O II PND visava atuar estrategicamente sobre quatro eixos centrais: modificações na matriz industrial; mudanças na organização industrial, acentuando a importância da empresa privada nacional; desconcentração regional da atividade produtiva, visando reduzir a concentração espacial da produção; e melhoria da distribuição da renda.

Para realizar as modificações estruturais da produção, propunha realizar um bloco de inversões concentrado temporal e setorialmente, abarcando os segmentos de bens de capital e bens intermediários. Procurava também a transformação das matrizes energética e de transporte, de forma que estas, aliadas à implantação da indústria de bens intermediários, criassem a demanda capaz de viabilizar os novos segmentos da indústria de bens de capital. O Plano objetivava: 1) que o PIB crescesse a 10% a.a. entre 1974 e 1979, a indústria a 12%, a agricultura a 7% e as exportações 2,5 vezes em volume; 2) criar substituição de importações no setor de bens de capital e insumos básicos (química pesada, siderurgia, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos); 3) desenvolver grandes projetos de exportação de matérias-primas (celulose, ferro, alumínio e aço); 4) diminuir a dependência do petróleo importado por meio da sua produção interna e do aumento da capacidade de geração de energia hidroelétrica, desenvolver o transporte ferroviário e o sistema de telecomunicações.

Para Carneiro (2002), os desequilíbrios da estrutura produtiva da economia brasileira não foram equacionados com a opção de 1974 pelo II PND. Isso se deve à crescente desarticulação do padrão de crescimento, em especial quanto à associação dos

investimentos públicos e privados; pela desarticulação dos investimentos industriais, sobretudo pelo sobredimensionamento da indústria de bens de capital; pela permanência da vulnerabilidade externa em decorrência do ajuste insuficiente do comércio exterior, por meio de elevados subsídios às exportações, pela crescente dependência da energia importada, e das importações de bens de capital. Apesar destas limitações, o II PND logrou avançar o processo de industrialização no Brasil através da substituição de importações no setor energético e de expansão da capacidade de produção nos setores de bens de capital e bens intermediários, incluindo a implantação de indústrias de tecnologia avançada nas áreas da eletrônica, engenharia mecânica, metalurgia, construção naval, equipamento ferroviário, aeronáutica, petroquímica e farmacêutica.

Em suma, o II PND não conseguiu empreender o ajuste estrutural voltado à constituição de um novo padrão de crescimento para a economia brasileira, deslocando seu eixo dinâmico para a indústria de bens de capital, nem tampouco de remover sua vulnerabilidade externa expressa nos déficits comerciais elevados e ampliados após o segundo choque do petróleo e financeiro externos em 1979.

Do ponto de vista de um dos eixos teóricos deste trabalho, que é a desconcentração regional da atividade produtiva, visando reduzir a concentração espacial da produção, seus resultados foram mais promissores. Apoiado intensamente na decisão geopolítica e nos fatores atrativos de localização industrial segundo a dotação fatorial de recursos naturais, o Plano ativou a atividade produtiva de bens intermediários, sobretudo na periferia regional com o investimento de empresas estatais, em ramos como o de minério de ferro, bauxita, aço, alumínio, celulose de papel e petroquímica. No Nordeste foram implantados o complexo Petroquímico de Camaçari, o Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe (Nitrofertil e Petromisa), o Pólo Cloroquímico de Alagoas, o Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte e o Pólo Mínero-Metalúrgico do Maranhão.

Ao contrário do ocorrido durante o Plano de Metas e diferente da proposta do GTDN, o Nordeste foi amplamente beneficiado pelos propósitos de “completar” a estrutura industrial brasileira mostrando não mais se tratar de mera economia regional, mas sim de parte integrante da economia nacional com seus fortes laços de complementaridade e dependência ao comportamento cíclico da economia brasileira. Além disso, o Estado investiu pesado na infra-estrutura, como em energia, transportes e telecomunicações,

criando externalidades atrativas para o capital privado que também ainda se beneficiava da política de desenvolvimento regional expressa pelos incentivos fiscais da Sudene por meio do sistema FINOR⁷ em substituição ao antigo mecanismo 34/18. Passada a fase de integração mercantil para a integração produtiva do mercado nacional, os *efeitos de estímulo* eram agora predominantes na relação do centro econômico com a periferia, gerando mudanças estruturais nas bases produtivas dessa última.

Esta nova articulação mais entranhada da economia nordestina com a economia nacional ajudava não apenas na consolidação da integração produtiva nacional como também na forma como se inseria na divisão regional do trabalho, ou seja, como produtora de bens intermediários complementares à indústria nacional.

Para o Nordeste os efeitos dos investimentos do II PND perdurariam até meados da década de 1980, por conta da característica intrínseca de longo amadurecimento dos investimentos e da duração dos seus resultados. Isto permitiu à região crescer durante os anos 80 a taxa média ligeiramente superior à brasileira, conforme mostra a Tabela 1.1. Se até 1970 o processo de concentração produtiva se fez característico da dinâmica regional brasileira, com grande predomínio do Sudeste, notadamente de São Paulo com seu parque produtivo industrial, agropecuário e terciário mais desenvolvido, diversificado e moderno, outra seria a situação a partir de então.

Apesar da região Nordeste ter crescido a uma taxa superior à do Brasil entre 1970-80, houve efeitos distintos intra-regionalmente. Estados como a Bahia, Ceará e o Rio Grande do Norte, por exemplo, apresentaram maiores taxas de crescimento, exatamente porque receberam maiores investimentos estatais, principalmente, e privados para aproveitar a dotação de recursos naturais. Ou seja, se para alguns estados este período significou desconcentração regional da renda, para outros a problemática regional piorou ainda mais, como foi o caso de Pernambuco, cuja taxa de crescimento (8,75%) ficou abaixo da do Brasil (10,29%). O caso mais exemplar dos investimentos estatais neste período para a região foi a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia e das inversões da Petrobras no Rio Grande do Norte para a extração de petróleo.

⁷ “No mesmo ano em que é lançado o II PND (1974), é criado o sistema FINOR (Decreto-Lei N° 376 de 12/dez/1974), cujo objetivo principal era corrigir as distorções provocadas pelo Sistema 34/18, tais como a cobrança de altas taxas de captação e a demora na implantação dos projetos privados”, Carvalho (2001: 65).

Tabela 1.1
Brasil e regiões
Variação anual média do PIB do Brasil e dos estados do Nordeste: 1970-2005 (%)

Estados	1970/80	1980/89	1989/2005
Norte	15,19	8,12	1,70
Maranhão	10,56	2,61	4,34
Piauí	10,52	3,52	3,75
Ceará	11,03	3,56	3,02
Rio Grande do Norte	12,15	5,58	2,28
Paraíba	9,35	4,29	2,42
Pernambuco	8,75	3,54	1,12
Alagoas	10,00	2,00	2,49
Sergipe	9,15	7,46	2,56
Bahia	11,74	4,04	1,25
Nordeste	10,53	3,88	2,03
Sudeste	9,74	2,99	1,34
Sul	10,46	4,64	0,91
Centro-Oeste	14,00	2,16	5,66
Brasil	10,29	3,56	1,65

Fonte: IBGE (dados brutos) para 1970/80/1989, Estatísticas do Século XX, e Contas Regionais Do Brasil: 2002-2005, Para 2005.

A Tabela 1.2 explicita esse processo de concentração/desconcentração produtiva intra-regional para o período 1970-80. Dos nove estados nordestinos, cinco (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia) ampliaram sua participação, e, dada a maior importância econômica do primeiro, terceiro e quinto, levaram a região Nordeste a avançar sua participação no PIB nacional (de 11,71 para 12,00%). Por outro lado, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe perderam participação na estrutura produtiva regional. O caso mais exemplar é o de Pernambuco, que, mesmo sendo sede da Sudene, não conseguiu alavancar investimentos mais importantes e estruturantes para sua economia, resultando numa taxa de crescimento menor (8,75%) do que a nordestina (10,53%). No caso de Sergipe e de Alagoas, embora tenham reduzido suas participações entre 1970-80, com o amadurecimento do bloco de investimentos do II PND, elas aumentariam entre 1980 e 1985.

No tocante aos segmentos que mais cresceram (Tabela 1.3), foram a indústria, influenciada pela política de desenvolvimento regional levada adiante pela Sudene e pelos investimentos estatais no bojo do II PND, o que torna o segundo setor em termos de participação no PIB regional, e o setor terciário, favorecido pelo avanço do processo de urbanização da região e pelo efeito derivado da dinâmica industrial regional.

Tabela 1.2
Regiões do Brasil
Participação (%) regional no PIB do Brasil (100): 1970-05

	1970	1975	1980	1985	1989	2005
Norte	2,16	2,05	3,18	3,61	4,27	5,00
Nordeste	11,71	11,07	12,00	13,43	11,26	13,10
Maranhão	0,82	0,73	0,85	0,74	0,73	1,20
Piauí	0,37	0,36	0,38	0,37	0,34	0,50
Ceará	1,44	1,29	1,55	1,79	1,60	1,90
Rio Grande do Norte	0,54	0,59	0,64	0,77	0,68	0,80
Paraíba	0,71	0,69	0,66	0,69	0,60	0,80
Pernambuco	2,91	2,69	2,54	2,42	2,30	2,30
Alagoas	0,68	0,63	0,66	0,69	0,51	0,70
Sergipe	0,43	0,40	0,39	0,88	0,47	0,60
Bahia	3,80	3,70	4,34	5,07	4,03	4,20
Sudeste	65,55	64,86	62,38	60,36	59,54	56,60
Sul	16,71	17,90	17,01	16,60	17,13	16,60
Centro-Oeste	3,87	4,11	5,43	6,00	7,81	8,90

Fonte: IBGE, 1970/75/80/85 e 1989: Estatísticas do Século XX (Dados Brutos), e 2005: Contas Regionais do Brasil: 2002-2005.

Impulsionada pela dinâmica econômica do país, a indústria torna-se a segunda principal atividade econômica regional (Tabela 1.4), porém seus efeitos desencadeadores para trás e para frente exercem influência impulsionadora também sobre as demais atividades, sobretudo as urbanas-terciárias.

Tabela 1.3
Nordeste
Taxa média anual de crescimento (%) do PIB setorial do Nordeste: 1960-90

	1960-70	1970-80	1980-90
Agropecuária	0,5	5,4	1,5
Indústria	7,8	9,1	1,0
Serviços	5,9	10,2	4,6

Fonte: Sudene (1999: 339)

Por outro lado, a urbanização (41,8% da sua população total) da região (Tabela 1.5), a mais baixa do país em 1970, avança, contribuindo para impulsionar as atividades do setor urbano. Mas esta urbanização, que evoluiria nas décadas seguintes, deve-se tanto ao efeito do fenômeno êxodo rural rumo às cidades como à perda de população por parte do campo que migraria para outras regiões, principalmente o Sudeste. É esta urbanização ainda não esgotada que muito contribui, e é uma reserva em potencial, para o avanço do setor terciário no Nordeste, que passaria a exercer o papel de amortecedor social para a carência econômica do mercado de trabalho regional em substituição parcial ao processo migratório.

Tabela 1.4
Nordeste
Estrutura (%) setorial do PIB: 1960-2000

	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1939	39,4	13,6	47,0	100,0
1949	39,5	13,1	47,4	100,0
1960	30,5	22,1	47,4	100,0
1970	21,0	27,4	51,6	100,0
1980	17,3	29,3	53,4	100,0
1990	15,1	27,0	57,9	100,0
2000	9,4	35,6	55,0	100,0

Fonte: 1939 e 1949: IBRE-FGV, Conjuntura Econômica, Set./1971, e 1960-2000: IPEADATA

Com uma população representando 30,18% da total brasileiro em 1970, o Nordeste apresentava uma população economicamente ativa (PEA) pouco menor, de 28,26% em relação ao país. Isto pode ser representativo de uma das suas características populacionais, que é o forte fluxo migratório da região para o resto do país em busca de oportunidades de emprego e de melhores condições de vida, além de sua transparente desocupação disfarçada. Sintomáticos disso eram os 62,33% da população ocupada na região em atividades rurais, cuja estrutura produtiva e fundiária pouco capitalizadas ofereciam oportunidades mais de subsistência do que de relações formais de trabalho.

Tabela 1.5
Brasil
Porcentual (%) da população urbana regional: 1970-2000

	1970	1980	1991	2000
Norte	42,6	50,3	59,0	69,9
Nordeste	41,8	50,5	60,7	69,1
Sudeste	72,7	82,8	88,0	90,5
Sul	44,3	62,4	74,1	80,9
Centro-oeste	50,7	70,8	81,3	86,7
BRASIL	55,9	67,6	75,6	81,2

Fonte: IBGE (dados brutos): Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Após uma década, com a sua efetiva integração produtiva nacional e os investimentos oriundos da política de desenvolvimento regional e do II PND ajudariam a começar a mudar um pouco aquela situação. Sua população passaria de 28,1 milhões (1970) para 34,8 milhões (1980), representando 29,25% da população do Brasil, enquanto sua PEA diminuiria para 25,81% da total nacional. Ou seja, o fluxo migratório inter-regional do Nordeste para outras regiões entre 1970 e 1980 continuava, apesar de sua taxa de crescimento ter sido superior à nacional, mostrando que não eram apenas fatores econômicos os responsáveis pela migração na região.

Em que pese a agropecuária representar, em 1980, pouco mais de 17% do PIB do Nordeste e do avanço da sua urbanização, eram ainda as ocupações rurais (50,36%) as predominantes na região (no Brasil correspondia a 30,13%). Sua agropecuária pouco capitalizada, sua estrutura fundiária concentrada e a terra ainda como fonte de renda e de emprego para a família rural, atomizando sua exploração e a conseqüente manutenção da agricultura de subsistência, propiciariam, juntamente com relações sociais, políticas e culturais atrasadas, fatores alimentadores para o êxodo rural nordestino, seja através do fluxo migratório inter-regional ou pelo deslocamento campo-cidade na própria região, o que iria contribuir para o rápido processo de urbanização das suas capitais.

Um breve balanço desse período mostra que a região Nordeste, em razão dos fatores já fartamente analisados acima, participa do processo de desconcentração produtiva regional do Brasil melhorando suavemente sua participação no PIB, passando de 11,7%, em 1970, para 12%, em 1980. Com a criação da “nova indústria” do Nordeste, originária da política de desenvolvimento regional da Sudene (incentivos fiscais do sistema 34/18-FINOR), permitindo taxas de crescimento elevadas e superiores à da indústria brasileira, sua participação no PIB industrial brasileiro saltaria de 7,01%, em 1970, para 9,33%, em 1980, abocanhando um pouco dos dez pontos percentuais de perda de participação da região Sudeste.

Esta “nova indústria” que se localizaria nos Distritos Industriais criados nas capitais nordestinas e nos seus entornos contribuiu consideravelmente para uma importante mudança estrutural na região: o predomínio da população urbana. Em 1980, pela primeira vez a população urbana censitária representava mais de metade (50,5%) da população total. Com isto, as atividades rurais na região iam cada vez mais perdendo importância e o emprego urbano se consolidava como elemento chave do seu mercado de trabalho. Esta urbanização ao lado da demanda e do poder germinativo possibilitado pelo avanço da indústria na região, fez florescer novas oportunidades de investimento no setor terciário, surgindo, por exemplo, novos ramos de comércio (supermercados, shoppings centers, galerias de lojas, magazines, comércio especializado, revendas de automóveis, por exemplo), atividades imobiliárias com o crescimento vertical e horizontal das cidades e sua vertente imobiliária especulativa, ampliação das atividades financeiras com a maior capilaridade da rede bancária, ampliação da rede de educação básica, técnica e superior,

inclusive com sua maior mercantilização, o setor de turismo começa a despontar em algumas localidades litorâneas.

É esta urbanização e o emprego urbano que serão analisados de forma mais aprofundada e intensa estatisticamente para o caso do estado de Sergipe, no próximo capítulo, e mais especificamente para o caso de sua capital, Aracaju, no capítulo terceiro.

1.2. A crise da dívida, política econômica de curto prazo e a ausência da política de desenvolvimento econômico nacional: a década de 1980

A crise da dívida que se abateu sobre a economia brasileira na década de 1980 levaria o país ao constrangimento de deixar de lado o projeto nacional de desenvolvimento para ajustar sua política macroeconômica, cujo objetivo agora seria o horizonte temporal de curto prazo voltado para aspectos conjunturais. Esta década seria caracterizada por conviver com taxas anuais de inflação crescentes, baixa taxa de crescimento econômico, crise do balanço de pagamentos e elevação das dívidas públicas interna e externa (parte desta surgiu como resultado da sua estatização)⁸. O Estado nacional nesse cenário foi fortemente debilitado em termos fiscais e financeiros, minando sua capacidade de adotar políticas de natureza desenvolvimentista, postas suas restrições para executar gastos e investimentos (inclusive o de suas empresas estatais) e a ruptura do financiamento externo. Restou-lhe apenas direcionar a política econômica para a questão da estabilidade de preços, marcando até hoje a inflexão da política econômica de longo prazo para a de curto prazo (conjuntural). Durante essa década a capacidade de definir a política econômica teria como elemento constrangedor e restritivo as instituições multilaterais internacionais (FMI e Banco Mundial) e os credores da dívida externa.

Na década de 1980 o Brasil é obrigado a assinar cerca de uma dezena de cartas de intenções⁹ com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para poder ter acesso a novas linhas de crédito e para honrar os compromissos da sua dívida externa. Isso significou a adoção de política econômica recessiva, em função do seu caráter de desestímulo aos

⁸ “Em suma, o ajustamento [dos anos 80], na medida em que agravou as condições de financiamento do setor público e desorganizou os padrões de avaliação e risco das decisões empresariais, provocou a paralisia dos agentes que comandam o investimento: o setor público, acossado pela crise simultaneamente fiscal e financeira; o setor privado, líquido e “ajustado”, mas prisioneiro da incerteza e da ruptura das expectativas”, Belluzzo e Almeida (2002: 147-8).

⁹ Esse processo foi reforçado com a crise da dívida externa mexicana de 1982, que não pôde mais pagá-la.

investimentos, com a elevação da taxa de juros, a política de forte desvalorização cambial e corte das despesas públicas. O governo federal, que estatizou a dívida externa do setor privado, se viu obrigado a lançar títulos públicos indexados ao câmbio ou à inflação para fazer frente às suas despesas orçamentárias. Com o saldo positivo da balança comercial o Brasil conseguiu divisas para financiar parte do serviço da dívida externa e, em troca, o país passou por recessão e crescimento da inflação, refletindo no aumento da pobreza e das iniquidades sociais.

Para a situação nordestina seria retomada a “solução hidráulica”, com a instituição pelo Estado de programas especiais de cunho assistencialista, em razão de o diagnóstico feito indicar o mal desempenho da agropecuária como a fonte dos seus problemas. Isso porque com a seca, como a que se abateu sobre a região entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80, *“as características e a instabilidade climática do semi-árido foram ressaltadas como determinantes básicos dos problemas regionais, e as propostas para a solução centralizaram-se, então, no binômio captação e uso da água e adaptação agrícola”*¹⁰. Ao mesmo tempo procurava legitimação política e social com a incorporação de questões atinentes a dimensão social (elevação do nível de vida dos trabalhadores e dos pequenos proprietários rurais por meio do acesso a terra, à assistência técnica, ao crédito, à comercialização e a serviços de saúde, nutrição, assistência e previdência social). Ou seja, mais uma vez voltava à tona o discurso simulacro da estrutura política, econômica e social dominante na região e reprodutora de práticas arcaicas visando à manutenção do *status quo*.

Ao mesmo tempo, como instituição financiadora, o Banco Mundial procurava enquadrar a Sudene para torná-la mais “eficiente”, enxugando o número de programas e transformando-os em um único programa, cuja preocupação deveria ser com o pequeno produtor rural. Assim foi instituído o Projeto Nordeste em 1985, mas pouco avançou nos seus objetivos, e continuou apresentando diversos problemas, entre os quais podem ser citados: permitiu a proliferação de novos programas; ineficiência na administração financeira expressa pelo atraso na liberação dos recursos e nos cortes de dotações; falta de recursos para aplicação em crédito rural; não alterou a forma de produção do pequeno produtor, que continuou apresentando baixa produtividade; ao centralizar suas ações

¹⁰ Esse e os próximos três parágrafos estão apoiados em Otamar de Carvalho (1988) e no capítulo 3 de Fernanda F. de Carvalho (2001).

exclusivamente na população-meta e a aspectos pontuais da realidade local, foi insuficiente para fomentar o desenvolvimento no sentido amplo; não houve o engajamento social previsto; a questão de posse e uso da terra não apresentou avanço; a proposta de incrementar a produção de alimentos se mostrou inadequada.

Além desses aspectos falhos na orientação interna do próprio Projeto Nordeste, houve reações ao modo como o mesmo foi levado à frente. Como o poder de decisão do Banco Mundial era inversamente proporcional ao insatisfatório montante de recursos que emprestou ao projeto, houve sérias críticas e restrições ao Projeto por parte de técnicos da Sudene e de intelectuais. Porém, esse exemplo talvez tenha servido apenas como o primeiro de outros frustrantes exercícios de planejamento levado adiante pela Sudene na década de 1980, notabilizados pela contradição entre a aparência e a essência diante da conjunção das forças políticas heterogêneas que assumiram o poder político nacional em momento histórico para a democratização do país em 1985, inaugurando a chamada “Nova República”.

Assim, os dois documentos elaborados foram “A Política de Desenvolvimento para o Nordeste” e, com o propósito de representar uma nova etapa para a Sudene no seu papel de agência de planejamento regional, o Plano Trienal de Desenvolvimento do Nordeste. Contudo, os dois não atenderam às expectativas criadas para a sua implementação. Conforme afirma Carvalho (op. cit.: 101), *“Assim como ocorrera com o PDN, esse plano, no entanto, não conseguiu o respaldo necessário para ser implantado como deveria. O Governo Federal não se mostrou favorável a uma política de integração intra-regional e continuou estimulando, com a sua política, a desagregação do espaço nordestino. Para ser uma idéia, até hoje a ferrovia Transnordestina não foi construída”*.

Porém, antes de seguir adiante deve ser chamada a atenção para a preocupação que o Plano Trienal tinha com respeito ao surgimento de uma nova divisão regional do trabalho por conta do novo padrão tecnológico. Tema, aliás, posteriormente presente como hipótese nos escritos de estudiosos da problemática regional brasileira como Cano e Diniz, por exemplo. Conforme consta do Plano (*apud* Tavares, 1989: 391), *“A difusão de novas tecnologias na indústria está provocando alterações importantes no sistema econômico nacional, levando, provavelmente, a uma nova divisão inter-regional do trabalho. O Nordeste não pode permitir que as indústrias mais dinâmicas e que se constituirão em*

ramos fundamentais da economia futura se concentrem no Sul e no Sudeste; o Nordeste não pode ficar mais uma vez retardatário na nova indústria que está sendo implantada no mundo e no Brasil”.

O efeito para o Nordeste desta nova divisão do trabalho seria, segundo o mesmo, altamente prejudicial. Como a sua inserção produtiva industrial ocorreu de modo complementar à matriz industrial presente no Sul-Sudeste fornecendo insumos, esta integração seria alterada se a qualidade e a quantidade dos mesmos a serem demandados por aquela indústria passassem a ser de maior conteúdo tecnológico. Por outro lado, poderiam surgir mais dois efeitos: a natureza das trocas inter-regionais seria alterada significativamente e, segundo, a modernização tecnológica do parque industrial brasileiro reduziria as vantagens comparativas e a competitividade que a indústria regional periférica apresentava.

Além disso, como a industrialização nordestina ocorreu de modo integrado e articulado mais ao pólo do que ao restante da economia nacional, sua articulação intra-regional foi menor. Como os efeitos regionais *para frente e para trás* foram poucos seja no plano intra-setorial seja no intersetorial, ficar de fora novamente dessa nova rodada de atualização tecnológica significaria continuar com uma estrutura produtiva repleta de elos faltantes das cadeias produtivas, principalmente nos setores mais dinâmicos, à exceção de alguns, como o do pólo petroquímico de Camaçari na Bahia. Assim, restaria ao Nordeste apenas ganhar competitividade baseada em mão-de-obra mal remunerada e não avançar no seu aparelho industrial, cingindo-se aos produtos de baixo valor de transformação e aqueles herdados ainda da Primeira Revolução Industrial. Segundo Tavares (op. cit.: 373), *“a conversão industrial no Centro-Sul traduz-se “na introdução de novas tecnologias, que deverá influir decisivamente sobre a divisão regional do trabalho, a complementaridade econômica entre as regiões e sobre a relação de competitividade””.*

Apesar do abandono das políticas de desenvolvimento regional e da redução dos investimentos públicos e das empresas estatais na década de 1980, o Nordeste ainda assim apresentaria uma taxa de crescimento superior à do Brasil como reflexo da intertemporalidade dos investimentos alocados para a região no âmbito do II PND. Se a dinâmica econômica neste período esteve comprometida para a região Sudeste, pólo econômico nacional, isto se deveu à variável macroeconômica investimento, cujas taxas

patinaram ou mesmo caíram. A Tabela 1.6 mostra claramente os efeitos da duração dos investimentos durante a década de 1980 no Nordeste, que, a despeito de sua variação negativa para o Brasil, teve comportamento distinto, apesar de discreto.

Na década de 1980 a taxa de crescimento anual média do PIB brasileiro e de todas as regiões abrandou, caracterizando um quadro macroeconômico de instabilidade, totalmente distinto do da década anterior, e caracterizado por: investimentos em queda, desemprego crescente, inflação persistente e em alta. O Nordeste, tendo sua dinâmica econômica atrelada ao ritmo da economia nacional, teve também arrefecida sua taxa anual média de crescimento, próxima dos 3,9% ante os 10,5% da década anterior, porém mantendo-se acima da média nacional. E esta observação é confirmada pelos dados da Tabela 1.6, que mostra a taxa média anual de crescimento da FBCF nordestina de 1,6% ante a taxa negativa nacional de -2,6% entre 1980-1990.

Tabela 1.6
Brasil e Nordeste
Taxa média anual de crescimento da FBCF real: 1970-95 %

Período	Nordeste	Brasil
1970-80	10,2	10,2
1980-90	1,6	-2,6
1990-95	-1,7	4,2

Fonte Sudene (1999: 340).

Em termos intra-regionais o desempenho das economias estaduais nordestinas foi assimétrico. Entre os estados que apresentaram taxas de crescimento do PIB superiores à regional, destacaram-se a Bahia, com os investimentos estatais realizados principalmente no pólo petroquímico, a Paraíba, o Rio Grande do Norte (sob influência da exploração do petróleo, tornando-se o segundo produtor nacional, do turismo e da agricultura irrigada do Vale do Açu) e Sergipe (pólo químico).

Pernambuco, que já crescera a taxa inferior à da região na década de 1970, volta a repetir o fraco desempenho, embora contemplado com o Complexo Industrial Portuário de Suape nos investimentos do II PND, por não contar com base de recursos naturais teoricamente demandados pelo Plano, por perder inversões industriais privadas de ramos tradicionais, como o de fiação, tecelagem e confecções, para outros estados em decorrência dos critérios adotados pelo sistema de incentivos da Sudene (Bacelar, 2000: 181). Outro fator foi o fraco desempenho da sua agricultura, mantenedora da mesma estrutura produtiva

e fundiária arcaica, concentradora e conservadora, principalmente na Zona da Mata, onde o setor sucroalcooleiro passou por mudanças que o levaram a regredir em termos produtivos, e a despeito da agricultura irrigada na região de Petrolina às margens do rio São Francisco. Estes fatores desempenharam papel inibidor do crescimento do seu PIB.

Do ponto de vista da estrutura produtiva do Nordeste, a indústria perdeu participação durante o período 1980-1990 (ver a Tabela 1.4), porém menos do que a agropecuária, perdendo participação para as atividades do setor terciário. Com a desaceleração da economia brasileira na década de 1980, a economia regional nordestina diminuiria seu crescimento, principalmente depois de meados daquela década (ver a Tabela 1.2), e seria assolada também por uma forte seca e por suas conseqüências de desestruturação do seu quadro sócio-econômico. Assim, neste quadro seria de se esperar a ampliação da importância do setor terciário na economia nordestina, tanto no tocante à sua participação no PIB como, principalmente, no de gerador em última instância de atividade ocupacional. Mas este fortalecimento das atividades terciárias no Nordeste deve-se também ao inter-relacionamento e interdependência entre os processos de desconcentração produtiva regional da economia e do avanço do seu processo de urbanização, que requer e pressiona pelo surgimento e ampliação dos segmentos de atividades econômicas ali localizadas, como são os vários tipos de serviços e o comércio.

A década de 1980 significou, do ponto de vista da desconcentração produtiva regional, relativo avanço. A inflexão da participação regional na renda do país deve-se não apenas ao caráter cíclico da própria economia, mas principalmente ao papel exercido pelo Estado através do investimento direto em infra-estrutura e em setores dotados de atratividade locacional ou do investimento induzido para as regiões periféricas com base em decisões de política compensatórias, desde que as regiões possuíssem condições locais, como, por exemplo, base de recursos naturais para receber tais investimentos. Esta hipótese pôde ser percebida a partir do II PND quando a desconcentração econômica se tornou tema corriqueiro nas discussões e análises sobre a questão regional brasileira.

Segundo Cano (1998: 312-335) outros fatores responsáveis por essa desconcentração foram:

- os efeitos de estímulo reinantes sobre as bases produtivas periféricas durante a fase produtiva do processo de integração do mercado nacional a partir da década de 1960;
- a agroindustrialização e a urbanização surgidas com a expansão da fronteira agrícola em áreas do Sul, Centro-Oeste e Norte do país;
- as políticas de desenvolvimento regional ao criarem incentivos fiscais, financeiros, cambiais e outros, atraíram capitais produtivos para o Nordeste por meio da Sudene, para a Amazônia através da Sudam e para o Espírito Santo.
- As políticas de incentivo às exportações ao lado da nova sistemática de crédito rural que impulsionaram a modernização conservadora no agronegócio e na agroindústria em áreas fora de São Paulo;
- A gradual intensificação do processo de urbanização nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste estimulando e derivando a criação e diversificação de atividades industriais, agrícolas e de serviços em bases locais;
- A crise desencadeada na economia brasileira atingiu mais duramente os estados mais industrializados do Sul-Sudeste do que os das regiões mais subdesenvolvidas do país.

Contudo, se coube ao Estado nacional impulsionar de forma decisiva essa desconcentração da atividade econômica no território nacional, a partir da década de 1980 isso não seria mais possível. A séria crise econômica, com o agravante do pior ajuste recessivo do Brasil até então, culminando na crise fiscal e financeira do Estado, “*detonou mudanças e processos que iriam influenciar a economia ao longo da década e durante a primeira metade dos anos 90*”, Belluzzo e Almeida (2002: 97). Isso colocaria em xeque a política de desenvolvimento regional, tornando preocupante e deteriorando a situação econômica e social das regiões menos desenvolvidas, dadas as suas frágeis formas de inserção econômica inter-regional.

Em que pese a crise econômica dos anos oitenta ter alcançado o Nordeste, seus processos de urbanização e de ampliação do predomínio do emprego urbano tiveram continuidade. Sua população total durante aquele período representou 28,94% (Censo Demográfico de 1991) da brasileira, mas sua PEA significou valor inferior (25,25%), resultado da sua menor taxa de crescimento populacional e da continuidade do fluxo

migratório inter-regional negativo da região, que, apesar das transformações produtivas estruturais por que tem passado, tem sua dinâmica econômica atrelada à nacional, e aquele período foi de baixo crescimento.

A estrutura populacional do Nordeste tem como uma de suas principais características a baixa taxa de urbanização (60,7%, em 1991), bem menor do que a do Brasil (75,6%), além do forte saldo migratório negativo inter-regional, de cerca de 16% de sua população, Cano (2008: cap 5). No Censo Demográfico de 1991 o indicador da taxa de urbanização mostrava uma diferença de 15 pontos percentuais em relação ao Brasil, indicando que funções econômicas urbanas podem funcionar, à medida que aumente sua urbanização, como potencial produtor de renda e empregador de mão-de-obra. Isto se mostra mais plausível se for considerado que a participação da agropecuária na formação da renda do Nordeste vem caindo ao longo do tempo, que a indústria não tem capacidade de absorver o contingente populacional urbano, por maior que fosse sua taxa de crescimento e dado o aumento de 10 pontos percentuais na população urbana nordestina.

O emprego urbano, contudo, agora passava a ser o principal responsável pela atividade ocupacional. Como indica o Censo Demográfico de 1991, a ocupação urbana passava a responder por 61,89% das ocupações totais nordestinas, ainda bastante inferior àquele indicador para o Brasil (77,58%). Em época de crise, como foi a década de 1990, passava a funcionar, sobretudo o setor terciário com suas atividades de comércio ambulante e de serviços pessoais, como “colchão amortecedor” para o subemprego e a geração de renda, por mínima que fosse, inclusive para a população rural que se deslocava para as cidades em busca de algum “bico”.

A dinâmica urbana das capitais e de algumas poucas cidades médias nordestinas contribuiu sobremaneira para o avanço do emprego urbano, ainda como resultado do amadurecimento dos investimentos do II PND, que perduraram até meados da década de 1980, mas também pela dinamicidade apresentada por alguns setores. Contudo este processo não foi regionalmente linear, por conta de desconcentração produtiva regional ter sido desigual. Estados como o Ceará, o Rio Grande do Norte e Sergipe se beneficiaram mais daquela desconcentração produtiva, enquanto outros como o Piauí, o Maranhão e a Paraíba tiveram menos a comemorar. Porém, em termos intra-regionais, no Nordeste o PIB continuou concentrado (68,2% em 1990) na tríade Bahia-Ceará-Pernambuco.

Entre os setores mais dinâmicos se destacaram: o imobiliário, ampliando os espaços urbanos, por meio dos investimentos de origem estatal, em áreas distantes dos centros tradicionais, e com isso, fazendo surgir uma série de serviços e de infra-estrutura urbana necessárias para atender à população que se deslocava para aqueles novos núcleos habitacionais, e por passarem a investir em habitações verticais para atender à classe média surgida pós-milagre e por querer se proteger melhor da criminalidade que agora atingia as cidades sem distinção; o setor turístico cresceu nas cidades litorâneas demandando os mais distintos investimentos em serviços e infra-estrutura de transporte, de comunicação, de lazer, de habitação (hotéis, pousadas e flats), de alimentação (bares e restaurantes), em propaganda e marketing; o comércio se diversificou e se modernizou, com investimentos no varejo moderno (shopping center, lojas de departamentos, grandes lojas concessionárias de automóveis, hipermercados, supermercados, lojas franquizadas); a educação básica, média e superior e a saúde mercantil, que inclusive passaram a ocupar espaço da pública, visto que esta sofreu cortes no investimento e manutenção; a Constituição Federal de 1988 que descentralizou vários serviços públicos com o repasse de verbas diretamente para estados e municípios.

Mas também, como frisado acima e já bastante consolidado na literatura¹¹, a informalidade em vários tipos de serviços e no comércio de rua foi o paradeiro dos trabalhadores desempregados pela crise que atingiu o Brasil e por aqueles que não obtinham nenhuma ocupação.

Esta urbanização e ampliação do emprego urbano, sobretudo no setor terciário, foram uma característica comum às capitais nordestinas, embora possa haver algumas diferenças particulares por conta da história econômica e do modo de inserção estadual e municipal na macrodinâmica nacional e regional, como é o caso da desconcentração concentrada. E é com este pensamento que Aracaju será analisada no capítulo terceiro.

1.3. O aprofundamento da macroeconomia contracionista, o Estado mínimo e a desconcentração produtiva regional entre 1990-2005

¹¹ Dedecca e Baltar (1997) e Baltar (2003a e 2003b).

A década de 1990 representou a consagração de um novo modelo de política econômica e a reformulação institucional do Estado brasileiro. Se nos anos de 1970 o Brasil teve acesso ao mercado financeiro internacional, na década seguinte as portas se fecharam diante da crise da dívida externa dos países subdesenvolvidos e o país exportou mais capital do que recebeu. Na década de 1990, novamente o mercado financeiro internacional integra o país ao seu circuito, mas de modo mais perverso, impondo ainda mais fortes restrições na condução da política econômica e tornando-o mais vulnerável às crises em razão da grande dependência financeira externa desenhado pelo novo modelo econômico¹².

Nos anos 90, com a rápida liberalização comercial e da conta de capital do balanço de pagamentos, o Brasil vai alcançar a estabilidade da moeda e curtos lampejos de crescimento econômico, em função da elevada dependência financeira externa, característica do novo modelo econômico. Com a valorização da moeda nacional e a redução das tarifas de importação o déficit comercial é provocado, impondo forte competitividade à indústria brasileira. Esse processo se acentuou à medida que essa política foi mantida e a inflação era diminuída, causando a valorização da taxa de câmbio em termos reais.

Como não mais existia a possibilidade de financiar o serviço da dívida externa com o superávit comercial, o governo elevou a taxa de juros com o intuito, implícito no novo modelo econômico, de atrair capitais externos. É a entrada desses capitais (especulativos e de curto prazo), em busca de prêmios elevados, mas de garantias duvidosas e riscos elevados, que vai assegurar o financiamento do pagamento do serviço da dívida externa e do déficit da balança comercial. Ao mesmo tempo a dívida pública interna aumentava exponencialmente.

Com as crises da periferia nos anos noventa (a mexicana de 1994, a da Argentina de 1995, a asiática de 1997 e a russa de 1998), o mercado internacional passa a ficar intranquilo e a duvidar da capacidade do governo em quitar seus compromissos. O preço cobrado é a redução da credibilidade no governo e a exigência de maiores garantias e maiores taxas de juros e a ampliação do arrocho fiscal para gerar superávits primários nas

¹² “As crises financeiras dos anos 80 diferem profundamente daquelas que os países vão sofrer nos anos 90. As primeiras se explicam essencialmente pela amplitude do serviço da dívida externa e pela obrigação dos países de financiá-lo com seus próprios recursos. As segundas têm por origem restrições financeiras externas extremamente fortes”, Camara e Salama (2005: 212).

contas públicas. Esse processo se acentuou tornando o país cada vez mais dependente da vulnerabilidade externa e, diante da freqüente ameaça da saída de capitais, o setor real da economia não cresce, ou quando cresce é a taxas irrisórias, e com tendência de aumentar a taxa de desemprego.

O esgotamento após 50 anos do dinamismo do crescimento econômico brasileiro, característica do capitalismo brasileiro entre 1930 e 1980, delimitaria o início do estreitamento da sua autonomia na determinação da política econômica¹³. Essa traria efeitos perversos para o prosseguimento da elaboração e consecução de políticas de desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo o governo implementou reformas no Estado, privatizando muitos serviços públicos e vendendo suas empresas produtoras. Com isso conseguiu atrair investimento direto externo, gerando três impactos de longo prazo nocivos à economia: o primeiro foi, auxiliado pela desvalorização cambial dos anos 90, a desnacionalização da produção e de serviços de infra-estrutura dificultando ainda mais a possibilidade de integração de interesses na formulação da política econômica do país; o segundo, em função das cláusulas previstas no processo de privatização, o reajuste das tarifas desses serviços (como o de energia e o de telecomunicações, por exemplo) tem ocorrido sempre em termos reais, gerando pressões inflacionárias; o terceiro tem impactado sobre as contas externas, como é o caso do pagamento de dividendos e da remessa de lucros para a matriz das empresas transnacionais, ao mesmo tempo em que, por definição, é não exportador.

A combinação da política cambial e monetária implantada pelo Plano Real, ressaltam Belluzzo e Almeida (2002: 377-8), repercutiu negativamente sobre a estrutura produtiva do país, com a fragmentação e perda de elos importantes das cadeias produtivas em muitos setores industriais. Essa destruição significou a redução do valor agregado e, conseqüentemente, o desaparecimento de atividades geradoras de emprego e de renda. Outro efeito daquela combinação de política econômica foi o perverso impacto sobre a distribuição setorial do investimento, já que os investimentos diretos externos se concentraram em setores não transacionáveis, como os de serviços e os privatizáveis,

¹³ Pode-se afirmar entre 1930 e 1980 o crescimento contínuo da economia brasileira foi possível graças à conjunção de fatores de ordem interna e externa, entre os quais estão o seu amplo mercado interno, a estabilidade da tecnologia, a *pax* sobre o amparo do acordo internacional de Bretton Woods gerando o crescimento dos fluxos de comércio e investimento direto e a autonomia das políticas domésticas. Para o tratamento mais aprofundado dessas questões ver Carneiro (op. cit.).

ampliando as importações e causando pouco impacto sobre as exportações. Um terceiro efeito é o aumento do passivo externo e interno da economia brasileira, aumentando a sua vulnerabilidade a um choque externo, desde que essa forma de financiamento externo não foi destinada a substituir importações e/ou incentivar as exportações.

A constante ameaça de saída de capitais tem sido financiada nesse novo esquema pela entrada de capitais do IDE, de portfólio, principalmente, de empréstimos de organismos internacionais e, recentemente, também pelo saldo da balança comercial. Contudo, a instabilidade relativa a esse modelo em termos de criar crises é forte e constante, tendo de estar sempre precavido em relação à restrição externa. Segundo Camara e Salama (2005: 221) *“A lógica financeira introduzida pelo funcionamento da economia sob o modo de cassino tende, então, a imprimir grande instabilidade na atividade econômica. Ela obriga os governos a tomar medidas que têm por efeito desacelerar o crescimento, seja para prevenir crises financeiras, seja – e os dois aspectos estão ligados – para fazer frente aos efeitos das crises. A lógica financeira dos modos de inserção pela finança na economia-mundo dá ao crescimento um perfil de “montanha-russa”. Em suma, está-se diante de um tipo de crescimento que repousa sobre o “fio da navalha”*”.

O Brasil para manter o equilíbrio entre a entrada e a saída de capitais adota a manipulação da taxa de juros. Tornada sua principal variável na condução da política econômica, sua manutenção em níveis elevados, conservando-a sempre elevada em termos reais, tem sido usada como importante atrativo de capitais externos. Esta política tem resultado em efeitos perversos sobre a demanda efetiva por conta da redução do consumo - por meio do encarecimento do crédito, da contenção salarial e da massa salarial -, a inibição dos investimentos - por conta dos seus custos elevados e dos ganhos obtidos com a aquisição dos títulos do Tesouro Nacional -, o desincentivo às exportações - causado pela valorização do câmbio com a entrada de capitais de curto prazo para fins especulativos -, e ao crescente corte dos gastos públicos, diante da necessidade imposta pelo modelo de gerar superávit primário para pagar o serviço da dívida e manter o “cassino” funcionando.

Nesse cenário, o Estado está comprometido em manter a política de contenção do gasto público, diante do acordo firmado com o FMI de gerar um superávit primário nas contas públicas de 4,25% do PIB, comprometendo os investimentos em infra-estrutura que ainda estão sob seu encargo. Esse debilitamento financeiro e fiscal do Estado brasileiro, em

todas as suas esferas, não tem permitido o tratamento ou mesmo a preocupação com as desigualdades regionais nesses tempos de globalização e de financeirização da riqueza. Como salienta Cano (1998: 310) *“Como economista crítico, insisto [em um ponto que] se refere à nossa hipótese de, a manter-se o neoliberalismo e introjetarmos doses significativas de “modernização” (novos processos ou setores mais complexos, com tecnologia mais sofisticada), haverá uma reconcentração espacial (em SP e “adjacências”) produtiva, em detrimento da periferia nacional, pois aquela modernidade, como é sabido, não pode localizar-se em qualquer tipo de espaço econômico, mas tão-somente naquelas que possuem condições especiais de recepção de tais modernidades”*.

Essa trajetória neoliberal trilhada pela economia brasileira desde final da década de 1980 até os dias atuais tem enfraquecido sua coerência sistêmica, tornando sua política econômica submissa aos interesses financeiros nacionais e internacionais e as políticas regionais têm sido negligenciadas. Estas, quando surgem, são mera coincidência com algum interesse privado. Neste cenário de agudização da problemática regional, como está se conformando a divisão regional do trabalho? Como estão se amoldando as regiões periféricas brasileiras? Quais são os novos espaços e setores de valorização do capital?

Em suma, essa lógica financeira a que está submetida a economia brasileira tende a aprofundar suas desigualdades econômicas e sociais, tornando a questão regional mais importante ainda e merecedora de análises que procuram dar conta do seu entendimento, principalmente no tocante à sua região Nordeste, símbolo da exclusão econômica e social brasileira.

Apesar das restrições macroeconômicas postas ao bom desempenho das atividades produtivas durante o período 1989-2005 (ver a Tabela 1.1), a economia nordestina conseguiu manter a característica do seu PIB crescer (2,03%), desde a década de 1970, a taxas médias anuais superiores à do Brasil (1,65%). Este fato pode ser explicado pelo empenho e dedicação de suas Unidades Federativas na chamada “guerra fiscal”, conseguindo atrair setores industriais tradicionais de bens de consumo não-duráveis e semiduráveis, pelos investimentos realizados no setor de turismo, derivando investimentos em infra-estrutura, construção civil e serviços urbanos, ao avanço da agricultura de grãos sobre o oeste da Bahia, o sul e o sudoeste do Maranhão e do Piauí, e o avanço de sua urbanização.

Este crescimento do Nordeste foi suavizado pela redução dos investimentos do Estado e de suas empresas estatais durante a década de 1990, decorrente do processo de mudança institucional a que foi submetido o Estado brasileiro e à política econômica de arrocho fiscal empreendida na busca da estabilidade macroeconômica. Como a economia da região deposita fortes laços de dependência das ações dos governos nas suas três esferas, os investimentos foram bastante afetados.

Se no geral o Nordeste saiu-se bem, inclusive recuperando sua participação produtiva regional a patamares próximos de 1985, ano de auge da desconcentração do PIB entre as regiões, o estado de Pernambuco foi a exceção em termos inter-regional. Fatores como estrutura industrial sem envergadura e especializada em setores de baixo valor de transformação, estrutura agrícola concentrada e com forte presença da monocultura da cana-de-açúcar com baixos padrões produtividade, estrutura terciária de baixo dinamismo e precária infra-estrutura, podem ser responsabilizados pelo fraco desempenho da economia pernambucana no período entre 1989-2005¹⁴.

O comportamento setorial das atividades econômicas nordestinas destoou bastante durante o período 1990-2005. Se sua atividade industrial avançou, a atividade agropecuária recuou.

Os estudos sobre economia regional têm centrado suas análises no setor industrial¹⁵ em razão da maior facilidade de se tratar o setor em termos de dados, estrutura, conceitos, metodologia e, principalmente, por ser o principal componente do PIB, ou seja, a dinâmica econômica é determinada em última instância pelo seu comportamento. Neste sentido, outro não tem sido o principal motivo para o fraco desempenho da economia brasileira nos últimos anos se não a pífia taxa de crescimento industrial de 1,36% a.a., do período 1985-2002 de receituário liberal. Esse período comprometeu a trajetória histórica de desenvolvimento da indústria, cujas taxas de crescimento anual eram superiores a 7,5% durante o forjamento da sua industrialização. Como não poderia deixar de ser, ocorreram desdobramentos sobre a participação regional como ilustram as Tabelas 1.7, 1.8 e 1.9.

¹⁴ Pernambuco produzia, em 1990, 8,7% da cana brasileira, em 2000 caiu para 4,7 e em 2005 encolheu ainda mais sua participação, passando para 4,1%. No setor industrial e de infra-estrutura os efeitos encadeadores dos investimentos na refinaria de petróleo, no estaleiro, na siderurgia e na infra-estrutura em torno do porto de Suape, potencializam para Pernambuco melhor desempenho econômico.

¹⁵ Cano (1998), Diniz (1993), Guimarães Neto (1989) e Caiado (2002).

Tabela 1.7
Brasil

	Participação (%) regional no PIB da indústria: 1939-2005								
	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995	2005
Norte	2,33	1,02	1,70	1,07	3,22	3,42	4,10	4,64	5,40
Nordeste	12,09	9,45	8,32	7,01	9,33	11,90	10,46	10,94	11,79
Sudeste	71,74	75,39	76,87	79,09	69,04	67,45	64,13	62,29	60,08
- São Paulo	36,38	46,39	53,34	56,45	47,06	43,58	43,45	40,25	35,97
Sul	12,86	13,53	12,34	11,95	16,23	15,15	19,11	19,08	17,84
Centro-Oeste	0,98	0,61	0,77	0,89	2,19	2,09	2,20	3,06	4,89
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados brutos: IBGE *apud* www.ipeadata.gov.br em 20/04/2006.

A distribuição regional resultante da delimitação clara dos dois períodos de experiências de políticas de desenvolvimento totalmente díspares mostra que durante o primeiro -da fase de existência de um projeto nacional de desenvolvimento com a participação do Estado brasileiro planejando, coordenando e executando políticas industriais, agrícolas, regionais e urbanas, utilização da política macroeconômica voltada aos interesses produtivos, investimentos privados nacionais e estrangeiros em projetos de construção e consolidação produtiva- houve um duplo movimento: tendência concentradora industrial até 1970, sobretudo no Sudeste e, especificamente, no estado de São Paulo, e a partir daí sua inflexão, em razão dos fatores já observados, mas também pela desarticulação coordenadora, reguladora e investidora do Estado brasileiro juntamente com suas políticas macroeconômicas ortodoxas voltadas ao controle de preços, que inibiram o investimento, principalmente no núcleo duro (indústria de bens de capital e indústrias de base) da indústria e também na de bens de consumo duráveis, concentradas naquele estado.

Não obstante, São Paulo ainda concentra mais da metade das indústrias de fabricação de celulose, papel e produtos de papel (52,53%), de edição, impressão e reprodução de gravações (53,29%), de produtos químicos (50,14%), de artigos de borracha e plástico (60,65%), de máquinas e equipamentos (52,75%), de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (58,53%), fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios (52,94%), de fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias (52,74%) e de fabricação de outros equipamentos de transporte, inclusive aeronaves (50,41%). Além disso, concentra as indústrias de fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (44,71%), de

fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática (41,11%) e de fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações (37,33%)¹⁶.

Tabela 1.8
Brasil
Taxa anual de crescimento (%) do PIB da indústria: 1939-2002

	1939-70	1970-85	1985-95	1995-02	1985-02
Norte	5,01	19,04	3,19	5,11	3,98
Nordeste	5,81	14,11	-0,76	4,99	1,57
Sudeste	8,03	8,99	-0,72	2,73	0,69
- São Paulo	9,23	8,27	-0,71	0,38	-0,26
Sul	7,44	11,91	2,41	2,86	2,60
Centro-Oeste	7,33	16,64	3,96	5,65	4,65
Brasil	7,69	10,15	0,08	3,22	1,36

Fonte: Dados brutos: IBGE *apud* www.ipeadata.gov.br, em 20/04/2006.

O Nordeste foi beneficiário direto do processo de desconcentração produtiva existente até 1985 graças aos investimentos privados atraídos para a região pela política de desenvolvimento regional, centrada nos incentivos fiscais coordenados pela Sudene, pela montagem da infra-estrutura (energia, telecomunicações e estradas) pelo gasto estatal e ao pacote de investimentos concebidos durante o II PND que perduraram até a década de 1980, resultando para a região numa especialização industrial em bens intermediários, articulando ainda mais sua complementaridade inter-regional, e em bens de consumo não duráveis voltados ao mercado regional.

Com a crise da dívida e a crise fiscal e financeira do Estado na década de 1980 e a adoção, a partir de então, dos planos ortodoxos e heterodoxos voltados para debelar a inflação, a política de desenvolvimento regional foi extinta, os investimentos estatais minguaram e a incerteza macroeconômica afugentou os investimentos privados. Com a entrada da década de 1990, toma marco na economia brasileira a abertura da conta de capitais do balanço de pagamentos, a liberalização comercial e a política cambial populista ortodoxa, a desmontagem do aparelho estatal de produção e de oferta de serviços com o

¹⁶ O Amazonas, onde está localizada a Zona Franca de Manaus, tinha, em 2003, a seguinte participação no valor bruto da produção industrial: Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática: 10,70%; Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações: 54,40%; Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios: 10,76%; Fabricação de outros equipamentos de transporte: 28,06% e Edição, impressão e reprodução de gravações: 4,51%.

processo de privatização, a política monetária recessiva de juros reais altamente elevados, que, no meio do turbilhão da reestruturação produtiva mundial e de mudança na divisão internacional do trabalho, criou um cenário interno de instabilidade microeconômica e macroeconômica, com reflexos na inibição dos investimentos, na desestruturação de importantes elos nas cadeias produtivas nacionais e nas pífias taxas de crescimento econômico.

Tabela 1.9
Brasil, exceto São Paulo, e Nordeste
Participação (%) no VBP da indústria de transformação: 1996-2003

	Brasil, exceto São Paulo				Nordeste			
	1996	1998	2000	2003	1996	1998	2000	2003
Total	51,80	51,65	54,96	58,57	7,62	7,33	8,48	8,95
Indústrias de transformação	50,71	50,49	53,49	56,85	7,48	7,23	8,31	8,83
- Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	63,90	64,00	65,64	66,40	10,35	9,69	10,38	10,84
- Fabricação de produtos do fumo	92,88	95,48	98,87	96,84	-	-	-	-
- Fabricação de produtos têxteis	48,94	50,50	53,95	54,27	14,73	13,38	17,78	18,15
- Confecção de artigos do vestuário e acessórios	56,40	55,61	61,81	64,15	9,37	9,00	12,30	11,97
- Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	77,61	82,21	82,31	83,73	-	-	16,22	17,70
- Fabricação de produtos de madeira	82,28	78,89	79,48	84,99	3,02	2,40	2,83	1,91
- Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	42,20	43,70	49,77	47,47	-	5,83	6,55	5,84
- Edição, impressão e reprodução de gravações	41,61	42,28	40,17	46,71	4,68	4,16	3,42	4,35
- Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	47,55	50,38	51,91	55,29	-	-	-	-
- Fabricação de produtos químicos	43,21	43,09	47,35	49,86	13,68	12,43	14,75	14,30
- Fabricação de artigos de borracha e plástico	35,47	39,04	39,49	39,35	4,51	5,48	4,74	5,97
- Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	58,11	61,21	61,59	63,68	9,71	9,46	9,64	10,26
- Metalurgia básica	71,79	69,66	73,83	73,22	-	-	-	-
- Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	44,72	42,87	46,69	51,48	2,81	4,84	5,70	7,21
- Fabricação de máquinas e equipamentos	40,11	37,50	45,59	47,25	2,14	-	2,23	1,53
- Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	34,55	34,76	47,45	58,89	-	-	-	-
- Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	31,95	32,31	37,30	41,47	-	-	-	-
- Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	58,13	37,13	41,66	62,67	-	-	-	-
- Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	47,26	49,53	43,57	47,06	-	-	-	-
- Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	26,96	30,06	39,34	42,76	0,14	0,18	0,31	4,83
- Fabricação de outros equipamentos de transporte	68,00	50,71	37,81	49,59	-	-	-	-
- Fabricação de móveis e indústrias diversas	57,38	57,64	57,77	61,98	3,54	3,61	4,17	4,00
- Reciclagem	52,84	51,84	55,35	64,20	-	-	-	-

Fonte: Dados brutos: IBGE – Pesquisa Industrial Anual in www.sidra.ibge.gov.br, em 20/05/2006.

- Dado não disponível para o Nordeste.

Para as regiões periféricas brasileiras, menos capacitadas para se adequar a essa nova conjunção de fatores recessivos, restou criar formas espúrias de atração de

investimentos, como é o caso da “guerra fiscal” e, somado a isso, a baixa remuneração salarial. Algum sucesso parece ter sido obtido, pois sua taxa de crescimento anual industrial passou de $-0,76\%$, entre 1985-95, para cerca de $5,00\%$, entre 1995-2002, e sua figuração na indústria brasileira passou de $10,94\%$, em 1995, para $11,79\%$, em 2005.

Lastreado pela análise acima e pelas evidências disponíveis para a indústria de transformação, pode-se afirmar a sua especialização no segmento de indústrias intermediárias e de bens salário: Fabricação de produtos alimentícios e bebidas, Fabricação de produtos têxteis, Confecção de artigos do vestuário e acessórios, Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados, Fabricação de produtos químicos e Fabricação de produtos de minerais não-metálicos. E como expressão máxima do resultado direto da concessão de benefícios fiscais, financeiros, creditícios e de infraestrutura pelo governo estadual da Bahia, pode-se citar instalação da indústria de Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias, cuja participação nesse segmento nacional foi de $4,83\%$ em 2003.

Disso se pode concluir para o Nordeste uma situação desalentadora para a sua estruturação, modernização e diversificação industrial, diante da ausência de políticas públicas orientadoras e indicadoras de seu espaço como escolha locacional em um projeto integrado nacionalmente e a sua substituição pelas livres forças de mercado, pelo caos competitivo da guerra fiscal, pela depauperação de suas condições infra-estruturais, pela política macroeconômica voltada aos interesses da órbita financeira em detrimento da produtiva e pela sua menor capacidade em concorrer com outras regiões pela atração de segmentos centrados em ciência e tecnologia.

O comportamento da atividade agropecuária nordestina tem sido regressivo, conforme indicam os dados constantes das Tabelas 1.10 e 1.11. Enquanto o Norte e o Centro-Oeste, em razão do já observado engrandecimento da fronteira agrícola nacional, e o Sul, pegando carona no boom dos preços agropecuários internacionais, prosperaram na participação, o Nordeste e o Sudeste regrediram.

No caso nordestino os chamados pólos econômicos agrícolas, incluindo a lavoura irrigada do Vale do São Francisco e do Açu e as novas regiões de expansão da fronteira agrícola da Bahia, Maranhão e Piauí, possuem dinâmica, contudo não têm conseguido confrontar a estagnação de outras culturas na região como, por exemplo, a do cacau na

Bahia e a laranja em Sergipe ou substituir lavouras tradicionais mais próximas do segmento de subsistência.

Tabela 1.10

Brasil

Participação (%) regional no PIB agropecuário: 1939-2003

	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995	2002	2004
Norte	3,28	1,66	1,69	4,06	5,65	5,83	11,49	8,55	7,48	6,90
Nordeste	23,03	18,65	20,92	20,87	19,49	20,37	18,85	19,19	14,57	14,30
Sudeste	47,02	54,23	43,90	34,23	34,68	37,14	35,46	36,00	36,42	31,70
Sul	22,18	22,16	28,71	33,42	29,51	29,15	26,66	26,64	28,05	31,70
Centro-Oeste	4,49	3,30	4,78	7,41	10,67	7,52	7,54	9,62	13,49	15,40
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE *apud* www.ipeadata.gov.br em 20/04/2006 para 1939-2002, dados brutos, e IBGE (2006) para 2004.

Ou seja, por mais que apareçam ilhas de prosperidade agrícola, seus problemas estruturais -atrasadas relações de produção e social e concentração fundiária-predominam, aliados à produção de produtos de menor valor de comercialização, levantando barreiras para o seu desenvolvimento¹⁷. Como demonstram os dados das Tabelas 1.12 e 1.13, a participação da região no total nacional do valor da produção, tanto para as lavouras permanentes como para as temporárias, é largamente superado pela da área colhida.

Tabela 1.11

Brasil

Taxa anual de crescimento (%) do PIB agropecuário: 1939-2003

	1939-70	1970-85	1985-95	1995-02	1985-02	2002-03
Norte	3,95	9,37	2,83	1,92	2,45	5,10
Nordeste	2,91	6,60	-1,63	-0,11	-1,01	4,85
Sudeste	2,19	7,36	-1,35	4,07	0,84	-0,72
Sul	4,61	5,81	-1,93	4,66	0,73	18,31
Centro-Oeste	4,92	6,88	1,43	9,03	4,49	10,89
Brasil	3,24	6,78	-1,04	3,89	0,96	7,41

Fonte: IBGE *apud* www.ipeadata.gov.br em 20/04/2006 para 1939-2002, dados brutos e IBGE (2005) para 2003.

¹⁷ As principais lavouras nordestinas para os anos de 1990, 1995, 2000 e 2004, eram, respectivamente, segundo o valor da produção: cana-de-açúcar (27,91; 21,58; 22,87; 15,48), soja em grão (0,77; 3,47; 7,50; 13,59), mandioca (15,00; 12,85; 11,05; 10,45), algodão herbáceo (1,22; 1,30; 2,21; 6,97), milho (2,95; 5,72; 7,64; 5,91), feijão (8,49; 8,18; 8,42; 5,65), banana (4,46; 6,21; 4,78; 5,35), arroz (4,59; 5,17; 4,37; 4,64), cacau (6,27; 4,38; 3,05; 4,34) e coco-da-baía (2,09; 3,02; 3,59; 2,68); e segundo a área colhida eram: milho (18,40; 23,81; 22,46; 22,15), feijão (17,16; 20,70; 21,03; 18,48), soja (3,24; 4,45; 7,56; 11,01), cana-de-açúcar (12,70; 9,72; 9,48; 9,49), mandioca (9,53; 8,13; 6,61; 6,78), arroz (9,04; 9,56; 7,04; 6,41), (castanha de) caju (4,93; 5,46; 5,75; 5,75), cacau (4,72; 4,88; 5,42; 4,47), algodão herbáceo (2,84; 2,80; 2,03; 2,43) e côco-da-baía (1,70; 1,73; 2,06; 1,95).

Em suma, não será através do comportamento errático de investimentos que a região Nordeste, ou outra qualquer, alcançará taxas de crescimento e desenvolvimento sustentáveis. A desconcentração produtiva regional, de final do século XX e início do XXI, que tem acompanhado este processo tende a não gerar estruturas produtivas integradas e com vínculos de aprofundamento dos seus encadeamentos para trás e para frente.

Tabela 1.12
Brasil

Participação (%) regional na área colhida e no valor da produção das principais lavouras permanentes: 1990-2004

	Área colhida				Valor da produção			
	1990	1995	2000	2004	1990	1995	2000	2004
Norte	6,43	8,00	8,65	8,28	7,13	9,56	8,42	5,40
Nordeste	37,23	40,80	37,01	37,31	21,04	22,44	19,07	20,06
Sudeste	44,88	44,65	45,01	45,49	57,44	50,73	52,52	59,58
Sul	9,00	4,81	7,13	6,96	12,08	14,35	17,32	12,99
Centro-Oeste	2,46	1,74	2,20	1,96	2,30	2,91	2,68	1,98
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados brutos: Produção Agrícola Municipal em www.sidra.ibge.gov.br, em 20/05/2006.

Além de que, como destaca Monteiro Neto (2005: 116), “As restrições criadas pela política econômica visando realizar um ajuste fiscal e financeiro do Estado brasileiro tiveram efeitos perversos sobre o gasto governamental em investimento, os quais se encontram em 2000 no patamar mais baixo dos últimos trinta anos. Os mecanismos indiretos de financiamento da produção – o crédito governamental ao setor privado – num contexto de restrições institucionais, não foram capazes de se contrapor à queda no investimento público direto e, além disso, perderam efetividade: recursos dos Fundos Constitucionais (FCO, FNO e FNE), por exemplo, em vários momentos da década ficaram sem utilização porque não havia demanda empresarial por eles”.

Tabela 1.13
Brasil

Participação (%) regional na área colhida e no valor da produção das principais lavouras temporárias: 1990-2004

	Área colhida				Valor da produção			
	1990	1995	2000	2004	1990	1995	2000	2004
Norte	3,32	4,26	4,53	3,99	4,43	5,44	3,76	3,28
Nordeste	20,72	23,29	20,25	17,27	19,11	18,64	15,18	12,33
Sudeste	20,53	19,35	18,24	16,84	31,45	27,31	26,27	20,85
Sul	39,42	35,39	34,93	34,56	35,08	35,77	33,67	35,21
Centro-Oeste	16,01	17,72	22,04	27,33	9,91	12,85	21,12	28,32
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados brutos: Produção Agrícola Municipal em www.sidra.ibge.gov.br, em 20/05/2006.

A Constituição Federal de 1988 (artigos 159 e 161) preocupada com a questão regional brasileira instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento, regulamentados pela Lei n.º 7.827, de 27/09/1989, e voltados às três regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) de piores indicadores socioeconômicos. Conforme Macedo e Matos (2008a: 7), os fundos constitucionais foram criados com o objetivo central de contribuir para o desenvolvimento e diminuir as desigualdades regionais, aliados a outros instrumentos de financiamento da política de desenvolvimento regional, executados pelo Ministério da Integração Nacional.

Esses recursos garantiriam, segundo Macedo e Matos (2008b: 361), “(...) *de forma contínua, a possibilidade de financiamento da atividade produtiva nas regiões-alvo, independentemente do ciclo político e das condições econômicas do País, embora os recursos disponíveis variem diretamente de acordo com o ritmo de crescimento da economia em função da sua origem. Tais recursos, ainda que insuficientes para mudar as estruturas produtivas regionais e reverter a condição de iniquidade, mobilizam um montante para investimentos (...) que não pode ser considerado irrelevante para as regiões receptoras*”.

Dois resultados são gerados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento (em termos da participação dos seus recursos nos respectivos PIBs, em 2004, o FNO representava 0,7%, o FNE 0,8% e o FCO 0,5%) regionais em termos da questão regional: o primeiro é o de contribuir para a desconcentração produtiva inter-regional, desde que os recursos não são contingenciados mas dependentes da demanda e, o segundo, é o de tender para concentração produtiva intra-regional. Isto se dá em razão da sua própria lógica de funcionamento, em que os espaços mais dinâmicos em termos econômicos são os que mais demandam projetos e, principalmente, valores, criando obstáculos para sua melhor equidade.

Em seu avanço de processo inacabado, a urbanização do Nordeste indicava, pelo Censo Demográfico de 2000, taxa de menos de 70% de sua população vivendo nas cidades, contra mais de 90% na região Sudeste e de 81% no Brasil. O somatório de condições climáticas adversas (seca), da estrutura agrária excludente, do patrimonialismo presente na gestão da esfera pública, da concentração produtiva no entorno das capitais e regiões metropolitanas, da baixa remuneração salarial e da falta de oportunidade de emprego, e do

pífio desempenho econômico do Nordeste ao longo da década de 1990 e início da de 2000, contribui para o processo migratório inter-regional e/ou intra-regional, tanto no sentido campo-cidade, bem como no sentido cidade (interior)-capital e seu entorno/região metropolitana.

O processo descrito no parágrafo anterior vai encontrar no setor terciário da região uma válvula de escape. Porém à medida que avança a contribuição dos ramos de comércio e de serviços para a geração de renda e emprego no Nordeste, cria-se um dualismo moderno-conservador, pois permite a convivência de investimentos em setores como o de turismo (hotéis, resorts, restaurantes, por exemplo) e de comércio (shoppings centers, hipermercados, galerias) impactando sobre a construção civil, cujas relações com o poder público muitas vezes macula os interesses públicos-privados, bem como a precarização das relações trabalhistas com a forte presença da informalidade e da terceirização.

A desconcentração produtiva regional, como não poderia deixar de ser, mostrou capilaridade no tocante a sua abrangência, porém tem sido seletiva no tocante aos ‘ganhadores’. Mesmo tendo, no caso do Nordeste, levado a mudanças importantes em sua estrutura econômica nas últimas décadas, tais avanços não têm se estendido na mudança de indicadores sócio-econômicos que insistem na manutenção de sua característica de espaço dos menos desenvolvidos do Brasil:

- Seu PIB per capita representava em 2005 (Tabela 1.14) apenas cerca de 47% da média do Brasil, o mais baixo entre suas regiões, ante quase 40% em 1970; de certa forma, isso demonstra o quão pouco a região tem evoluído, sobretudo ao se saber que é uma região caracterizada há décadas pelo saldo migratório negativo. No período entre 1970/80 a renda média por habitante no Nordeste cresceu 5,4%, entre 1980/85 aumentou 16,4%, entre 1985/1990 regrediu 8,3% e entre 1990/2005 aumentou 6,1%;
- Se em 1970 sua população economicamente ativa estava assim distribuída pelos setores de atividade econômica, primário com 62%, indústria com apenas 11% e terciário com 27%, os esforços para atrair investimentos industriais ao longo das três últimas décadas e meia não conseguiram, como esperado inicialmente, intensificar o emprego industrial. Em 2004 aqueles indicadores apontavam 36,2% de sua população ocupada no setor primário, apenas 14,7% na indústria e

49,1% no setor terciário, enquanto a média para o Brasil era, respectivamente, de 21%, 21% e 58%;

- Cerca de 48% dos trabalhadores não tinham, em 2004, carteira de trabalho assinada, enquanto no Brasil esse percentual era de 33%;
- Não contribuía para a previdência 72% das pessoas ocupadas em 2004, ante 53,5% no Brasil;
- Da população considerada economicamente ativa em 2004, algo como 20% eram analfabetas ou não tinham sequer um ano de estudo, diante da média brasileira de 11%;
- Houve agravante deterioração do rendimento salarial, com 30,2% da população economicamente ativa, em 1980, percebendo até 1 salário mínimo, enquanto em 2004 esta participação aumentou para 36,2% da população economicamente ativa, enquanto no Brasil esses percentuais eram, respectivamente, 20,3% e 23%;
- Seus nove estados apresentavam os piores Índice de Desenvolvimento Humano, em 1991, situação pouco modificada em 2000, por conta deles estarem entre os dez piores.

Tabela 1.14
Brasil
Índice do PIB per capita regional e dos estados nordestinos (Brasil=100): 1970-2005

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2005
Norte	57,37	48,98	59,58	68,78	71,96	63,75	62,16
Nordeste	39,51	37,58	41,64	48,47	44,45	44,88	47,16
Maranhão	26,76	23,07	25,90	22,11	23,76	23,45	35,60
Piauí	21,10	20,55	21,30	22,16	25,48	28,75	31,74
Ceará	31,50	28,63	34,48	39,23	37,37	44,37	43,35
Rio Grande do Norte	33,18	37,08	40,43	48,16	43,63	44,63	51,02
Paraíba	28,82	29,24	28,91	31,86	38,83	39,36	40,23
Pernambuco	53,30	49,94	49,55	52,34	54,85	56,92	50,87
Alagoas	41,10	36,72	40,48	50,72	41,24	37,10	40,20
Sergipe	45,90	42,29	41,55	93,10	56,51	52,77	58,51
Bahia	47,49	46,50	56,08	66,75	55,57	52,65	56,47
Sudeste	152,39	148,04	143,29	139,57	137,73	137,59	132,68
Sul	96,19	106,16	108,07	110,14	121,00	119,94	113,30
Centro-Oeste	66,29	80,56	87,04	71,75	80,14	89,63	125,27

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2000, microdados, para 1985 a 1995, in www.ibge.gov.br, acesso em 10/11/2007; IBGE (2007), Contas Regionais do Brasil 2002-2005, para 2005; AZZONI (1997: 386), para 1970-1980.

O comportamento da estrutura populacional do Nordeste não apresentou grandes mudanças segundo os dados do Censo Demográfico de 2000. Sua característica de gerar saldos migratórios negativos continuou em todos os seus estados, à exceção do Rio Grande do Norte, porém em quantidades menores. Este fenômeno evidencia a incapacidade de sua economia, por mais que cresça, de gerar atividades ocupacionais suficientes para absorver o crescimento de sua mão-de-obra.

Em 2000 o Censo Demográfico indicava que a população nordestina, em decorrência da sua menor taxa de crescimento e do seu saldo migratório negativo, representava 28,12% da brasileira (em 1990, era 28,94%), enquanto sua PEA ostentava 25,14% de participação. Em termos do emprego, as ocupações urbanas no Nordeste representavam 68,45%, valor ainda muito distante da média nacional (81,48%). As ocupações rurais no Nordeste, embora destronadas da posição de maior geradora de empregos na região, ainda eram, em 2000, as mais representativas em termos relativos frente às demais regiões e à média brasileira (18,52%).

Já sua população urbana aumentou, passando de 60,7%, em 1991, para 69,1%, em 2000, mas ainda muito inferior ao indicador para o Brasil que era de 75,6% e 81,2%, respectivamente. Este aumento da população urbana nordestina significa aumento de milhões de pessoas dependendo do desempenho de atividades vinculadas às atividades urbanas, basicamente os setores industrial e terciário.

Como o desempenho de sua economia, de predomínio das atividades urbanas, tem apresentado comportamento aleatório -como pode-se notar pelo indicador do PIB per capita na Tabela 1.14-, sem construir bases sistêmicas de sustentação, o setor terciário tem desempenhado o papel de grande absorvedor da população economicamente ativa nordestina. Mas este papel reflete a grande subocupação, como uma de suas principais características, ou seja, a fragilidade em que ele ocorre, dadas as relações de informalidade na sua organização e nas suas relações trabalhistas, precarizando ainda mais a sua limitada atividade econômica.

1.4. Conclusões

Ao longo deste capítulo procurou-se mostrar a soldagem da economia nordestina aos ditames da economia brasileira, se caracterizando, sobretudo, por um comportamento pró-cíclico. Seu crescimento esteve sempre comprometido com a intervenção do Estado brasileiro, o que acarreta na distinção de momentos históricos fruto de sua ação planejadora e coordenadora de uma política de desenvolvimento nacional e regional.

Na década de 1970 as ações coordenadas da Sudene, através dos incentivos fiscais do sistema 34/18-FINOR, atraindo capitais industriais para investir na região, e os investimentos realizados pelo II PND, por meio das empresas estatais nas diversas áreas produtivas e de oferta de serviços, permitiram à região Nordeste relativa alteração em sua estrutura econômica. Isto porque se não desencadeou o processo de industrialização almejado, permitiu mudanças na dinâmica da formação da renda regional com a maior participação da indústria em detrimento da sua arcaica base primária. Além disso, a ‘nova indústria’ criada, principalmente a de bens intermediários, atrelava seu desempenho ao centro econômico brasileiro, a região Sudeste.

Essa mudança na sua estrutura produtiva, o que de certo modo era também uma extensão, dado um certo lapso de tempo, do ocorrido no território nacional, foi acompanhada pela intensificação de sua urbanização. Essa tendência da população em se aglomerar nas cidades funcionava como apoio catalisador das atividades econômicas urbanas no Nordeste, principalmente junto às suas capitais. Mas não apenas houve desconexos movimentos produtivos intra-espacialmente nos seus estados, como também o desempenho intra-regional foi desigual.

A década de 1980 representou uma inflexão na economia brasileira com a crise fiscal e financeira do Estado. A mudança de atitude no papel desempenhado pelo Estado na formulação de sua agenda de política econômica, não apenas levaria à chamada década perdida (combinação de alta inflação com baixíssimo crescimento econômico) como também sepultaria a política de desenvolvimento nacional e regional. Esta ausência de uma ação planejada, coordenada e regulada pelo agente agregador das várias lacunas e interesses econômicos regionais repercutira de forma intensa para a região Nordeste.

Se em 1985 os indicadores apontavam para a sua maior participação produtiva regional no período aqui analisado, no final da década aquela variável seria menor do que a obtida em 1970, fato ímpar entre as regiões brasileiras e indicativo da vulnerabilidade da sua dinâmica econômica ao desempenho estatal. Se alguns estados se beneficiaram mais do que outros da presença ativa do Estado na alocação dos seus investimentos planejados, outro não seria o reflexo agora da redução do seu papel na economia senão o menor desempenho da atividade econômica daqueles.

Contudo, o prosseguimento do processo de urbanização, ajudaria a amenizar o desemprego e a realçar o papel desempenhado pelo setor terciário, sobretudo, como empregador e gerador de renda na região Nordeste, porém em bases frágeis em muitos de seus subsetores do ponto de vista das relações trabalhistas: informalidade, precárias condições de trabalho, baixos salários e horizonte de existência e manutenção do emprego. Enquanto isto, nada se fez para modificar sua histórica estrutura agrária concentrada e estrutura social conservadora, afinal de contas a migração e suas cidades (basicamente as capitais, pois as cidades médias do Nordeste são pouquíssimas) desempenhavam o papel social e econômico paliativo para o êxodo rural.

Entrada a década de 1990, a economia brasileira sofreria seu ‘choque de capitalismo’, instaurando o “(...) *fenômeno da desconcentração espacial fraca e errática em meio à ausência de crescimento*”, conforme observou Monteiro Neto (2005: 110). As mudanças no papel do Estado brasileiro, com o aprofundamento do ideário liberal, remeteram ao mercado maior peso na definição do modelo de desenvolvimento instaurado. Para o Nordeste as reformas institucionais, a política macroeconômica de objetivo único -a estabilização dos preços-, a abertura comercial e financeira, a privatização de empresas públicas e demais reformas pró-mercado causariam efeitos deletérios.

Para se contrapor àquele quadro as unidades federativas recorreram à guerra fiscal, repassando a grupos privados potenciais recursos a serem arrecadados através de impostos com o objetivo de atrair investimentos, conseguindo a um custo muito alto algum êxito na atração e/ou realocação de plantas industriais produtoras de bens intensivos em mão-de-obra barata. Porém, a longevidade incerta, os baixos efeitos desencadeadores e a ausência de caráter estruturante pouco contribuem para moldar uma nova estrutura produtiva e social no Nordeste.

Assim, a região Nordeste ainda se mantém como das mais dependentes dos repasses de recursos públicos federais. Em termos de políticas regionais pouco sobrou, visto a extinção e ressurgimento da Sudene esvaziada de funções, a não ser aquelas estabelecidas pela Constituição de 1988 como os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que seguindo a lógica do mercado são mais utilizados somente em momentos de ambiente macroeconômico de crescimento contagiante, fato pouco visto nas quase duas últimas décadas.

A desconcentração produtiva regional favorável ao Nordeste (e concentrada intra-regionalmente), que as estatísticas aqui utilizadas indicam para o ano de 2005, reside ao lado ainda do avanço do seu processo de urbanização (o mais baixo entre as regiões brasileiras) e saldo migratório inter-regional negativo e forte migração intra-regional. Estes aspectos migratórios remetem ao questionamento sobre sua explicação: estrutura fundiária concentrada e rígida? Sim. Elevada taxa de crescimento populacional? Não, pois tem sempre ficado abaixo da do Brasil. Baixa taxa de crescimento econômico? Também, e com o agravante das desigualdades intra-regionais e as espaciais dentro dos próprios estados, o que pioram com os momentos de forte estiagem no semi-árido e no sertão. Criação de empregos com baixa remuneração e sem perspectivas? Sim, principalmente longe das capitais e das cidades médias. Qualquer que seja a resposta, a verdade é que a urbanização em curso é de baixa inclusão econômica e social, apesar de ainda desempenhar o papel, do ponto de vista econômico, de geradora de emprego e renda (em bases legais e institucionais frágeis) ligada ao seu setor terciário.

O Nordeste passou a acompanhar de perto o comportamento da economia brasileira, além de apresentar um desenvolvimento combinado e desigual. Novos setores industriais modernos foram instalados, a agricultura se modernizou em alguns espaços e outros (Bahia, Maranhão e Piauí) foram incorporados na expansão da fronteira agrícola nacional, mas convivendo ainda com setores industriais tradicionais e com a agricultura de subsistência. O setor terciário também se modernizou, mas viu o setor informal avançar com intensidade, principalmente junto às suas capitais, regiões metropolitanas e cidades médias, passando a delinear cada vez mais a sua economia urbana.

Neste sentido, o próximo capítulo analisará a economia do estado de Sergipe com o propósito de se entender como ela se inseriu na estrutura produtiva nacional e regional,

compreender como está organizada e quais têm sido os fatores, elementos e barreiras responsáveis pela sua dinâmica. Esta abordagem servirá de estrutura de apoio para a análise da economia urbana de sua capital, Aracaju, motivo de estudo em capítulo posterior.

Capítulo 2

A economia de Sergipe e a desconcentração produtiva regional

Este capítulo tem como objetivo analisar o comportamento da economia sergipana no período entre a década de 1970 a 2005, quando do seu atrelamento ao desempenho da economia brasileira até o momento resultante do impacto dos efeitos da política econômica liberalizante e do enxugamento do Estado nacional enquanto formulador de política de desenvolvimento nacional.

Será possível identificar ao longo da análise os vários momentos cíclicos da economia de Sergipe, destacando a importância da ação estatal na sua dinâmica seja através do planejamento e do investimento sob sua coordenação visando sua estruturação econômica, seja por meio da adoção de incentivos fiscais sob a regulação da Sudene, instituição de fomento ao desenvolvimento regional.

Durante os momentos de desarticulação da ação projetada para o desenvolvimento nacional, como durante a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro a partir da década de 1980 e a implantação do receituário de políticas neoliberais –substituição do Estado pelo mercado, limitação da presença do governo na busca pelo equilíbrio fiscal, monetário e cambial, privatização e desregulamentação da economia e abertura ao capital e aos bens estrangeiros- a partir da década de 1990, a economia de Sergipe sofre fortes reveses.

Para combater o fechamento de unidades produtivas e de oferta de serviços, a destruição de postos de trabalho, a balança comercial deficitária, o aumento da informalidade na atividade produtiva e, por extensão, no mercado de trabalho, os governos estaduais passaram a adotar a guerra fiscal como artifício para atrair investimentos, principalmente para a indústria, num ato de desespero diante das suas já combalidas finanças. Sergipe algum êxito logrou, porém são investimentos voláteis, sem efeitos desencadeadores e tampouco estruturadores¹⁸, o que apenas realça sua melhora participativa na desconcentração produtiva nacional como fato precário e não crível de perspectivas duradouras.

¹⁸ Ao contrário do que afirma estudo da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), para quem investimentos atraídos pela guerra fiscal são tidos como ‘investimentos estruturadores’, FIES (2007: 180-3).

Neste quadro de incertezas para a sua estrutura produtiva industrial e com a sua agropecuária estagnada, o avanço do setor terciário encontrou apoio também no seu processo de urbanização e nas mudanças institucionais e na reestruturação produtiva da economia.

2.1. Os incentivos fiscais da Sudene e o II PND: a economia sergipana em transformação

A política de desenvolvimento regional implementada no Nordeste a partir dos anos 1960 pela Sudene, juntamente com a política de desenvolvimento nacional iniciada nessa mesma década com os Planos Nacionais de Desenvolvimento, constituiu a base para o processo de industrialização incentivada, via subsídios e isenções fiscais, e investimentos na infra-estrutura econômica (energia, transporte, comunicações, etc.) da região. Este processo desencadeou a implantação de novas indústrias, notadamente ramos de bens intermediários e das indústrias leves de bens de consumo, e a modernização de ramos de indústrias já existentes, e também, como uma derivação daquela industrialização e do avanço do processo de urbanização brasileira, a modernização e o surgimento de atividades do setor terciário, concentradas principalmente junto às capitais e seu entorno.

Está claro que estas transformações na economia nordestina se deram num marco delimitador de um novo processo de divisão regional do trabalho, cabendo ao Nordeste novo papel de produtor e fornecedor de matérias-primas e bens intermediários industriais, além de continuar com o setor produtor de bens de consumo não duráveis agora mais moderno, em que a estrutura industrial brasileira já se caracterizava pela forte presença de atividades com setores oligopolizados.

Seu papel dependente e complementar à indústria do Sudeste, inclusive atrelando seu comportamento cíclico ao daquela, com a integração dos mercados de mercadorias, de trabalho e de capitais, pouco estimulava os efeitos dinamizadores de criação de novos setores produtivos a montante e à jusante. Se fatores estruturais deixavam claras as limitações da dinâmica industrial nordestina em termos de sua matriz produtiva, também estabeleciam condições mínimas de operação quanto a tamanho, tecnologia, indivisibilidade técnica, operacional e administrativa frustrando as expectativas quanto ao

efetivo potencial de geração de emprego, absorção de mão-de-obra existente no seu excedente populacional e remuneração salarial na região.

Ora, se o setor urbano-industrial modernizado do Nordeste foi incapaz de absorver a população economicamente ativa da região e reduzir o fluxo migratório em busca de melhores condições de vida principalmente no Sudeste, o que ocorreu com a modernização das atividades urbanas do setor terciário a partir da integração produtiva da região às novas bases capitalistas? É bom deixar claro que as atividades urbanas e terciárias já vinham sendo duplamente pressionadas na região (como visto no capítulo 1), de um lado pelo êxodo rural causado pelas secas e pela estrutura fundiária concentrada, e, de outro lado, pela própria necessidade de expandi-las frente ao processo de urbanização que estava em curso.

Dada a necessidade de capital mínimo elevado, estrutura produtiva concentrada e barreiras para acessar a tecnologia, a política de industrialização incentivada na região Nordeste, através da Sudene, esteve centralizada na atração de investimentos de fora da região, notadamente do Sudeste. Dessa forma, o capital regional se viu em grande parte alijado dessa nova fase de industrialização nordestina, concentrando seus investimentos em setores tradicionais, como na indústria têxtil e de alimentos (Guimarães Neto, 1989: 187). Restava-lhe tão somente manter suas estruturas produtivas e de acumulação e buscar espaços econômicos de acordo com suas possibilidades.

Espaços esses, que fique bem claro, ainda não ocupados pelo capital forâneo, e que não sofressem a concorrência do capital regional e nacional, mas que, ao mesmo tempo, garantissem a permanência econômica e política das tradicionais elites nordestinas. Além disso, era preciso se amoldar às mudanças por que passava o país e, por conseqüência, a região, como era o caso do avanço do processo de industrialização, derivando novas demandas econômicas como serviços de apoio à atividade produtiva e atividades que permitissem o processo de reprodução da força de trabalho, como, por exemplo, atividades comerciais.

A progressiva urbanização também contribuía para referendar a abertura de novos espaços de acumulação e de reprodução do capital ao demandar novas atividades econômicas, sobretudo do setor de comércio e de serviços, estabelecendo novos horizontes ao capital regional, contemplado marginalmente pelos incentivos industriais e procurando

se situar com a mudança do domínio econômico das atividades rurais pelas atividades urbanas.

Assim, corroborando para limitar ainda mais a capacidade de acumulação e de reprodução do capital regional dos estados com estruturas produtivas mais simples dentro da região, os projetos aprovados e investimentos realizados através dos incentivos fiscais, via Sudene (sistema 34/18-FINOR), se concentraram nos estados mais industrializados e dotados de melhores externalidades e de economias de aglomeração. A Bahia, Ceará e Pernambuco concentraram o número de projetos aprovados, 70,1%, outros 73,3% dos investimentos realizados, 72,3% do financiamento total e 74,6% dos empregos, conforme mostram as Tabelas 2.1 e 2.2.

Tabela 2.1
Nordeste

Distribuição dos projetos aprovados, investimento total e financiamento oficial por estados: 1962-1970

	Número de projetos	%	Investimento	Financiamento oficial	Emprego
Maranhão	10	1,7	1,9	2,3	1,2
Piauí	11	1,9	0,7	0,6	0,4
Ceará	92	15,8	8,2	8,7	17,2
Rio Grande do Norte	32	5,5	5,3	5,2	5,3
Paraíba	65	11,2	7,4	7,8	9,2
Pernambuco	192	33,0	32,4	29,5	31,8
Alagoas	21	3,6	5,8	5,9	2,9
Sergipe	12	2,1	1,6	1,6	2,7
Bahia	124	21,3	32,7	34,1	25,6
Minas Gerais	22	3,8	4,0	4,3	8,7
Total	581	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Goodman e Albuquerque, 1974 e Tavares, H. M. (1989).

A economia sergipana, assim como todas as economias regionais, foram integradas à economia nacional e passaram a apresentar seu desempenho dependente do comportamento cíclico econômico brasileiro, como pode ser visto através da taxa de crescimento anual encontrada na Tabela 2.3.

Mesmo sendo pouco beneficiada com os incentivos fiscais e financeiros da política de desenvolvimento regional levada à frente pela SUDENE, a economia sergipana apenas marginalmente foi contemplada com estímulos para atividades de setores tradicionais da indústria (Nascimento, 1994: 191). Ou seja, os capitais locais mostraram-se fracos para

apresentar qualquer tipo de negociação com o capital forâneo ou com a Sudene para participar dessa nova fase do processo de acumulação regional, cingindo-se quando muito às atividades com pouca dependência da nova divisão regional do trabalho que estava em voga no país.

Tabela 2.2
Região de atuação da SUDENE
Distribuição (%) por estados do número de projetos concluídos e do valor dos investimentos totais: 1959-1998

Estados	Projetos concluídos	Investimentos totais
Maranhão	6,72	7,57
Piauí	4,43	2,83
Ceará	16,60	9,25
Rio Grande do Norte	5,75	3,43
Paraíba	11,79	5,23
Pernambuco	22,18	16,90
Alagoas	2,92	4,23
Sergipe	2,73	4,55
Bahia	18,90	38,18
Minas Gerais	7,70	7,84
Total	100,0	100,0

Fonte: SUDENE in Aquino (2000: 56)

Assim, para o capital local ficavam destinados espaços de atuação que não estavam atrelados à nova dinâmica econômica regional e nacional, mas apenas aqueles diretamente ligados ao mercado local e/ou estadual, como seria o caso de atividades do capital imobiliário, do comércio, dos serviços e outros restritos aquele mercado e que também contavam com o beneplácito do poder público para alavancar seu crescimento.

Tabela 2.3
Brasil, Nordeste e Sergipe
Taxas anuais (%) de crescimento do PIB: 1970-2002

Anos/períodos	Brasil	Nordeste	Sergipe
1970-1973	12,4	13,9	17,2
1974-1980	7,0	6,6	7,4
1981-1984	-0,3	3,5	4,4
1985-1989	4,4	4,2	5,7
1990-1993	0	1,1	1,7
1994-1998	3,2	3,0	3,1
1999	1,8	2,2	1,3
2000	4,2	4,3	3,3
2001	1,9	0,9	0,3
2002	2,3	2,3	3,2
1999-2002	2,1	2,4	2,0
2003	0,5	2,4	2,6
2004	4,9	5,8	4,3

Fonte: SUDENE (1970-84), IBGE-Contas Regionais (1985-2002) *apud* CEPLAN (2005: 14) e IBGE/SEPLAN-SE (2003-04) em www.seplan.se.gov.br, acesso em 12/03/2007

Se entre 1960 até 1977 Sergipe teve 63 projetos aprovados através do sistema 34/18-FINOR de incentivos da Sudene para investimentos em complementação de equipamentos, ampliação da capacidade produtiva, modernização do processo de produção, implantação de novas unidades industriais e reformulação técnica e/ou financeira, passados mais onze anos (1988) mais 20 projetos foram aprovados¹⁹. Ou seja, uma média de quase 3 projetos aprovados por ano, revelando a baixa capacidade competitiva do território de Sergipe em atrair investimentos e impulsionar sua economia. Assim, como salienta Feitosa (2007: 57/8), *“Ademais, os mecanismos de funcionamento do sistema 34/18-FINOR não estavam ao alcance das pequenas e médias empresas, atingindo negativamente o estado de Sergipe, dada a dimensão dos capitais locais, tornando-se preterido ante estados como a Bahia, Pernambuco e Ceará o que, inevitavelmente, levava à concentração e ao controle monopolista dos novos investimentos”*.

Assim, se Sergipe apresentou baixa participação no recebimento de investimentos oriundos dos incentivos fiscais e financeiros oriundos da Sudene, o mesmo não pode ser dito com os investimentos realizados através do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Como já visto anteriormente no capítulo 1, como o seu propósito maior era o de avançar e completar a industrialização brasileira, e para isso era necessário aprofundar o acesso às bases de recursos naturais (notadamente energéticos e minerais), quanto ao seu desempenho de política regional conseguiu desconcentrar a indústria nacional e gerar maior regionalização via “nova etapa” na integração nacional.

Sergipe, através do II PND, foi contemplado com investimentos em infra-estrutura e, principalmente, em programas para a indústria extrativa mineral de não-metálicos – produção de amônia e uréia através da Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste (Nitrofertil) e do Projeto Potássio de Sergipe para a produção de cloreto de potássio pela Petrobrás Mineração S.A. (Petromisa). Além dessas novas produções minerais, o estado já contava com a extração de calcário para a fabricação de cimento pela Votorantin, tendo se somado na década de 1990 nova unidade produtiva de cimento ligada ao grupo João Santos, e também com a extração de petróleo através da Petrobras.

¹⁹ Dos 83 projetos aprovados, 58% estavam concentrados no setor de bens de consumo não-durável 40% em bens intermediários e apenas 2% no setor produtor de bens de consumo durável de bens de capital segundo Santana (1991).

Se o capital local foi incapaz de alicerçar alianças com o capital participante da industrialização incentivada nordestina, o que dizer de sua capacidade de articulação para ser solidário aos investimentos estatais ligados à indústria extrativa? Barreiras comuns se fizeram presentes como, primeiro, por tratar-se de uma época marcada por um regime de exceção, aqueles investimentos estatais eram vistos como não apenas desenvolvedores de objetivos econômicos específicos, mas também de exercerem papel estratégico na geopolítica do governo federal; segundo, eram investimentos demandadores de vultosos capitais, alijando o capital local de qualquer possibilidade de aliança; terceiro, como os investimentos realizados naquela atividade não estipulava qualquer tipo de efeito para frente em termos de adensamento de cadeias produtivas, estando na verdade submetido aos empreendimentos já existentes como a destinação do petróleo para sua transformação na Refinaria Landulpho Alves ou de outros produtos para a nascente indústria petroquímica da Bahia, seus efeitos eram limitados produtivamente para o estado, embora fosse um grande gerador de renda.

Assim, a dinâmica econômica sergipana na década de 1980 como resultante dos investimentos do II PND não abrigou diretamente ao capital local papel de destaque nem mesmo de apêndice a essa nova e dinâmica indústria. Porém, isto não significou que o mesmo não pudesse se integrar de outras formas a esse período de crescimento da economia sergipana pelos efeitos indiretos gerados pelo emprego e a renda criada no estado, dado o peso desse novo setor para a sua indústria e para a sua economia como um todo. Porém, para não fugir ao eixo principal da idéia aqui proposta, cabe citar a observação de Oliveira (1990: 89) “*Em outros estados, como Maranhão, Sergipe, Alagoas e secundariamente Rio Grande do Norte, a presença de fortes empreendimentos de empresas estatais responde pela nova dinâmica econômica. O efeito centrífugo em oposição à homogeneidade regional manifesta-se aí no sentido da forte gravitação dos interesses em torno das estatais, fazendo com que reivindicações “nordestinas” passem, no limite, a segundo plano se colidirem com as articulações e demandas junto às estatais. Mas também revelam a fraqueza desses estados, cujas burguesias não têm o poder sequer para aliarem-se com as empresas estatais e seus sócios nacionais e estrangeiros*” (grifos meus).

O crescimento da economia sergipana, a sua industrialização, o avanço do seu processo de urbanização e a modernização conservadora do meio rural, na passagem da década de 1970 para a de 1980, causaria efeito estruturante ao transformar o setor urbano no principal núcleo gerador de ocupações, em substituição à atividade rural como principal responsável por aquela função. Em 1970, Sergipe representava 0,97% e 3,20% da população do Brasil e do Nordeste, respectivamente, enquanto sua PEA era de 0,90% e 3,18%. Esta menor representatividade da PEA, a título de observação, pode ser resultado do fluxo migratório negativo do estado, com pessoas aptas a entrar no mercado de trabalho procurarem oportunidades de emprego e de melhoria das condições de vida em outros estados e regiões²⁰. Embora marcante, mas em menor visibilidade que na região Nordeste, haviam 59,27% da sua população ocupada em trabalhos ligados à atividade rural e 40,73% nas suas ocupações urbanas.

Já em 1980, sua participação a nível nacional caiu para 0,96%, e do ponto de vista regional aumentou para 3,28%, por causa da sua maior taxa de crescimento populacional regional. Em termos da PEA houve redução tanto no plano nacional (0,82%), resultante de sua menor taxa de crescimento demográfico, como no regional (3,17%). Esta redução em menor proporcionalidade no âmbito regional foi graças à sua significativa diminuição do saldo migratório negativo (73,8%) contra o elevado aumento ocorrido na região (45,3%). Com a sua inserção no processo de integração produtiva nacional, em que as atividades urbanas ligadas aos setores industriais e de serviços e comércio cresceram em importância, as ocupações urbanas²¹ tornaram-se primazes, sendo responsáveis por 54,36% das ocupações totais em Sergipe enquanto no Nordeste as ocupações rurais eram ainda preponderantes (50,36%).

Com a economia sergipana crescendo a taxas superiores à do Brasil e do Nordeste, na década de 1970, isto abrandou seus fluxos migratórios negativos interestaduais. Segundo os Censos de 1970 e 1980, Sergipe, que apresentara no primeiro ano censitário saldo negativo de 62,7 mil pessoas (entraram no estado 27 mil e saíram 89,7 mil pessoas), no

²⁰ Os principais estados procurados, segundo o Censo Demográfico de 1970, por sergipanos eram São Paulo (33,9 mil pessoas), a Bahia (23,5 mil), o Rio de Janeiro (16,6 mil), Paraná (5,0 mil) e Alagoas (3,3 mil). Quem mais procurou Sergipe foram os alagoanos (11,3 mil), os baianos (7,8 mil), os pernambucanos (2,5 mil), os paulistas (1,5 mil) e os cariocas (1,2 mil). Estes dados constam em Ablas, Muller e Smith (1985: 28).

²¹ A população urbana tinha maior representatividade em Sergipe do que no Nordeste: 46,1% e 54,2% ante 41,8% e 50,5% em 1970 e 1980, respectivamente.

segundo houve redução naquele saldo, passando a 16,4 mil pessoas (queda de 73,8% ou 46,3 mil pessoas a menos). Esse menor saldo negativo em 1980 resultou do seu crescimento econômico, duplicando a entrada de imigrantes, que passa a 58,2 mil pessoas, e reduzindo para 74,6 mil pessoas o fluxo acumulado de saídas²².

Estes dados indicam que a questão migratória no Brasil não reside apenas na existência ou não do crescimento econômico, sendo necessário buscar mais explicações em questões como a estrutura fundiária, a distribuição de renda, na estrutura política, social e cultural, além de que, no caso dos estados do Nordeste, na questão da seca que atinge boa parte do seu território.

2.2. O fim do ciclo de investimentos incentivados e planejados e a crise da economia sergipana

A indústria em Sergipe alavancada pelos incentivos fiscais e financeiros da Sudene e, principalmente, pelos investimentos estatais do II PND chegou ao seu auge em meados da década de 1980, com a maturação das inversões industriais. A partir de então, com o aprofundamento da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro e o fim do ciclo daquele bloco de investimentos, passou por uma inflexão, acompanhando a crise cíclica da economia brasileira.

O impacto da crise e da redução dos gastos fiscais sobre a economia sergipana não passou despercebido sobre sua atividade industrial. Sua participação na estrutura do PIB após aumentar de 45,1% para 49,6%, entre 1980 e 1985, cairia para 37,1% em 1990. Ou seja, as ações do planejamento e da política de desenvolvimento regional elaboradas pelo setor público exerciam papel crítico sobre sua performance industrial e econômica – a participação do PIB de Sergipe no brasileiro passou de 0,39%, em 1980, para 0,88%, em 1985, e caiu para 0,47% no ano de 1989-, sem contudo o capital privado, principalmente o estadual, ter condições de contrabalançar a redução dos investimentos públicas ou mesmo, mostrando também a falta de encadeamento produtivo a montante e a jusante daqueles

²² Em relação ao Nordeste, Sergipe, nos Censos Demográficos de 1970 e de 1980, respectivamente, representou 3,75% e 5,28% das entradas, no tocante às saídas, 4,65% e 2,61% e, em termos do saldo migratório negativo, ocorreu significativa redução, passando de 5,18% para 0,93%. Os dados brutos encontram-se em Ablas, Muller e Smith (1985: 28-9).

investimentos, expressando uma das suas faces: se caracterizam muitas vezes como verdadeiros enclaves, não fosse o efeito multiplicador da renda.

Alguns fatores, além da crise econômica brasileira na década de 1980, podem ser levantados como complementares para ajudar a explicar parte daquela perda de participação do PIB sergipano no do Brasil e da redução da indústria na sua estrutura econômica.

A produção de petróleo em Sergipe, após 1984, caiu substancialmente: de 2.946.304 m³, naquele ano, para 2.602.843 m³, em 1990, e, em 1997, para 1.920.530 m³, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Por outro lado, o preço do petróleo sofreu redução ao longo da década de 1980. Tomando como *proxy* o preço médio do barril de petróleo para importação, ele era, em 1980, de U\$32,37, caindo para U\$25,84, em 1985, e U\$16,89, em 1989, e, com a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, ele sobe ligeiramente para U\$20,37, mas voltaria a cair no ano seguinte para U\$16,89. A produção de gás em Sergipe, por ter crescido menos que em outros estados, também contribuiu para a redução do PIB sergipano, pois representava 29,1% da produção brasileira, em 1980, passando a 13,6%, em 1990, e, em 1998, representava apenas 7,4%, segundo dados da Sudene (1999: 64).

Por outro lado, no caminho inverso daquelas duas indústrias, a produção da indústria de cimento em Sergipe cresceu na década de 1980, contribuindo para isso a desativação, em 1984, da fábrica da Votorantim em plena área urbana de Aracaju e a transferência da produção para a nova e maior fábrica daquela empresa inaugurada, em 1983, na área rural do município de Laranjeiras. Com isto a produção de cimento em Sergipe pulou de 156.639 toneladas, em 1980, para 458.969 toneladas em 1990.

Este comportamento cíclico refletira sobre a estrutura da economia sergipana, conforme mostra a Tabela 2.4, com o setor secundário representando 25,65% em 1970 e avançando até atingir seu ápice de 67,78% em 1985. A partir daí começa a decrescer, apresentando em 2000 e 2005, respectivamente, representação de cerca de 37% e 33%, período impulsionado pela atração de atividades industriais tradicionais via “guerra fiscal” e pela retomada de investimentos na indústria extrativa petrolífera estatal, de calcário para a produção de cimento por grupos privados nacionais e de cloreto de potássio anteriormente explorada pela Petromisa e repassada, em 1991, por contrato de arrendamento, pela

Petrobrás para exploração por 25 anos à Companhia Vale do Rio Doce (a previsão de produção da mina é até 2019).

Mas é bom frisar que, apesar do último ano da série mostrar que a indústria representa mais de um terço do PIB sergipano, o seu segmento industrial mais expressivo é o da indústria extrativa mineral cuja participação no valor adicionado total do estado era de 20,6% contra 14,8% da sua indústria de transformação em 2003, e em 2004 foi de 19,81% contra 15,24%, respectivamente, segundo as Contas Regionais de Sergipe 1985-2004 (IBGE).

Tabela 2.4
Sergipe
Composição (%) setorial do PIB e subsetores do setor terciário: 1970-2005

	1970	1975	1980	1985	1989	1995	2000	2005
Agropecuária	21,33	17,27	17,38	8,23	10,10	11,32	7,56	4,44
Secundário	25,65	30,44	28,93	67,78	47,41	34,47	37,31	33,30
Terciário	53,03	52,29	53,69	23,99	42,49	54,21	55,13	62,26
Administração pública	12,97	12,02	11,15	8,36	16,37	27,27	25,55	22,42
Atividades imobiliárias e aluguel	10,37	7,91	8,53	2,47	2,97	6,21	8,44	9,31
Comércio	16,28	15,15	11,66	5,72	8,72	8,53	7,26	11,34
Intermediação financeira	3,89	4,36	5,90	1,90	3,70	2,14	3,76	4,02
Transportes e comunicações	3,31	4,12	6,06	2,78	5,51	3,35	4,59	6,53
Outros	6,20	8,73	10,39	2,77	5,21	6,70	5,52	8,65
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE in www.ipeadata.gov.br, acesso em 26/06/2008.

Os investimentos realizados sob o amparo estatal foram os responsáveis pelo avanço do processo de industrialização do estado de Sergipe: de um lado, os incentivos fiscais patrocinados pelo sistema 34/18-FINOR da Sudene foram o grande apoio para os investimentos privados, e, de outro lado, a atuação direta dos investimentos das empresas estatais, sobretudo no período do II PND, atraídos pela presença de recursos naturais, principalmente minerais não-metálicos. Com isto, a indústria se tornou o principal determinante da dinâmica econômica sergipana, resultando em efeitos positivos sobre suas atividades urbanas e terciárias.

Foram nessas circunstâncias de exclusão pela própria lei geral do capital e, por conta disso, pela fragilidade dos capitais locais, que coube a estes procurar espaços econômicos para continuarem sobrevivendo na busca de acumulação e reprodução do

capital. Os capitais locais de origem agrário-exportador e mercantil foram frágeis²³ para se associarem ao processo de integração econômica e territorial do mercado doméstico implantado pela política nacional de desenvolvimento, mas não em estabelecer mercados cativos locais e estaduais originários daquele processo e da urbanização regional.

Esta alternativa aos capitais locais esteve mais atrelada aos espaços das capitais e/ou regiões metropolitanas, dada a própria concentração da dinâmica econômica da região, como foi o caso da indústria incentivada em Sergipe, centralizada em Aracaju²⁴, sediando mais de 50% das empresas, do investimento realizado e da geração de empregos, embora em menor proporção que em outras capitais ou regiões metropolitanas, segundo Magalhães (1983: 283). Neste caso é natural a maior concentração por se tratar de outros municípios da área de abrangência do entorno da capital.

A agropecuária sergipana durante a década de 1980 (Tabela 2.5) apresentou bom comportamento, impulsionada, principalmente, pelo ótimo desempenho da sua agroindústria citrícola predominante em quase toda a sua região centro-sul e tendo como pontos nevrálgicos as duas unidades industriais de processamento de frutas em Estância – cujo principal produto, o suco de laranja concentrado congelado, é voltado quase que exclusivamente para a exportação- e na produção de laranja assentada em estrutura fundiária caracterizada pela presença avassaladora de micro, pequena e médias áreas agrícolas produtoras²⁵.

A Tabela 2.5 mostra o aumento da participação sergipana no valor da produção agropecuária regional (e nacional), passando, em 1975, de 3,12% para 3,41%, em 1980, e depois, em 1985, a despeito da forte seca que atingiu a região no início da década de 1980, para 3,49%.

Não esqueçamos que suas três principais cadeias agroindustriais (citrícola, sucroalcooleira e de coco-da-baia) tinham na sua estrutura a montante, a agricultura, forte apoio do Estado, seja através de crédito subsidiado como dos serviços de extensão e apoio

²³ Sobre esta questão ver Cano (1998).

²⁴ Até 1998, Aracaju tinha sido escolhida por 1,09% do número de projetos aprovados e por 1,39% dos recursos liberados para investimentos sob o sistema de incentivos 34/18-FINOR da Sudene, conforme Câmara dos Deputados (2001: 163). Ainda segundo esta fonte, 30 municípios (incluindo todas capitais e regiões metropolitanas e alguns municípios de porte médio da área de atuação da Sudene), correspondendo a 5% do total de municípios que executaram projetos com recursos daquele sistema de incentivos, concentraram 43,57% dos projetos efetivados e 63% dos valores liberados.

²⁵ Para maiores detalhes sobre a agroindústria citrícola sergipana para o período entre 1970 e início da década de 1990 ver os capítulos 3 e 4 de Matos (1994).

agrícola. Ou seja, a modernização agrícola de Sergipe, como em geral no Brasil, esteve acompanhada da indução do desenvolvimento de atividades complementares do setor terciário, como foi o caso, principalmente, do setor financeiro, de transportes, de comércio e da prestação de serviços às empresas.

Tabela 2.5
Nordeste e Sergipe
Participação (%) no valor da produção do setor primário regional e brasileiro

Valor da produção agropecuária					
	1970	1975	1980	1985	1996
SE/BR	0,69	0,50	0,59	0,59	0,57
SE/NE	3,61	3,12	3,41	3,49	3,88
NE/BR	19,24	15,97	17,34	17,03	14,74
Valor da produção animal					
	1990	1995	2000	2005	
SE/BR	0,69	0,49	0,56	0,90	
SE/NE	3,82	2,61	3,57	5,60	
NE/BR	17,92	18,62	15,67	16,05	
Valor da produção das lavouras temporárias					
	1990	1995	2000	2005	
SE/BR	0,49	0,45	0,31	0,30	
SE/NE	2,55	2,39	2,07	2,26	
NE/BR	19,11	18,64	15,18	13,16	
Valor da produção das lavouras permanentes					
	1990	1995	2000	2005	
SE/BR	1,33	1,85	1,09	1,22	
SE/NE	6,32	8,25	5,72	5,67	
NE/BR	21,04	22,44	19,07	21,44	

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996; IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal e Pesquisa Agrícola Municipal, in www.sidra.ibge.gov.br, acesso em 15/11/2007.

Na passagem da década de 1980 para 1990, os dados demográficos censitários indicavam números positivos, principalmente em termos migratórios²⁶, que destoavam dos obtidos para a região Nordeste. Como a crise se abatera sobre a economia brasileira, a perspectiva da migração em busca do emprego e de melhores condições de vida abrandou, pois nem mais São Paulo representava o “paraíso” de outrora posto que estava no olho da crise e das mazelas urbanas e sociais brasileiras. Sergipe, em que pese estar ligado ao movimento cíclico da economia brasileira, apresentou, ao longo do primeiro lustro da

²⁶ Segundo o Censo Demográfico de 1991, Sergipe apresentou saldo migratório positivo de 13.765 pessoas; ou seja, o Censo apresentou entrada de 55.979 pessoas e a saída de 42.213 pessoas. O Nordeste apresentou saldo migratório negativo de 876.535 pessoas.

década de 1980, como fator contra-cíclico o tardio amadurecimento dos investimentos realizados no bojo do II PND, garantindo com isso crescimento econômico acima da média nacional e regional, embora tenha passado naquele período por forte estiagem.

O avanço da sua industrialização e do seu processo de urbanização resultou em que sua capital passasse a ser totalmente urbana, ampliando sua participação na população total brasileira (1,02%) e nordestina (3,51%), posto que sua taxa de crescimento populacional foi superior a ambas. Já a participação da sua PEA também aumentou, passando em termos nacionais a representar 0,91% e em termos regionais 3,60%. Isto indicava que as mudanças em sua estrutura produtiva, pelo lado industrial decorrentes do bloco de investimentos do II PND e pelo lado agrícola o boom de sua agroindústria citrícola, ao permitirem Sergipe se beneficiar com o processo de desconcentração produtiva regional seria capaz de alterar seus indicadores demográficos. Porém, com a crise que se abatera sobre a economia brasileira na década de 1980, com baixo crescimento, recessão, desemprego e inflação galopante, a economia sergipana sentiria os efeitos, principalmente a partir da segunda metade daquela década.

Seguindo sua tendência, o processo de urbanização e o inchaço de seu setor terciário garantiram o maior número de ocupações. As ocupações urbanas passaram a representar 67,76%, crescendo, entre os Censos Demográficos de 1980 e 1991, cerca de 79,11%, enquanto sua população urbana cresceu menos, 62,32%. Ou seja, em Sergipe seu crescimento reproduzia o fenômeno ocorrido na América Latina, identificados em estudos da CEPAL, com o setor terciário inchado e heterogêneo, funcionando como amortecedor econômico para a geração de emprego e de renda.

2.3. Políticas liberais, guerra fiscal e o pensamento único

Entrada a década de 1990, com a falta de coordenação entre as políticas econômicas resultante da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, a adoção de políticas liberalizantes e desregulamentadoras, em que o Estado brasileiro é levado a atuar nas suas mínimas funções, transformações de caráter estrutural comprometeram sua capacidade de crescimento. Neste sentido, Cano (2008: 15) destaca que *“Chegada a Grande Crise (o período pós-1980), o que assistiríamos seria o gradativo abandono das políticas (nacional*

e regional) de desenvolvimento, culminando inclusive com o fechamento de suas instituições regionais de planejamento, em 2001. A Crise da Dívida (a década de 1980) debilitou financeiramente o Estado nacional, encolhendo com isso o investimento público e o crescimento da economia. O quadro se agravaria sobremodo com a instituição das políticas de cunho neoliberal a partir de 1990. Permanecendo baixos o investimento e o crescimento, fenecendo as políticas em prol de um efetivo desenvolvimento regional”.

Os estados menores, maiores órfãos da redução da política de desenvolvimento nacional e regional, como Sergipe, foram os mais afetados pela falta de coordenação e instrumentalização daquelas políticas. Triste deles, pois não sabiam que a ‘via-crúcis’ estaria apenas começando, com o retorno em cheio do *laissez-faire*.

Capturado pela idéia da busca da eficiência e pelo pensamento monetarista novo-clássico da busca da estabilidade de preços como objetivo único da política econômica, suposto que esta era a condição *sine qua non* para o desenvolvimento, os esforços da sociedade brasileira foram canalizados não mais para a busca do desenvolvimento econômico, marco histórico do período compreendido entre 1930-1980, mas para a adoção de uma agenda cujo ponto central era menos Estado e mais mercado.

A economia sergipana, principalmente as atividades industrial e agropecuária, sentiria o impacto da fúria liberal. Como seu processo de urbanização avançava juntamente com a modernização da agropecuária, a cobrança e a necessidade dos setores produtivos urbanos, indústria e terciário, era agora mais ampla. Porém, como a indústria, como veremos, se mostrou incapaz de atender àquela demanda, coube ao setor terciário amenizar esta inflexão ocupando e atendendo, na medida do possível, às expectativas da promoção e geração de renda e emprego.

Dentre os processos que influenciariam o recorte territorial da economia brasileira e as estruturas regionais produtivas a partir da década de 1990, caberia citar: (i) avanço do neoliberalismo e redução do papel do Estado; (ii) “Guerra Fiscal” e aumento das disputas federativas para atração de investimentos; (iii) maior internacionalização da economia brasileira, inclusive uma abertura não planejada que debilitou elos de importantes cadeias produtivas; (iv) aumento da participação do capital privado transnacional nas esferas financeira e produtiva, aumentando-lhe a influência na distribuição espacial da atividade econômica; (v) reestruturação produtiva e ajuste patrimonial das empresas, especialmente

as de capital nacional; (vi) política macroeconômica restritiva; (vii) política econômica com forte viés para a orientação externa das atividades econômicas; (viii) avanço do “agronegócio” moderno e competitivo internacionalmente; (ix) processo de privatizações, especialmente de empresas como a CVRD que têm papel importante na distribuição regional das atividades produtivas no país (CEDE, 2008: 6/7). Este quadro tem impingido às economias regionais, especificamente aos estados nordestinos, comportamentos distintos como expressa a Tabela 2.6.

Tabela 2.6
Nordeste
Participação dos estados no PIB do Nordeste (em %)

UF's	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
AL	5,8	5,7	5,5	6,1	5,5	4,9	4,9	4,7
BA	32,5	33,4	36,2	37,9	34,9	32,4	33,4	35,0
CE	12,3	11,7	12,9	12,2	12,6	15,1	14,4	13,4
MA	7,0	6,6	7,1	5,3	6,2	6,1	6,4	6,7
PB	6,1	6,3	5,5	5,1	6,6	6,4	6,4	6,0
PE	24,9	24,3	21,2	18,6	20,7	21,1	20,2	19,2
PI	3,1	3,2	3,1	2,8	3,5	3,8	3,7	3,5
RN	4,6	5,3	5,3	5,5	5,6	5,7	6,4	6,4
SE	3,7	3,6	3,3	6,5	4,5	4,3	4,1	5,3
SE/BR	0,4	0,4	0,4	0,9	0,6	0,5	0,5	0,7
NE/BR	11,7	11,1	12,0	14,1	12,9	12,8	13,1	14,1

Fonte: IPEADATA *apud* Macedo e Matos (2007: 3)

No tocante à liberalização da economia brasileira (redução de barreiras alfandegárias) aliada à apreciação da moeda nacional (o Real), em Sergipe um dos setores mais prejudicados foi a indústria têxtil. Segundo Melo, Matos e Santos (2002: 27) “A Cadeia [produtiva] têxtil-confecção de Sergipe, a exemplo do que ocorreu nos âmbitos nacional e regional, foi fortemente afetada pela abertura comercial do início dos anos 90 e, mais ainda, pela valorização cambial que se seguiu à implantação do Plano Real”. Seu impacto foi, sobretudo, sobre a capacidade produtiva, fechando empresas e demitindo mão-de-obra, com “O emprego formal dos dois segmentos caiu de 9.833, em 1990, para 5.298, em 2000”.

O impacto negativo sobre aquela atividade industrial foi muito maior em Sergipe do que em outros estados, pois “A redução mais acentuada do nível de emprego coincide com o início da implantação do Plano Real. Destaque-se que o recuo no emprego formal em Sergipe foi mais acentuado do que a que se verificou no Nordeste, fazendo com que o Estado perdesse participação no emprego formal no conjunto desses dois segmentos”. E esta mudança pode ter se intensificado por conta da reestruturação produtiva e ajuste

patrimonial das empresas atuantes em Sergipe, “(...) *marcada pela intensificação de dois fenômenos: Na indústria têxtil, pelo forte processo de reestruturação/modernização com a aquisição de novos equipamentos que redundaram em acentuada queda na ocupação. No setor de confecção, pela maior disseminação de práticas como terceirização da produção, através do estímulo à formação de cooperativas e associações de trabalhadores*”.

A crise da cadeia produtiva têxtil-confecção sergipana sofreria uma inflexão com a adoção da unidade sub-nacional, o estado de Sergipe, do programa de incentivos das mais distintas formas no bojo da guerra fiscal. Assim, “*No período que se segue ao Plano Real, a redução no número de estabelecimento e de emprego, no caso do setor têxtil, atingiu as empresas maiores, de médio e grande porte, enquanto o número de empresas menores cresceu, em grande parte em razão dos estímulos estabelecidos pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial- PSDI. No caso das indústrias de confecção verificou-se um crescimento acentuado no número de micros estabelecimentos formais*”.

Porém, tal programa não teria capacidade para enfrentar o impacto sobre a tipologia do porte das empresas dado o processo de reestruturação produtiva a que foram submetidas, “(...) *Com a reestruturação/modernização da indústria têxtil nenhuma empresa sergipana do segmento têxtil emprega mais de 500 pessoas diretamente. Com isso as antigas empresas classificadas como de grande porte passaram para o grupo de empresas médias*”.

Outro setor da economia de Sergipe afetado pela política de liberalização comercial foi o comércio exterior. De saldos positivos na sua balança comercial, a partir de 1993 há uma inflexão decorrente da redução das tarifas de importação²⁷ e corroborado, a partir de 1994, pela valorização da nova moeda nacional, o Real, que foi criado já valorizado, conforme mostra a Tabela 2.7. Mesmo com a desvalorização do Real em 1999 o saldo negativo da balança comercial sergipana não é evitado. Embora as exportações pouco tenham sido afetadas²⁸, as importações foram reduzidas, mas não o suficiente para gerar saldos positivos, embora estes tenham sido reduzidos.

²⁷ Em 1989 a tarifa média de importação era de 39,5%, foi reduzida no ano seguinte para 32,2% e em 1994 é reduzida ainda mais para 13,5%, Almeida (1999) e Cysne (1999).

²⁸ A média anual das exportações de Sergipe entre 1985-1994 foi de US\$30.598,1 e entre 1995-2004 de US\$34.582,2.

Embora as exportações sergipanas pouco imprimam dinâmica à sua economia, a agroindústria citrícola, que já padecia por conta dos problemas administrativos e financeiros de suas empresas integrantes da indústria duopólica e da crise pela qual já passava sua citricultura, se ressentiu ainda mais com a política comercial liberalizante. As exportações de suco de laranja concentrado congelado, principal item da pauta exportadora de Sergipe, sofreram forte impacto, passando de US\$34,9 milhões, em 1990, para US\$9,7 milhões, em 1995, US\$14,7 milhões, em 2000 e US\$21,7 milhões, em 2005.

Tabela 2.7
Sergipe
Balança comercial externa: 1980–2005 (em US\$ 1.000 FOB)

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1980	11.068	16.310	(5.242)
1981	142.711	7.850	134.861
1982	167.998	2.838	165.160
1983	24.323	1.908	22.415
1984	35.758	9.966	25.792
1985	30.478	8.152	22.326
1986	17.187	16.216	971
1987	25.928	12.112	13.816
1988	34.787	14.905	19.882
1989	28.005	12.496	15.509
1990	38.203	23.670	14.533
1991	26.434	16.778	9.656
1992	45.331	14.563	30.768
1993	25.671	34.665	(8.994)
1994	33.957	69.162	(35.205)
1995	22.460	76.260	(53.800)
1996	55.944	138.724	(82.780)
1997	39.628	124.716	(85.088)
1998	31.210	109.451	(78.241)
1999	21.958	97.111	(75.153)
2000	29.761	94.382	(64.621)
2001	20.771	101.891	(81.120)
2002	37.630	101.886	(64.256)
2003	38.847	97.152	(58.305)
2004	47.792	101.051	(53.260)
2005	66.482	93.359	(26.877)

Fonte: Secex/MDIC, in www.mdic.gov.br, acesso em 30/10/2008.

Além da abertura comercial, a agroindústria citrícola de Sergipe sentiu os efeitos da crise administrativa e financeira das suas duas principais empresas processadoras de laranja

e exportadoras do suco, a Frutos Tropicais e a Frutene, localizadas em Estância. Esta seria adquirida em 2000 pelo grupo Maratá e a primeira fechou as portas²⁹.

A crise da indústria processadora de laranja em Sergipe, totalmente dependente do mercado externo, ao diminuir a demanda pela produção citrícola e conseqüentemente empurrar os preços da laranja para baixo, seria mais um importante fator para contribuir com a crise pela qual começava a passar a sua citricultura. A política econômica restritiva, tendo como uma de suas expressões a política monetária de juros altos também inibiu os investimentos no trato agrícola, repercutindo sobre a manutenção e a produtividade da lavoura.

A produção de laranja que era de 3.674.756 mil frutos, em 1990, caiu para 3.181.059 mil frutos, em 2000. A produtividade em Sergipe, que no início da década de 90 era maior do que a brasileira e a paulista, caiu 42% (de 10,7 mil frutos/hectare, em 1990, para 6,1 mil frutos/hectare, em 2000), enquanto no Brasil, capitaneado por São Paulo³⁰ (crescimento de 46% na produtividade), aumentou cerca de 30%. Embora não tenha sido apenas a lavoura da laranja a única a entrar em crise no período, mas dada sua estrutura fundiária produtiva caracterizada pelo predomínio de micros e pequenos produtores, sua repercussão seria enorme. Neste sentido, os governadores que se sucederam tinham como pauta da agenda de campanha para o setor agrícola um plano de revitalização da citricultura.

A política monetária ortodoxa de juros altos e de restrição de crédito e a política econômica restritiva, da década de 1990, gerando taxas de crescimento do PIB irrisórias, implicariam em forte queda da produção agropecuária sergipana.

A seca do final da década de 1990 foi fator determinante para piorar ainda mais o quadro já cambaleante da agropecuária sergipana, contribuindo para a redução da área plantada, da produtividade e da produção das lavouras e o encolhimento na criação de animais.

Considerando dois anos básicos, 1990 e 2000, a queda da produção dos seus principais produtos foi a seguinte, segundo o IBGE (Pesquisa Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal):

²⁹ A recuperação das exportações de suco de laranja se daria também como conseqüência das exportações da Tropifruit (em Estância) e da Sumo Industrial (em Boquim).

³⁰ Na década de 1990, São Paulo produzia cerca de 83% da laranja brasileira. Enquanto isto, a produção em Sergipe passa de 4,2%, em 1990, para 3% em 2000.

- Cana-de-açúcar: de 2.182.172 para 1.352.624 toneladas (a área colhida encolheu 45%, no Nordeste 28% e no Brasil cresceu 12%);
- Mandioca: de 508.856 para 444.625 toneladas (queda de 11% na área colhida e de 1,3% na produtividade, e no Nordeste queda de 33% e aumento de 1,4%, respectivamente);
- Maracujá: de 404.406 para 279.862 mil frutos (a área colhida diminuiu 31% e a produtividade aumentou menos de 1%);
- Coco-da-baía: de 99.053 para 91.985 mil frutos (regressão de 2,6% na área colhida e de 5% na produtividade);
- Bovino: de 1.030.453 para 879.730 cabeças (redução de 15% e no Nordeste de 13%);
- Galinhas: de 1.043.359 para 869.044 cabeças;
- Ovino: de 201.601 para 96.422 cabeças (queda de 52% e no Nordeste cresceu menos de 1%);
- Suíno: de 96.447 para 91.370 cabeças (caiu 5% e no Nordeste 26%);
- Caprino: de 31.189 para 11.735 cabeças (diminuição de 62% e no Nordeste 18%).

O único produto do agronegócio exportável em Sergipe, o suco de laranja concentrado congelado, não repetiu sua performance da década de 1980.

Outro setor em Sergipe atingido pela política econômica restritiva e pelo encolhimento do Estado brasileiro foi o setor mineral (de não-metálicos). Em razão da sua grande participação na formação do PIB e do seu importante papel multiplicador de renda sobre a economia sergipana, ele sofreu forte revés com o quadro macroeconômico da economia brasileira e pelas mudanças institucionais da década de 1990.

A participação de Sergipe no valor adicionado bruto (VAB) da indústria extrativa mineral do Brasil que era de 4,11%, em 1989, caiu para 4,08%, em 1995, e, em 2000 (conforme explicado acima), foi mais achatada ainda para 1,88% e recentemente tem esboçado uma recuperação, aumentando para 3,25% em 2004 pelos dados do IBGE.

Em função da importância dessa indústria para a economia sergipana, a inflexão na política de investimentos nela acarreta sérias conseqüências. Como salienta estudo da CEPLAN (2005: 38) “A redução dos investimentos das estatais que afetou o conjunto da

economia brasileira, desde o início dos anos 90, foi particularmente prejudicial a Sergipe, em razão do peso relativamente maior dessas empresas na economia sergipana, notadamente, nos segmentos da cadeia gás-petróleo, fertilizantes e extração de sais de potássio”. Ver as Tabelas 2.8 e 2.9 sobre o comportamento da produção de petróleo e de gás em Sergipe.

Tabela 2.8
Sergipe
Índice (1985 = 100) da produção física de petróleo: 1972-2004

1973	64	1984	103	1995	73
1974	87	1985	100	1996	72
1975	95	1986	100	1997	67
1976	100	1987	100	1998	72
1977	102	1988	98	1999	77
1978	96	1989	99	2000	75
1979	92	1990	91	2001	73
1980	95	1991	85	2002	72
1981	91	1992	83	2003	75
1982	91	1993	77	2004	78
1983	96	1994	73		

Fonte: ANP.

A redução dos investimentos na indústria extrativa de Sergipe durante a década de 1990 foi observada por Feitosa (2007: 121), ao salientar que “(...) o volume de recursos destinados à indústria extrativa [de Sergipe], que em 1985 absorvia 62,9% dos investimentos do setor público e em 1989, 27,2%, durante a década de 1990 apresentou uma participação bastante modesta, situando-se em torno de 15%, em média”.

Tabela 2.9
Sergipe
Índice (2004 = 100) da produção física de gás natural

1978	92	1987	123	1996	108
1979	78	1988	126	1997	109
1980	95	1989	126	1998	119
1981	96	1990	125	1999	128
1982	96	1991	118	2000	129
1983	101	1992	118	2001	120
1984	113	1993	114	2002	118
1985	117	1994	106	2003	108
1986	120	1995	102	2004	100

Fonte: ANP.

A importância dessa indústria para Sergipe pode ser entendida quando se observa a participação da economia sergipana no VAB do Brasil, que foi de 0,7%, em 2004, e sua participação no VAB estadual, quando representou quase 20% em 2004 segundo o IBGE³¹ (Contas Regionais 2004). Complementando, segundo a CEPLAN (op. cit.: 40) “*Os segmentos de petróleo, gás natural e sais de potássio são as principais atividades mineradoras da economia sergipana fazendo da extração mineral a mais importante atividade industrial em termos de geração de riqueza no Estado, superando qualquer gênero da indústria de transformação e, em alguns anos, chegando a representar a maior parcela do que o conjunto da atividade de transformação industrial na formação do seu PIB industrial*”.

A indústria extrativa mineral sergipana explora a produção de petróleo e gás, enxofre, salvinita (cloreto de potássio e de sódio), calcário e carnalita (cloreto de magnésio). A extração e beneficiamento, criando o setor minero-químico, são feitos pela Petrobras (petróleo e gás), Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe -FAFENSE/Petrobras (amônia, uréia e gás carbônico, a partir do gás natural), Companhia Vale do Rio Doce (potássio), Grupo Votorantin e Grupo João Santos (calcário-cimento), além de outras empresas industriais na área de cerâmica, tintas e fertilizantes.

A dinâmica da indústria extrativa mineral sergipana, e sua interação com o setor químico, proporcionam impactos sobre o setor urbano-terciário (como o de transporte, alimentação e imobiliário), principalmente de Aracaju, pois como observa o texto da CEPLAN (op. cit.: 38) “*Deve-se destacar ainda, o efeito germinativo desse pólo minero-químico, tanto em termos da massa salarial³² internalizada quanto por meio dos elos com a rede de fornecedores de bens e serviços estabelecida localmente*”.

Assim como a indústria mineral, o restante da indústria sergipana no que dependesse da dinâmica econômica da economia brasileira, da política macroeconômica e

³¹ No Nordeste, o outro estado cuja importância da indústria extrativa mineral é similar é o Rio Grande do Norte: 17,8% em 2004. Para o Brasil o VAB da indústria extrativa mineral representou 4,6% em 2004, para Minas Gerais 2,2% e para o estado do Rio de Janeiro 28,2% segundo o IBGE (Contas Regionais 2004).

³² Os salários pagos na indústria extrativa mineral de Sergipe representaram 53,6% e 53,13% do da indústria (exceto a da construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública) como um todo em 1996 e 2005, respectivamente. Esses valores são muito expressivos quando se compara com a participação do pessoal ocupado nela com o total da indústria para aqueles dois anos: 14% e 9,5%, respectivamente segundo o IBGE (PIA, in www.sidra.ibge.gov.br).

da política de desenvolvimento regional coordenada pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1990 apresentaria desaceleração do seu crescimento. E não foi diferente o que aconteceu.

A Constituição Federal de 1988, ao descentralizar a estrutura tributária, aumentando a participação dos estados e municípios, visou aproximar a unidade gestora do gasto e do público alvo. Os estados passaram a ter um maior poder de gerenciar e administrar sua política fiscal e tributária.³³

É na década de 90, todavia, principalmente a partir de 1994, que a guerra fiscal ressurge com força total. Com o êxito do Plano Real em estabilizar a economia brasileira, as empresas passam a mudar seu foco de ação para obter resultados operacionais, substituindo o ganho financeiro pelo ganho oriundo de sua atividade básica produtiva. Paralelamente, o Estado brasileiro e suas unidades federativas encontravam-se com o padrão de financiamento esgotado. Como forma de atrair investimentos privados e reduzir o desemprego, as unidades federadas recorrem à ampliação da guerra fiscal, com a concessão de vários tipos de incentivos³⁴ financeiros, creditícios, locacionais e fiscais.

Para tentar contornar essa situação o governo do estado entrou na guerra fiscal criando o seu Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI). O estado de Sergipe criou sua regulamentação para entrar na guerra fiscal através da lei N^o. 3.140 de 23 de dezembro de 1991, aprovada pela Assembléia Legislativa Estadual, consubstanciando o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI.

Após algumas alterações feitas entre 1993 e 1995, passa o PSDI à sua forma atual com a criação do Fundo de Apoio à Industrialização - FAI, conforme decreto N^o. 15.970 de 12 de julho de 1996. Para Sergipe a guerra fiscal logrou alguns êxitos, principalmente a partir da década atual.

O PSDI objetivava incentivar e estimular o desenvolvimento sócio-econômico do Estado através da concessão de incentivos financeiro, creditício, locacional e/ou fiscal a investimentos do setor privado.

O apoio financeiro para tais empreendimentos requer a condição de 'necessário' e 'prioritário' para o desenvolvimento estadual. Para ser classificado como necessário e prioritário para o desenvolvimento de Sergipe, o investimento deveria proporcionar ou

³³ Oliveira, 2000, ps. 46/7.

³⁴ Oliveira, *ibid*, p. 69. A guerra de convênios utilizada durante as décadas de 60 e 70 foi um predecessor da guerra fiscal.

contribuir para: 1) elevar o nível de emprego e da renda; 2) descentralizar as atividades produtivas em termos econômico e espacial; 3) modernizar tecnologicamente o parque industrial, e; 4) preservar o meio ambiente.³⁵

Para ter acesso aos benefícios criados inicialmente em 1991 era necessário que o empreendimento fosse considerado 'novo', ou seja, cujo início das atividades tivesse ocorrido há menos de 180 dias contados da formalização do pleito de estímulo ou incentivo junto à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Com as mudanças feitas em 1996, os empreendimentos industriais novos, nos moldes anteriores, ou então empresas já instaladas e em funcionamento que apresentassem projetos de ampliação, poderiam ter acesso aos benefícios da lei de incentivos.

São os seguintes os incentivos e estímulos ofertados pelo PSDI:

a) Apoio financeiro: subscrição, pelo Estado, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE), de ações preferenciais (sem direito a voto), nos empreendimentos industriais novos, integralizados pelo seu valor nominal, ou ainda mediante transferência de galpões ou terrenos de sua propriedade, no limite de até 30% dos investimentos fixos, tomando como parâmetro de referência a geração futura do ICMS;

b) Apoio creditício: financiamento, através do FAI, tomando como parâmetro de referência a geração futura do ICMS, para empreendimento novo e para empresa já instalada e funcionando anteriormente, mas, nesse caso, calculado sobre a parte referente ao crescimento real, não inferior a 50%, do ICMS;

c) Apoio locacional: o Estado pode ceder ou vender terrenos ou galpões industriais ou permutar esses galpões para a implantação de empresas, a preços subsidiados;

d) Apoio fiscal: diferimento (postergar o recolhimento) do diferencial de alíquota do ICMS nas compras de bens de capital, inclusive de importados, tanto para empreendimentos novos como para empresas industriais em funcionamento, cujos novos investimentos acrescentem melhoria de produtividade; carência para o pagamento do ICMS devido, inclusive, nas operações internas, decorrentes de substituição tributária, no caso de

³⁵ Não é nosso objetivo fazer uma apresentação completa da legislação de incentivos do estado de Sergipe, mas apenas levantar os principais pontos assim entendidos. Para uma análise mais ampla da legislação ver Governo do Estado de Sergipe, s/d.

empreendimento novo e diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, insumos, material secundário e de embalagem.

Entre 1992 e 2005 haviam sido aprovados 295 projetos, com a expectativa de criação de 23.032 empregos diretos³⁶. Com média de 78 empregos criados por empresa, nota-se a baixa capacidade dessa política de incentivos em atrair empresas de grande porte para Sergipe, mostrando que para uma empresa deslocar ou investir em uma planta produtiva outros fatores qualitativos devem ser analisados.

Examinando a distribuição dos investimentos segundo os setores produtivos pelo tipo de bem, a sua concentração ocorre na indústria de bens de consumo não-durável: 62,7% das empresas, 74,7% dos empregos e 59,1% do montante investido. Destrinchando aqueles indicadores por ramos de atividade destacam-se os de mobiliário (9,5%; 5,1% e 2,1%), o têxtil (6,8%; 15,6% e 13,8%), o de vestuário/calçados/artefatos de tecidos (10,5%; 18,1% e 5,2%), produtos alimentares (22%; 23,1% e 20,5%) e o de bebidas (6,4%; 6,7% e 15,2%).

O setor de bens intermediários representou 30,2% das empresas, 17,9% dos empregos e 37,5% dos investimentos, com destaque para o ramo de minerais não-metálicos apresentando valores para aqueles indicadores de, respectivamente, 8,1%, 5,6% e 25,8%. Já o setor de bens de consumo durável/bens de capital somou apenas 7,1% dos projetos aprovados, 7,5% dos empregos e 3,4% da magnitude dos investimentos.

Observando os dados acima é de se notar as limitações apresentadas pela economia de Sergipe em atrair investimentos em setores mais dinâmicos, mostrando suas restrições em termos de criar uma matriz industrial mais ampla e que fuja à sua atração por dotação de recursos naturais ou que sejam induzidos pelo planejamento estatal.

Como último exemplo de investimento atraído por dotação de recursos naturais e realizado pelo investimento estatal no território sergipano (e alagoano) foi a Usina Hidrelétrica de Xingó, concluída em 2000. Como a parte administrativa (Centro de Apoio da Hidrelétrica de Xingó) ficou em território de Alagoas e o recolhimento do ICMS em Sergipe, esse fato corroborou, por mera agregação e não por efetivar nova capacidade produtiva potencial de setores dependentes da oferta de energia, para a recuperação da participação do setor industrial no seu PIB.

³⁶ Os dados do PSDI foram tirados de Feitosa (2007: 111-119).

Enquanto a participação dos serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás e água) contribuiu com apenas 1,7% e 1,3% para a formação do VAB de Sergipe em, respectivamente, 1999 e 2000, esta participação daria um salto surpreendente passando para 16% em 2001 e em 2004 seria de 15,1% (no Brasil essa participação foi de 3,6% em 2001 e 3,5% em 2004), segundo o IBGE (Contas Regionais).

Considerando a contribuição da Usina Hidrelétrica de Xingó, dos investimentos realizados pela atração dos incentivos do PSDI e pela indústria extrativa mineral (beneficiada pelo aumento dos preços das *commodities* energéticas petróleo e gás³⁷ e pelos investimentos realizados na indústria de cimento), o segmento industrial sergipano apresentou recuperação a partir da década de 2000, quando sua contribuição para o PIB passou de 37,3%, em 2000, para 53,9%, em 2004.

Contudo, na falta de uma política de desenvolvimento regional articulada, em que fatores distintos geram um comportamento errático, a economia sergipana apresentou tendência de refrear sua participação na economia nacional.

Como apresentado no capítulo 1, preocupada em reduzir as disparidades regionais a Constituição Federal de 1988 instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento, que ao lado dos Fundos de Desenvolvimento Regional, dos Fundos Fiscais de Financiamento e dos incentivos fiscais, seria um dos instrumentos para financiamento das políticas de desenvolvimento regional no país, executadas pelo Ministério da Integração Nacional.

No caso de Sergipe, o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) exerceria o papel de financiador da produção. Embora seus recursos tenham sido incapazes de se contrapor ao declínio do investimento público direto durante toda a década de 1990, Monteiro Neto (2005: 116), seu montante aplicado em Sergipe chegou a representar, em 2004, cerca de 1,4% do seu PIB, conforme Macedo e Matos (2008a: 10).

Sua aplicação tem sido feita nos mais distintos setores econômicos em Sergipe, com destaque nos programas rurais (55,6%), industriais e de comércio e serviços (22,1%). Sobre estes últimos, como conjecturaram Macedo e Matos (2008a: 11), “(...) *é de se levantar a*

³⁷ O VAB da indústria extrativa mineral de Sergipe aumentou sua participação no VAB total de sua economia de 2000 para 2001 de 10,5% para 17,8% segundo o IBGE (Contas Regionais 2002). Como não houve aumento da produção de petróleo e gás, segundo as Tabelas 2.8 e 2.9, a justificativa está no aumento do preço do petróleo e do gás e também, segundo Machado (2003: 10), mas também pela “ANP [estabelecer] através da Portaria ANP n.º 155/98 (21/10/98), um novo procedimento de determinação do preço mínimo de referência do petróleo nacional para fins de cálculo do valor dos *royalties*, o qual implicou na elevação do patamar do valor da produção e do valor agregado desse segmento”.

hipótese de que o elevado nível de urbanização sergipana criou oportunidades de investimento no terciário, especialmente porque sua agricultura mostra-se decadente e sua estrutura industrial mais tradicional pouco dinâmica, o que reforça o setor terciário como alternativa para inversões, além da importância crescente na geração de emprego e renda”.

No tocante às operações contratadas, Sergipe representou, entre 1995 e 2005, 6,3% do total do FNE, superando sua participação nos valores contratados (5,3%). Estas operações ficaram concentradas (96,8%) nos programas rurais (Macedo e Matos, 2008a: 11). Já a relação entre os valores contratados pelo FNE e o seu PIB, no período entre 1998 e 2003, foi muito baixa (menos de 1%).

Analisando os financiamentos do FNE segundo o porte dos tomadores dos recursos em Sergipe, Macedo e Matos (2008a: 12) concluem pelo papel dicotômico por eles exercidos em termos da distribuição, geração de renda e localização espacial: primeiro, exercem importante papel no processo de geração de renda por meio dos financiamentos aos pequenos tomadores, sobretudo na área rural, e, segundo, contribuem para concentração patrimonial e de renda por meio de empréstimos aos grandes tomadores, ligados às atividades urbanas.

Se o FNE contribui para mitigar as desigualdades inter-regionais, sua ação em termos intra-regionais é questionável. Em Sergipe, houve concentração de 40% dos recursos financiados na microrregião de Aracaju, decorrente de projetos urbanos que necessitam de financiamento de maior envergadura, como são os casos dos setores ligados a programas industriais, de comércio e serviços, turismo e de infra-estrutura, comentam Macedo e Matos (op. cit.: 14).

O papel desempenhado pelo FNE em Sergipe, não muito diferente de sua atuação no Nordeste, assim foi resumido por Macedo e Matos (op. cit.: 15-6) *“Essa concentração espacial dos investimentos indica que o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, promovendo desenvolvimento com melhor distribuição das atividades pelo território, está longe de ser uma prática. Condiçionados à lógica do mercado, funcionando basicamente pelo lado da demanda, os financiamentos do FNE têm capilaridade mais extensiva às áreas melhor estruturadas, que apresentam maiores economias de aglomeração, de urbanização e de localização. No caso de Sergipe, conforme destacado, em 10 anos, a entrada de*

recursos respondeu pelo equivalente a 75% dos investimentos totais realizados no âmbito do PSDI, principal política estadual de desenvolvimento. Infelizmente, tanto os recursos do PSDI quanto do FNE mantiveram o caráter espacialmente concentrado da economia sergipana, reproduzindo a lógica do mercado”.

Assim, podemos notar ao longo do processo histórico de formação econômica que as áreas menos densamente estruturadas em termos econômicos e de infra-estrutura, como é o caso de Sergipe, numa região periférica de país subdesenvolvido, tendem a reproduzir em escala espacial menor o caráter combinado e desigual do desenvolvimento. E isto tem afetado a sua dinâmica populacional, principalmente, como é o caso em estudo, em termos de sua PEA e de sua migração.

As mudanças estruturais ocorridas na economia sergipana durante os processos de integração produtiva nacional e de desconcentração produtiva regional acarretaram mudanças na estrutura demográfica e urbana, assim como no seu mercado de trabalho.

2.4. Mudanças demográficas

As transformações ocorridas na estrutura econômica de Sergipe nos anos de 1970 e 1980 propiciaram sua passagem de uma economia agrária para uma economia voltada às atividades urbanas, inclusive com sua maior participação no processo de industrialização brasileira. Além disso, mudanças sociais e demográficas também se desenvolveram, com a transição de uma sociedade rural para a sociedade urbana.

A população residente em áreas urbanas (Tabela 2.10), em 1970, era de 46,12%, enquanto o equivalente a 86% dos municípios³⁸ possuía menos de 50% da sua população residindo no núcleo urbano. A partir dos anos 80 a situação se inverte, com o predomínio da população urbana, mas ainda com cerca de 80% dos municípios caracterizados pelo predomínio da população rural. Esta mudança foi aprofundada nos anos censitários seguintes, e em 2000 a população urbana era de 71,35%, inclusive com a redução para 45% dos municípios com predomínio da população rural.

³⁸ Municípios em Sergipe com menos de 50% da população urbana: 1970: 64 (86,49%); 1980: 59 (79,73%); 1991: 43 (58,11%); 2000: 34 (45,33%).

Tabela 2.10
Sergipe
Municípios mais populosos* e taxa de urbanização: 1970-2000

	População total				População urbana/total			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Aracaju	183.670	293.119	402.341	461.534	97,61	98,22	100,00	100,00
Boquim	14.127	18.320	23.015	24.188	35,15	48,71	57,14	61,91
Capela	20.114	23.008	25.105	26.518	34,42	40,78	58,64	60,69
Estância	28.045	36.825	53.869	59.002	72,23	76,51	82,34	86,19
Itabaiana	41.640	52.601	64.838	76.813	39,34	49,97	63,30	72,22
Itabaianinha	21.686	26.475	30.885	35.454	18,27	28,27	39,28	43,89
Itaporanga d'Ajuda	13.872	16.603	20.324	25.482	26,92	28,53	34,83	35,94
Laranjeiras	10.627	13.275	18.944	23.560	43,04	49,54	84,57	90,04
Lagarto	51.131	58.328	72.144	83.334	24,65	33,26	45,10	48,63
Nossa Senhora das Dores	16.177	17.493	19.606	22.195	35,11	40,94	56,01	60,93
Nossa Senhora da Glória	13.716	20.432	23.478	26.910	22,72	39,53	58,25	63,68
Nossa Senhora do Socorro	9.346	13.710	67.574	131.679	16,64	11,68	99,91	99,70
Poço Redondo	9.298	16.741	20.155	26.022	8,43	10,80	23,23	24,44
Porto da Folha	15.924	22.863	23.476	25.664	25,65	26,74	30,15	33,95
Própria	21.309	21.309	25.091	27.385	86,00	89,11	87,46	86,06
São Cristóvão	20.409	24.129	47.558	64.647	49,98	48,63	97,21	97,63
Simão Dias	27.904	27.031	32.196	36.813	23,41	31,37	40,81	45,68
Tobias Barreto	24.832	30.781	37.577	43.172	26,72	41,59	58,23	63,70
Sergipe	900.679	1.140.379	1.491.876	1.784.475	46,12	54,18	67,22	71,35

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

*Considerando os que tinham mais de 20 mil habitantes em 1970 e em 2000.

As mudanças ocorridas na estrutura econômica, com o predomínio das atividades terciárias e industriais, levaram a maioria dos municípios mais populosos a acompanharem aquela transição. Excetuando sua Capital, Aracaju, e Nossa Senhora do Socorro (município da Microrregião Homogênea de Aracaju), Sergipe não possui cidades de porte populacional capaz de polarizar centros urbanos mais significativos.

Dos 18 municípios apresentados, seis ainda indicavam forte predomínio da população rural, como é o caso de Lagarto, maior cidade do interior. Apesar de sua estrutura econômica diversificada, o predomínio das atividades rurais ainda exercia forte influência, com mais de 51% de sua população residindo no campo, em 2000.

Considerando os municípios com mais de 20 mil habitantes como os mais populosos, seu número (10) era bastante restrito em 1970, passando a 12 em 1980 e 16 em 1991.

A população sergipana foi a que mais cresceu no Nordeste pela segunda vez seguida. Se no Censo Demográfico de 1991 sua população tinha aumentado 30,82% (em relação ao de 1980), pelo de 2000 seu aumento, embora menor, foi de 19,61% (em relação

ao de 1991), enquanto naquela região as respectivas taxas foram de 22,07% e 12,34%. Com isto a população sergipana representou 3,51% da regional e 1,05% da nacional, em 2000.

A PEA de Sergipe também ampliou a participação em termos regionais e nacionais, passando, de 1991 para 2000, de 3,60% para 3,79% e de 0,91% para 0,95%, respectivamente. Com o avanço do seu processo de urbanização e da maior representatividade do setor terciário na geração de emprego e de renda nas economias urbanas, decorrentes de uma série de fatores já analisados anteriormente, as ocupações urbanas ampliaram sua participação na passagem do Censo Demográfico de 1991 para 2000, de 67,76% para 70,37% das ocupações. Esse crescimento (29,67%) seguido das ocupações urbanas entre aqueles dois Censos foi mais uma vez superior ao crescimento (26,96%) da população urbana de Sergipe.

Este fato pode ser atribuído ao pífio crescimento da economia brasileira no período, reservando ao setor terciário papel de destaque no mercado de trabalho, ao imbuí-lo da função mais ampla possível de gerador de emprego e de renda. Àquele fator deve-se acrescentar as transformações que o terciário sofreu ao longo do tempo, graças à inovação tecnológica, à reestruturação produtiva e à terceirização e terciarização, permitindo a sua maior abrangência como empregador e a sua maior capacidade, comparado à indústria, em proporcionar algum tipo de ocupação e subocupação em atividades formais e informais.

A migração em Sergipe, resultante da precariedade do mercado de trabalho graças ao fraco desempenho da economia brasileira, voltou a expulsar mais pessoas do que a receber. No Censo Demográfico de 2000, Sergipe recebeu 52.111 pessoas oriundas de outros espaços territoriais e enviou 56.928 pessoas, resultando no saldo migratório negativo de 4.817 pessoas, porém bem menos que em períodos anteriores, e representando apenas 0,63% do saldo migratório negativo do Nordeste.

O processo de desconcentração produtiva regional e seus efeitos sobre a economia sergipana, intercalado por uma série de mudanças estruturais no padrão de desenvolvimento econômico nacional, como tem se caracterizado estes últimos quase trinta anos, com seus rebatimentos sobre o mercado de trabalho e no padrão de formação da renda nacional, tem propiciado o crescimento meio que desordenado das suas áreas urbanas, resultando no inchaço do seu setor terciário.

2.5. As mudanças na estrutura do emprego e os indicadores sociais

As alterações na dinâmica e na estrutura da economia sergipana na passagem dos anos 70 para os 80 foram acompanhadas por transformações importantes do seu mercado de trabalho. Estas mudanças locais acompanharam a tendência regional e nacional.

Em 1970, apesar da atividade primária não ser a principal atividade econômica para a formação do PIB, porém era o maior empregador, com mais de 61% do emprego total (Tabela 2.11). A partir dos anos 80, após a inserção de Sergipe no processo de integração produtiva do mercado nacional, da modernização conservadora no campo liberando mão-de-obra, dos investimentos realizados no bojo do II PND, o emprego nas atividades ligadas ao urbano (serviços, comércio e indústria) superaram os das atividades rurais (43,75%).

Estas tendências transformadoras causariam fortes exigências sobre as atividades urbanas, principalmente sobre aquelas ligadas ao setor terciário. Acompanhando de perto o processo de urbanização e as mudanças no sistema de produção capitalista (como produção flexível, reestruturação produtiva e terceirização) as atividades terciárias foram capazes de responder, de certa forma, à demanda por emprego do contingente populacional agora mais concentrado nas cidades.

Porém, o caráter desigual do desenvolvimento e as crises da economia brasileira, com suas irrisórias taxas de crescimento econômico das décadas de 1980 e 1990, impingiram atrasadas formas de organização da produção e de relações trabalhistas. Assim, denotações como terciário inchado, mercado informal e subemprego seriam características presentes na análise do mercado de trabalho.

O emprego nas atividades ocupacionais acompanhou o processo de transformação econômica em Sergipe. O Estado, com seus investimentos, sistema de financiamento e incentivos fiscais, criou e induziu o surgimento de novas atividades produtivas industriais (extrativas minerais e indústria de transformação) e de atividades terciárias. Também contribuiu o processo de urbanização, principalmente em sua Capital e entorno, possibilitando a criação de modernos tipos de comércio e serviços.

Tabela 2.11
Sergipe
Estrutura do emprego (%): posição na ocupação x atividade

1970	Serviços						Atividades mal		TOTAL
	Terciário	Serviços distributivos	ao produtor	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,74	0,00	48,74
Empregado Setor Privado	5,99	3,78	0,53	0,71	0,97	8,28	0,00	0,73	14,99
Empregado Setor Público	7,01	0,59	0,09	6,31	0,02	0,77	0,00	0,01	7,79
Autônomo	8,29	4,51	0,41	0,15	3,22	2,19	0,00	0,14	10,61
Empregador	0,18	0,15	0,01	0,00	0,02	0,14	0,44	0,00	0,75
Empregado Doméstico	3,34	0,00	0,00	0,00	3,34	0,00	0,00	0,00	3,34
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,22	0,00	12,22
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,19	0,07	0,00	0,09	0,02	0,10	0,00	1,17	1,45
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,11
Total	24,99	9,10	1,04	7,26	7,59	11,47	61,39	2,15	100,00

1980	Serviços						Atividades mal		TOTAL
	Terciário	Serviços distributivos	ao produtor	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,25	0,00	37,25
Empregado Setor Privado	13,09	6,40	2,42	1,96	2,31	13,54	0,00	0,25	26,89
Empregado Setor Público	9,53	0,18	0,00	9,36	0,00	0,28	0,00	0,00	9,81
Autônomo	10,56	5,60	0,24	0,23	4,48	3,41	0,00	0,11	14,08
Empregador	0,59	0,38	0,03	0,04	0,14	0,24	0,37	0,02	1,22
Empregado Doméstico	3,83	0,00	0,00	0,00	3,83	0,00	0,00	0,00	3,83
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,11	0,00	6,11
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,21	0,12	0,00	0,00	0,09	0,13	0,00	0,04	0,38
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem declaração	0,23	0,07	0,02	0,09	0,05	0,11	0,00	0,09	0,43
Total	38,05	12,74	2,72	11,69	10,90	17,71	43,73	0,51	100,00

1991	Serviços						Atividades mal		TOTAL
	Terciário	Serviços distributivos	ao produtor	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,84	0,00	27,84
Empregado Setor Privado	15,83	7,46	2,62	2,34	3,41	9,94	0,00	0,20	25,97
Empregado Setor Público	16,27	0,40	0,98	14,89	0,00	1,79	0,00	0,00	18,06
Autônomo	12,36	6,52	0,43	0,27	5,14	4,30	0,00	0,04	16,70
Empregador	1,53	0,97	0,08	0,06	0,42	0,48	0,65	0,00	2,66
Empregado Doméstico	5,30	0,00	0,00	0,00	5,30	0,00	0,00	0,00	5,30
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,43	0,00	2,43
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,54	0,28	0,07	0,06	0,13	0,30	0,00	0,21	1,05
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	51,81	15,63	4,17	17,61	14,39	16,82	30,92	0,45	100,00

2000	Serviços						Atividades mal		TOTAL
	Terciário	Serviços distributivos	ao produtor	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,78	0,00	18,78
Empregado Setor Privado	20,56	10,14	3,75	3,23	3,44	11,29	0,00	0,45	32,30
Empregado Setor Público	14,98	0,00	0,00	14,98	0,00	0,00	0,00	0,00	14,98
Autônomo	14,51	9,10	1,13	0,56	3,72	4,71	0,00	0,55	19,77
Empregador	1,34	0,69	0,18	0,13	0,34	0,33	0,21	0,03	1,92
Empregado Doméstico	7,16	0,00	0,00	0,00	7,16	0,00	0,00	0,00	7,16
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,04
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,19	0,06	0,02	0,08	0,03	0,06	0,00	0,00	0,26
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,78	0,50	0,01	0,03	0,24	0,29	3,68	0,04	4,79
Sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	59,53	20,49	5,09	19,01	14,93	16,69	22,71	1,07	100,00

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Como as atividades urbanas que mais se desenvolveram foram às ligadas aos serviços e ao comércio, com o uso das Tabelas 2.11 e 2.12 algumas observações serão feitas a seguir sobre a estrutura do emprego terciário.

Tabela 2.12
Sergipe
Estrutura do setor terciário segundo a classificação em quatro grandes atividades e sub-atividades

	Sergipe			
	1970	1980	1991	2000
Serviços distributivos	36,43	33,50	30,05	34,43
Comércio em geral	23,80	20,13	16,59	23,79
Ambulantes	0,69	2,01	4,82	1,72
Transporte e armazenagem	10,59	9,93	7,64	7,62
Outros	1,35	1,43	1,01	1,29
Serviços ao produtor	4,15	7,14	8,19	8,54
Investigação, vigilância e segurança		0,69	1,67	1,52
Atividades imobiliárias – exceto condomínios prediais	0,12	0,47	0,23	0,33
Condomínios prediais				0,41
Atividades de imunização, higieniz. E de limp. em prédios e em domic.	0,62	1,00	1,04	0,53
Serviços sociais	29,05	30,78	34,08	31,94
Serviço público	14,56	11,63	12,38	13,29
Administração do Estado e da política econômica e social – Federal	1,31	2,07	1,03	0,95
Outros serviços coletivos prestados pela adm. Pública – Federal				0,27
Administração do Estado e da política econômica e social – Estadual	1,73	2,48	2,53	2,52
Outros serviços coletivos prestados pela adm. Pública – Estadual	3,51	1,56	1,83	2,63
Administração do Estado e da política econômica e social – Municipal	2,52	2,70	3,13	6,32
Outros serviços coletivos prestados pela adm. Pública – Municipal		0,03	0,12	0,13
Forças Armadas	1,13	0,48	0,43	0,24
Seguridade social	1,24	1,32	0,58	0,23
Serviços administrativos autárquicos	0,06	0,03	0,06	
Serv adm dos poderes públicos não incluídos nas classificações	2,14	0,14	1,44	
Poder Legislativo	0,09	0,20	0,54	
Justiça e atividades auxiliares	0,85	0,64	0,70	
Educação	9,45	11,33	13,00	12,02
Educação regular, supletiva e especial pública	8,08	9,21	10,82	9,32
Educação regular, supletiva e especial particular	1,37	2,12	2,18	1,67
Outras atividades de ensino				1,03
Saúde	2,50	3,65	4,71	3,89
Saúde pública	1,03	2,28	3,13	2,55
Saúde particular	1,26	1,37	1,58	1,29
Outras atividades de saúde	0,20			0,04
Serviços pessoais	30,36	28,58	27,68	25,09
Turismo	1,64	3,72	6,25	5,98
Alojamento	0,49	0,72	0,47	0,59
Outros serviços de alimentação – exceto ambulantes	1,15	3,00	5,78	4,95
Atividades de alojamento e/ou alimentação não especificadas				0,45
Serviços domésticos	0,14	9,71	10,19	12,03
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, Microdados.

Obs.: Classificação das atividades do terciário segundo FACEPE (2002), O setor terciário de Pernambuco: um estudo exploratório, ps. 28-31. Estrutura do setor terciário segundo a classificação em quatro grandes atividades, levando em consideração a metodologia do Censo Demográfico de 2000.

Os serviços distributivos (comércio, armazenagem, transporte e comunicação), que são voltados para a atividade de produção, mostram um aumento na geração de emprego, de 9,10%, em 1970, para 20,49%, em 2000. Nele se concentra grande parte dos autônomos, como em 2000, quando quase metade dos mais de 19% ocupados como tal ali desempenhava suas atividades.

A principal atividade ligada aos serviços distributivos é a comercial, seguida de transporte e armazenagem.

Os serviços ao produtor (instituições financeiras, serviços técnico profissionais e outros serviços prestados às empresas), apesar de sua participação ser pouco expressiva (5,09% em 2000), quase quintuplicaram sua participação. Este crescimento esteve atrelado às necessidades de atender à ampliação da base produtiva, ao crescimento do mercado financeiro com os ganhos elevados na época de alta inflação e à diversificação e especialização de atividades requeridas pela urbanização.

A atuação decisiva do Estado na indução dos investimentos produtivos até o início da década de 1980 e o seu desempenho em atividades sociais, como saúde e educação, definidos pela Constituição de 1988, contribuíram sobremaneira para o grande crescimento dos serviços sociais. Apesar do desmonte havido no Estado brasileiro patrocinado pelas políticas neoliberais na década de 1990, com a privatização de atividades produtivas e de serviços, os gastos sociais públicos através do SUS, Fundef e outros, garantiram às ocupações no setor público aumentarem sua participação de 6,31%, em 1970, para 14,98%, em 2000.

Os serviços pessoais, caracterizados pela grande informalidade e subocupações, têm elevada participação na geração de ocupações. Os empregados domésticos se destacam como a principal, passando de 5,30%, em 1991, para 7,16%, em 2000 (Tabela 2.11). O crescimento da urbanização, mudanças no mercado de trabalho, com a maior participação da mulher, o achatamento da renda e o fraco crescimento econômico, são fatores que contribuíram para aquele avanço, perfazendo, em 2000, quase 50% dos serviços pessoais (Tabela 2.12).

O emprego nas atividades industriais, influenciado pelas políticas estruturantes de desenvolvimento regional, cresceram entre as décadas de 1970 e 1980, passando de 11,47% para 17,71%, respectivamente (Tabela 2.11). Nas duas décadas seguintes pouco se modificou, apesar de sinais de inflexão na desconcentração produtiva regional.

Observando a estrutura do emprego da indústria (Tabela 2.13), contudo é possível perceber as mudanças internas da composição industrial. A indústria de transformação é a maior empregadora em todo o período, passando, em 2000, a responder por mais de 56%

do emprego industrial como resultado da política de incentivo (guerra) fiscal orquestrada pelo governo estadual.

A indústria da construção civil, apesar da redução de sua participação, aumentou consideravelmente o número de empregos criados: 13 mil em 1970, 27,2 mil em 1980, 33,8 mil em 1991 e 36,4 mil em 2000. Este crescimento do emprego, que foi menor em relação ao total da indústria, reflete a incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra no setor.

A indústria extrativa, empregadora de quase 10% da indústria até 1991, apresentou em 2000 participação bastante reduzida (2,4%). Este número é intrigante, mesmo com a redução da produção de petróleo no período (Tabela 2.8). Possível explicação para tal fenômeno encontra-se na terceirização da mão-de-obra do setor, considerada, desde então, como pertencente ao segmento de serviços.

Tabela 2.13
Sergipe
Estrutura do emprego da indústria: 1970-2000

	1970	1980	1991	2000
Indústria	100,00	100,00	100,00	100,00
Indústria extrativa	8,40	8,25	9,89	2,40
Indústria de transformação	45,92	43,43	44,85	56,55
SIUP	3,18	3,51	4,51	3,30
<u>Indústria da construção civil</u>	<u>42,49</u>	<u>44,81</u>	<u>40,75</u>	<u>37,75</u>
Estrutura do emprego da indústria de transformação: 1970-2000				
	1970	1980	1991	2000
G I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável	67,61	55,04	61,61	69,42
G II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	25,07	43,15	32,22	25,99
G III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável	7,31	1,81	6,17	4,59
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

A estrutura da indústria de transformação de Sergipe pouco mudou ao longo do período 1970-2000 (Tabela 2.13). Como sua indústria principal sempre foi a de bens de consumo não durável (BCND), com a sua inserção na integração produtiva nacional tal situação predominou, apesar da diminuição em 1980.

Entrada a década de 1990, com a política de liberalização comercial e a valorização cambial da moeda brasileira, segmentos da indústria de BCND sofreram forte concorrência de produtos importados. Em muitos estados os impactos obrigaram a adoção de estratégias

capazes de garantir a manutenção da atividade produtiva. Uma dessas estratégias foi a realocização industrial, facilitada pela guerra fiscal travada pelos estados. Sergipe atraiu segmentos como o de calçados, têxteis e de alimentos, fortalecendo ainda mais o emprego no setor industrial de BCND, passando em 2000 a representar cerca de 70% do emprego da sua indústria de transformação. Esta sua inserção no processo de desconcentração produtiva regional, apesar de modesta no cenário nacional, permitiu retomar sua participação no VTI da indústria de transformação (0,3% em 2004), após ter caído entre 1985 (0,3%) e 1996 (0,2%) (CANO, 2008: 102).

Mesmo com Sergipe tendo galgado avanço na participação do PIB brasileiro nos últimos anos, de 0,6%, em 1990, para 0,7% em 2004, seus indicadores sociais mostram a necessidade de avançar também na inclusão social de sua população.

Os Índices de Desenvolvimento Humano em Sergipe (Tabela 2.14) mostram progressivo avanço, caracterizando melhorias em importantes indicadores de bem-estar social de sua população. Porém, quando comparado a outros estados do Brasil –em 2000, o IDH de SE era de 0,682 superior no Nordeste apenas ao dos estados de Alagoas, Paraíba, Maranhão e Piauí, mas muito abaixo de Santa Catarina (0,822) e São Paulo (0,82)- o abismo social emerge, mostrando suas carências sociais.

O porcentual de analfabetos (21,46% em 2000), apesar da sua redução, ainda escancara as barreiras de inclusão dessa parte da população (383 mil pessoas) como cidadãos numa sociedade carente de oportunidades de emprego, de informação e cultura. Os indicadores de pobreza expressam os impedimentos gerados por esta sociedade, onde cerca de 30% eram indigentes, em 2000, vegetando com renda domiciliar per capita inferior equivalente a 1/4 do salário mínimo, e 54% eram pobres, vivendo com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo.

Os indicadores de acesso à instalação sanitária, água, energia elétrica e lixo coletado também mostram o quanto ainda falta por ser feito para criar condições de bem-estar para os sergipanos. Estas carências acabam afetando outros indicadores sociais, como os de saúde e de mortalidade. A taxa de mortalidade infantil de 73 por mil nascidos vivos, em 2000, apesar de ser mais baixa do que em três estados nordestinos (Paraíba, Piauí e Maranhão), ainda é muito elevada quando comparada à de Santa Catarina (17) ou São Paulo (20).

Tabela 2.14
Sergipe
Indicadores Sociais: 1970-2000

	1970	1980	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,303	0,477	0,597	0,682
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – educação	0,339	0,405	0,630	0,771
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – longevidade	0,368	0,481	0,580	0,651
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – renda	0,201	0,544	0,582	0,624
Taxa de analfabetismo – pessoas de 15 anos ou mais (%)*		39,67	36,49	21,46
Domicílios – subnormais - pessoas (%)			1,21	0,74
Domicílios – com instalação adequada de esgoto – pessoas (%)	58,03	69,05	81,32	85,70
Domicílios – com água canalizada rede geral – número (%)	17,03	32,77	58,35	75,57
Domicílios – com energia elétrica - pessoas (%)			79,83	91,85
Domicílios – com lixo coletado (%)			51,80	69,84
Pobreza – pessoas indigentes (P0) (%)			33,17	29,43
Pobreza – pessoas pobres (P0) (%)	87,13	62,54	61,06	53,99
Renda - de transferências governamentais (%)			12,3	17,2
Desigualdade - coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita*		0,5339	0,5680	0,5707
Mortalidade até cinco anos de idade (por mil nascidos vivos)			85,11	72,66
Taxa de homicídios(100.000 Habitantes)		7,19	10,09**	23,31
Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos(100.000 Habitantes)		10,31	20,91**	42,75

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Ipeadata, <www.ipeadata.gov.br>.

* Os dados são referentes aos anos de 1981, 1990 e 2001, respectivamente.

** Dados referentes ao ano de 1990.

O indicador de mortalidade tendo como causa o fator externo violência (homicídios) indica um dos dilemas vividos hoje pela sociedade brasileira, principalmente junto à população jovem. As transformações modernizadoras de sua estrutura produtiva e o seu elevado grau de urbanização criaram uma combinação contraditória, pois enquanto a oferta material de bens avançou e com todas as comodidades que a vida urbana passou a oferecer, porém excluíram do seu acesso importantes segmentos da população, que foi empurrada para a violência e a marginalidade em atividades como tráfico de drogas, prostituição, roubo e outras formas de “sobrevivência”. Assim, a taxa de homicídios mais do que triplicou entre a população em geral entre 1980 e 2000, e entre os mais jovens (15 a 29 anos) mais do que quadruplicou.

Os indicadores sociais no Brasil estiveram ao longo dos anos aqui analisado desconectados do desempenho da atividade econômica, sobretudo em seus momentos mais críticos como têm sido os do ideário neoliberal. Nestes anos de imobilismo e ausência do Estado, as políticas sociais deixaram de ser universais para serem focalizadas. Numa sociedade caracterizada pelas persistentes e elevadas carências sociais da sua população, o

processo de seletividade na escolha daqueles indivíduos a serem atendidos pelas políticas sociais públicas acabou por jogar ao mercado o papel de provedor dos serviços sociais. Ou seja, os indivíduos para exercerem sua plena cidadania devem ser capazes de “fazer jus” (pagar) pelos serviços, com a mercantilização se estendendo em setores até então tidos como direitos sociais básicos a serem providos pelo Estado. O resultado combinado desses anos de desempenho econômico fraco e de ausência de políticas de bem-estar social é o quadro de abismo social em que se encontra considerável parcela da sua população, e em Sergipe não foi diferente.

2.6. Conclusões

Para economias regionais periféricas e com poucos atrativos competitivos, como é o caso da economia sergipana, seu desempenho torna-se altamente dependente da presença do Estado, o que é agravado ainda mais pelas desigualdades sociais reinantes. Este quadro a torna dependente, como os demais estados nordestinos, da transferência de recursos pela União federal, comprometendo sua autonomia decisória no campo econômico e político e rebatendo na sua dinâmica produtiva.

Ao longo do período histórico analisado o setor primário vem perdendo participação na composição do PIB sergipano, espaço esse ocupado inicialmente pelo setor industrial. Esse alcançou seu auge em 1985, quando foi responsável por mais de 67% da formação do PIB em Sergipe, como resultado dos investimentos estatais realizados no bojo do II PND, principalmente na indústria extrativa mineral.

Terminada a última fase do padrão de desenvolvimento econômico brasileiro sob a égide do Estado, a indústria passou a ceder espaço para o setor terciário, representando em 2005 apenas 33% da estrutura produtiva em Sergipe. Nesta nova fase o setor terciário foi ocupando o espaço dos setores primário e industrial, mas não apenas por mero resultado estatístico. Uma série de fatores contribuiu para tais mudanças, entre os quais cabe destacar a crise do desenvolvimento brasileiro, com taxas de crescimento pífias, acentuando o caráter do setor terciário como amortecedor da crise econômica e social. Um segundo fator é, de modo interligado ao primeiro, a migração campo-cidade, fazendo surgir a oferta de

certos tipos de serviços, principalmente serviços pessoais, em bases informais e de baixa remuneração.

O avanço do processo de urbanização em Sergipe, apesar de estar abaixo do padrão brasileiro, tem colaborado para o avanço do setor terciário, ocupando espaço da sua pouca dinâmica indústria e de sua tradicional agricultura. Mais recentemente, fruto da reestruturação produtiva industrial e conseqüente terceirização, setores outrora classificados como industriais ou agroindustriais passaram a fazer parte do terciário. A busca de novos espaços de valorização do capital tem encontrado em setores dito modernos, como *shopping centers*, galerias, varejo (hipermercados, supermercados, lojas de departamento e lojas de conveniência), turismo (hotéis, restaurantes, locação de veículos e transporte), atividades imobiliárias e de aluguel voltadas para residência e lazer da classe média, importante vetor de ampliação dos seus investimentos. Mais outro fator foi a Constituição de 1988 e suas deliberações, descentralizando repasses de recursos para gastos com saúde e educação para estados e municípios.

Dada a manutenção da atual política macroeconômica e da ausência duradoura de uma política de desenvolvimento econômico nacional e regional, do tipo de inserção da economia brasileira no processo de globalização, do retrocesso da flexibilização da legislação trabalhista e previdenciária, da continuidade da migração campo-cidade, do prosseguimento do processo de urbanização e do surgimento de novas centralidades urbanas é de se esperar a ampliação da importância do setor terciário na economia sergipana, tanto no tocante à sua participação no PIB estadual como, principalmente, no de gerador em última instância de atividade ocupacional.

Como em Sergipe a tentativa de interiorização de investimentos esbarrava muitas vezes em uma série de fatores como insuficiente infra-estrutura (energia, estradas, telecomunicações, abastecimento de água, etc.), ausência da política de incentivo fiscal implementada pelos municípios (em razão da sua baixa fiscalidade, ou seja, como são muito dependentes de repasses de recursos federais e estaduais eles não têm como suportar a abdicação de impostos) para atrair empreendimentos industriais e de serviços/comércio, da falta de investimentos descentralizados em educação profissionalizantes e de nível superior e tecnologia, e das ainda baixas deseconomias de aglomeração de sua capital e de seu entorno, permitiram Aracaju centralizar as atividades produtivas e, principalmente, as

atividades comerciais e de toda espécie de atividades de serviços presentes em seu território.

Contudo, algum avanço no processo de interiorização das atividades, principalmente as industriais, tem sido obtido com seu programa de inserção na guerra fiscal (o PSDI), mas que por razões já indicadas acima serão analisadas de forma mais esmiuçada no próximo capítulo.

Capítulo 3

Aracaju e sua dinâmica urbana (1970-2005)

A linha que separa o desenvolvimento regional do urbano vem se tornando cada vez mais tênue, requerendo uma compreensão tanto da análise teórica e aplicada da economia regional quanto da urbana. No Brasil, essa interdependência é especialmente identificada, quando se olha para um passado não muito distante, no qual o processo de integração produtiva do mercado nacional aliado às políticas de fomento ao desenvolvimento nacional e regional, orquestradas até a década de 1970, foram fatores decisivos para a urbanização das capitais nordestinas. A modernização daí resultante não veio sozinha, mas carregada de problemas das mais distintas ordens: econômica, social, demográfica, ambiental, urbana etc. Nesse sentido, o desenvolvimento alcançado por essas cidades apenas transmutou velhos problemas do Brasil agrário em novas roupagens, mantendo a essência desses problemas sob os mais diversos indicadores.

A estreita relação entre as questões regionais e a urbanização também se observa, quando se avança para os dias atuais, pois fica mais clara a necessidade de integrá-las como centro da discussão da política econômica, social e cultural do país, sem menosprezar a intermediação, a regulação e a ação a que devem ser submetidas na pauta de discussão pela política nacional. É de se indagar, por exemplo, qual a relação entre o processo de integração do mercado nacional e da sua integração produtiva sobre o processo de urbanização brasileira? Qual a implicação do processo de desconcentração produtiva regional sobre a urbanização e a divisão social do trabalho regional? Quais os impactos do conturbado cenário econômico brasileiro iniciado na década de 1980 ou os efeitos das políticas neoliberais adotadas no Brasil a partir da década seguinte sobre o desenvolvimento regional e urbano brasileiro? Obviamente as respostas para todas essas questões transcendem o âmbito deste trabalho, mas no que tange ao nosso corte espacial e geográfico não podemos nos furtar a essa análise.

Ao longo da história econômica regional e urbana brasileira, mais nitidamente, nas capitais dos estados das regiões periféricas, é possível identificar algumas características: ligação entre a acelerada urbanização nas capitais nordestinas e os efeitos da política de desenvolvimento regional efetivada no Brasil; modernização agrícola conservadora,

urbanização tardia e mudança na divisão social do trabalho; urbanização acelerada e caótica e inchamento do terciário. São também identificadas algumas tendências, tais como mudança no padrão de desenvolvimento econômico brasileiro, crise econômica e fiscal do Estado brasileiro e o inchamento do urbano e do terciário na periferia regional brasileira; modernização da sociedade brasileira tendo como contraponto a sua urbanização impregnada de enorme atraso social (na habitação, saneamento, saúde, transporte, educação, cultura, lazer) e de forte concentração da renda.

Em que pese a urbanização brasileira mostrar, nos últimos anos, o avanço das cidades médias e sua importância para o crescimento populacional, bem como a interiorização do crescimento econômico, em Sergipe a única cidade que poderia ser encaixada nessa situação seria sua capital, Aracaju. Segundo o Censo Demográfico de 2000, à exceção de Nossa Senhora do Socorro localizada na área da microrregião de Aracaju, nenhuma outra cidade sergipana possuía população superior a cem mil habitantes. Lagarto (83.334 habitantes), Itabaiana (76.813) e Estância (59.002) são as que mais se aproximam desse conceito.

Fundada com o objetivo de ofertar infraestrutura portuária para atender ao ciclo do açúcar sergipano no século XIX, Aracaju passa de uma cidade de 115,7 mil habitantes, em 1960, a 183,6 mil em 1970, incorporando dez anos depois mais de 100 mil pessoas, totalizando os 293,1 mil habitantes em 1980. Essa quase triplicação da população, entre os anos sessenta e oitenta, resultou na sua quase plena urbanização, decorrente do modelo econômico adotado propiciando a sua concentração urbana estadual como mostrado no capítulo anterior.

No bojo do esforço para gerar o processo de industrialização do Nordeste brasileiro, Sergipe conseguiu se integrar, apesar da escala limitada de sua integração produtiva. Com a transição do domínio da economia primária para a industrial entre os anos de 1960 e 1970, Aracaju seria contemplada com investimentos decisivos para o seu acelerado crescimento populacional e urbano, bem como para a sua dominância econômica no estado.

Os fatores de ordem econômica responsáveis pela transformação de Aracaju em seus aspectos demográficos, urbanos, sociais e econômicos foram a exploração do petróleo, a partir de 1963, e a transferência da sede administrativa da Região de Produção do Nordeste da Petrobras, de Maceió para Aracaju em 1969, injetando enorme volume de

recursos financeiros por via de investimentos produtivos, aquisições de artigos comerciais, e de salários e ordenados pagos aos seus funcionários, muitos com qualificação e oriundos de outros estados, com impactos sobre o comércio, o setor imobiliário e o da construção civil local.

Os investimentos incentivados pela Sudene, a partir do sistema 34/18, atraíram capitais extrarregionais e criaram capacidade produtiva em setores até então inexistentes. A criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial pelo governo do estado de Sergipe, em 1967, complementou esse movimento, concedendo incentivos fiscais e financeiros, que, aliados à criação do Distrito Industrial, em 1974, conseguiram atrair investimentos industriais para aquela área e para outros espaços da cidade, a exemplo da fábrica de cimento do Grupo Votorantin que transformava o calcário oriundo de sua mina no município de Laranjeiras.

Acrescente-se a esse quadro os investimentos públicos em infraestrutura, principalmente em estradas rodoviárias, que tinha Aracaju como centro nodal estadual daquela malha, dada a sua quase equidistância em relação às fronteiras Norte e Sul e ao pequeno porte geográfico de Sergipe; também os investimentos no setor mineral contemplados pelo II PND, que criaram o Complexo Industrial de Base, em municípios próximos de Aracaju, que deu acolhimento urbano da moradia a seus trabalhadores empregados. Isto foi possível graças às transformações urbanas sofridas pela Capital, ampliando a oferta de equipamentos urbanos, como serviços, comércio e a maior e mais ampla estrutura urbana entre as fronteiras sergipanas.

Todos esses fatores foram importantes para transformar e potencializar efetivamente a privilegiada localização da capital em espaço central urbano, econômico e demográfico do estado de Sergipe.

O crescimento econômico de Aracaju, capitaneado pelas políticas de desenvolvimento do Estado nacional, exerceu forte atração para fluxos imigratórios oriundos de outros estados e também dos demais municípios sergipanos, tornando-a também vetor de intensas migrações. Este fato aliado ao crescimento vegetativo da população contribuiu para o seu rápido crescimento populacional.

Com base no Censo Demográfico de 1980 (OLIVEIRA, 2009), Aracaju tinha saldo líquido migratório interestadual de 15.705 pessoas (imigrantes: 23.444 e emigrantes:

7.539), atraídas por oportunidades de trabalho, melhores salários, mas também por melhores condições de vida em função de sua funcionalidade urbana e da maior e melhor oferta de serviços, principalmente nas áreas de educação e saúde.

O seu processo de crescimento urbano, contudo, foi acompanhado de exclusão social, com o surgimento de favelas, “inchaço” do setor terciário, uma vez que o setor industrial não se mostrava capaz de ofertar vagas em ritmo suficiente para acompanhar o crescimento populacional e também pela crise econômica que se abatera sobre o país nos anos oitenta. Além disso, havia os problemas de saneamento, a degradação ambiental, o transporte público e de massa deficitários e, finalmente, a violência que passava a fazer parte do dia-a-dia da população.

A ausência de políticas públicas fundiárias capazes de combater a especulação imobiliária urbana das grandes cidades e a política de concentração de renda do país, com significativa parte dos trabalhadores recebendo poucos salários ou qualquer outro tipo de renda oriunda da informalidade, da subocupação ou de *biscates*, impossibilitando-os de garantir sua sobrevivência, principalmente em termos de habitação, levou a população a procurar, por sua própria conta, local para construir sua habitação, ocupando áreas de forma irregular ou invadindo terrenos ociosos, construções abandonadas ou, até mesmo, condomínios de apartamentos que se tornaram inviáveis para os compradores devido ao elevado valor das prestações.

Muitas vezes a solução encontrada pela política habitacional pública foi a construção de conjuntos habitacionais populares em áreas periféricas (como foi o caso do conjunto residencial Assis Chateaubriand, ou “Bugio”, e do Santa Teresa) ou mesmo em áreas distantes do núcleo central de Aracaju, destituídas de qualquer infra-estrutura urbana (água, luz, telefone, saneamento, transporte público, educação e saúde), como foram os casos dos conjuntos residenciais Brigadeiro Eduardo Gomes, localizado no município de São Cristóvão, do João Alves Filho (ou “Siri”), do Albano Franco e do Fernando Collor de Melo, todos em Nossa Senhora do Socorro. Com isso foram criados vazios urbanos à espera de valorização decorrente dos investimentos em infra-estrutura urbana que os governos tinham que fazer para criar condições de vida para aquela população “sorteada” com sua casa própria naqueles conjuntos, tendo inclusive, no caso dos conjuntos em Nossa Senhora do Socorro, de construir uma ponte sobre o Rio do Sal na divisa daquele município

com Aracaju. Enquanto isto, os terrenos na zona sul de Aracaju eram mantidos como reserva de valor para fins especulativos do setor imobiliário e da construção civil.

A maturação dos investimentos do II PND em Sergipe, no início da década de 1980, ocorre quando a indústria já não apresentava taxas de crescimento capazes de induzir maior crescimento econômico. Mesmo assim o crescimento urbano continuou, mas em contexto completamente distinto. A recessão/estagnação econômica, o desemprego, a inflação e a violência eram ingredientes da pauta das políticas econômica e social. A continuidade do avanço do processo da urbanização brasileira passava a ocorrer agora com o seu setor terciário desempenhando o papel de amortecedor da crise econômica e social, acarretando no seu inchaço e caracterizado pela presença da informalidade, da subocupação, da renda instável e incerta, da exclusão ao acesso dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Ao final da chamada “década perdida” Aracaju mantinha ainda seu elevado crescimento populacional e urbano, com o Censo Demográfico de 1991 indicando uma população de 402,3 mil pessoas (109,2 mil pessoas a mais em relação a 1980) e o Censo de 2000 mostraria a perda de parte daquele ímpeto, mas avançando para 461,5 mil habitantes, ou seja, acréscimo de 59,1 mil pessoas.

Essa redução no ritmo de crescimento populacional de Aracaju reflete em parte as mudanças estruturais demográficas ocorridas no Brasil, como a diminuição da taxa de natalidade e, agora, fenômeno novo, que as cidades vizinhas (Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão) cresceram mais do que Aracaju, ou seja, aquela capital acompanhou o comportamento das metrópoles brasileiras cujas periferias cresceram mais do que o seu núcleo central.

O município de Barra dos Coqueiros mais que dobra sua população (de 7,9 mil pessoas para 17,8 mil) entre os anos censitários de 1980 e 2000, Nossa Senhora do Socorro, naquele mesmo interregno, aumentou sua população de forma elástica (de 13,7 mil para 131,3 mil habitantes) e São Cristóvão quase que triplicou sua população no mesmo período (passou de 24,1 mil para 64,6 mil pessoas).

Aracaju agora começava a apresentar sinais de saturação do seu desenfreado e inchado crescimento demográfico, não garantindo a reprodução do trabalhador que ali tinha sua ocupação, mas apenas daqueles com condições de arcar com custos mais elevados de moradia. A partir dali ele teria que fazer deslocamentos diários entre sua moradia e seu

local de trabalho, onerando seu custo de vida com os gastos com transporte. Se o Censo Demográfico de 1980 (OLIVEIRA, 2009: 175-8) indicava saldo líquido positivo no fluxo migratório de Aracaju com os municípios da Região da Grande Aracaju (RGA), os de 1991 e 2000 apresentaram tendência contrária, com saldos líquidos negativos de 25,2 mil e de 22,3 mil pessoas, respectivamente. Enquanto isso, no caso dos dois últimos períodos censitários, os três municípios vizinhos mostravam saldos positivos, com destaque para Nossa Senhora do Socorro (23,0 mil e 19,7 mil pessoas) e São Cristóvão (2,3 mil e 3,0 mil pessoas), e a Barra apresentava números muito mais modestos.

Em razão desse crescimento populacional de Aracaju e de suas três cidades circunvizinhas, em 1995 foi promulgada lei estadual criando a Região Metropolitana de Aracaju (RMA), que, além daquele, congregava os municípios de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. Mas será que cabe ao conjunto de Aracaju e daqueles municípios tal adjetivação?

Se do ponto de vista apenas do *quantum* populacional não há guarida para tal propositura (a RMA, em 1991, tinha 530,2 mil habitantes e, em 2000, 675,7 mil), muito menos pelo lado mais qualitativo de sua envergadura econômica (industrial, comercial, financeira, serviços), cultural, administrativa, turística ou qualquer outra funcionalidade que a qualifique como primaz em termos regionais ou mesmo nacional.

Sua primazia estadual é indiscutível, com sua condição de principal espaço de trocas mercantis, de circulação de informações e de tecnologias, de local acelerador da economia informal sergipana e de reprodução social, de centro das atenções da atuação do Estado nas suas três esferas com suas políticas públicas urbanas (de educação, de saúde, de transporte, de habitação, de saneamento, de segurança pública, de meio ambiente, de uso do solo e da política fundiária urbana) e a ação dos movimentos sociais requerendo cada vez mais a sua ação reguladora naqueles processos, mas nem por isto flexibilizando a escala de análise ela deve ser tomada como tal.

Em outras palavras, tomando por referência critérios como “(...) magnitude da população aglomerada, extensão da área urbanizada sobre o território de mais de um município, integração econômica e social do conjunto, e na complexidade das funções desempenhadas” (ROLNIK E SOMESH, 2003: 98), não há razões que possam evidenciar Aracaju como uma metrópole, a não ser que os parâmetros utilizados sejam os de cidades

como Feira de Santana, Arapiraca, Caruaru ou Campina Grande, mas não a vizinha Salvador, nem Recife, Rio de Janeiro ou São Paulo.

Mesmo que a Constituição Federal de 1988 tenha delegado poderes às Constituições Estaduais para legislar sobre o assunto, tal transferência de responsabilidade naquele contexto de federalismo e desconcentração embora tenha levado muitas a criarem suas Regiões Metropolitanas, como foi o caso da RMA em Sergipe, na prática a gestão administrativa não tem feito avanços para o planejamento e execução de ações colegiadas, integradas ou consorciadas, seja por aversão dos municípios em perderem seus espaços de ação ou mesmo pela ausência de políticas públicas planejadas oriundas da Capital Federal.

Nesse vácuo, as administrações municipais atuam de forma atomizada na implantação de políticas públicas visando fins eleitoreiros e não o bem-estar público. Exemplo disso são as concessões de exploração do serviço do transporte público pelos táxis na forma de cobrança pela bandeira ou lotação sem critérios definidos, causando um verdadeiro “ritual antropofágico” entre os próprios taxistas como também entre eles e o transporte convencional de ônibus (que antes atuava muitas vezes sem concorrência nas suas áreas de cobertura), piorando ainda mais o crescente caos do trânsito nas vias públicas. Outro exemplo, não menos conflitante, é a tentativa de definição do local para a construção de aterros sanitários que precisa ser mediado pelo Ministério Público para alcançar algum grau de convergência.

O conceito de RMA não será aqui utilizado, mas sim o de Microrregião Homogênea de Aracaju (do IBGE), que tem a mesma abrangência geográfica, entretanto não deixa engessado o seu uso, como também não levanta questionamentos que a realidade é incapaz de responder. Dessa forma, será possível observar os efeitos do transbordamento de indicadores demográficos, econômicos, sociais e urbanos de Aracaju sobre sua franja territorial.

Aracaju, cidade completamente urbana e litorânea, é das poucas no estado de Sergipe com capacidade para atrair investimentos de atividades ligadas ao comércio e às atividades de serviços de modo quase completo, dada principalmente a limitação do seu mercado consumidor. Em termos estaduais exerce papel central no desenvolvimento e na oferta de atividades terciárias, transbordando sua influência para a os municípios fronteiriços de Alagoas, Bahia e Pernambuco. Essa é uma realidade que tende a continuar

em função do avanço do processo de urbanização, do ainda existente êxodo rural deslocando pessoas para as cidades, da questão social e econômica resultante da concentração fundiária (o que deverá se agravar com a onda dos biocombustíveis, principalmente dos originários da cana-de-açúcar), do modelo de desenvolvimento liberal e da política macroeconômica da estabilidade fiscal, cambial e monetária adotada pelo Brasil nas últimas décadas.

Este capítulo procurará analisar o processo de urbanização de Aracaju, destacando o seu perfil econômico centrado no setor terciário, como resultado da incapacidade do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro em incorporar crescentes levadas de trabalhadores à sua industrialização. O que resultou no “inchaço” do terciário informal e a aceleração do processo tardio de urbanização da população sergipana.

3.1. Aracaju: urbanização e população

No tocante ao processo de urbanização, Aracaju apresentava, em 1970, população urbana de quase 98%, segundo a Tabela 3.1, significando a terceira maior população urbana relativa do Nordeste, atrás apenas de Salvador e Recife, além de superar a média para as capitais do país que era de 97,3%.

Com o processo de avanço das forças capitalistas na região, Aracaju passou a integrar de forma mais significativa o movimento de industrialização, tornando-se a cidade de Sergipe mais beneficiada com os efeitos diretos e indiretos da indústria incentivada e da estatal, servindo como destino migratório (como aconteceu entre os anos de 1980 e 1991, conforme indica a Tabela 3.2) para certo contingente populacional estadual e regional causado pelo velho, persistente e atual problema da estrutura fundiária nacional, pelo flagelo da seca que assola o Nordeste e também pela modernização conservadora pela qual passou a agricultura nacional.

Diante desse movimento de urbanização, Aracaju representava, já em 1991, uma das oito capitais brasileiras, à exceção de Brasília, cuja população era totalmente urbana. Vale frisar que sua representatividade para o estado (Tabela 3.3) era uma das mais elevadas do país, mas também vale destacar uma redução entre os dois últimos dados censitários por causa de seu inchaço populacional (entre 1960 e 2000 sua população praticamente

quadruplicou) e sua pequena área territorial. Apesar de ter aumentado seu processo de verticalização ao longo dos anos, a capital sergipana empurrou, como tem sido marca da urbanização brasileira, seu excedente populacional para os municípios vizinhos de sua MRH ou mesmo para outros municípios próximos (Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda, Maruim, Santo Amaro das Brotas e outros). Por se tratar de uma capital litorânea, seria esperada sua maior urbanização dado seu exíguo espaço e o espraiamento de sua população, acompanhando, embora de forma tardia, o processo de urbanização brasileira.

Tabela 3.1
Brasil
Percentual (%) da população urbana das capitais: 1970-2000

	1970	1980	1991	2000
Rio Branco	42,4	74,8	85,5	89,4
Maceió	95,5	98,2	92,7	99,8
Manaus	91,0	96,6	99,5	99,4
Macapá	63,8	67,7	85,7	95,5
Salvador	99,7	99,8	99,9	100,0
Fortaleza	96,5	100,0	100,0	100,0
Vitória	99,3	100,0	100,0	100,0
Goiânia	95,3	98,1	99,1	99,3
São Luís	77,4	55,0	35,4	96,3
Belo Horizonte	99,5	99,7	99,7	100,0
Campo Grande	93,5	97,2	98,6	98,8
Cuiabá	87,6	93,0	98,2	98,6
Belém	95,2	88,3	68,2	99,4
João Pessoa	96,4	99,0	100,0	100,0
Recife	98,6	98,3	100,0	100,0
Teresina	82,1	89,7	92,9	94,7
Curitiba	96,0	100,0	100,0	100,0
Rio de Janeiro	100,0	100,0	100,0	100,0
Natal	97,4	100,0	100,0	100,0
Porto Velho	57,0	76,6	79,9	81,8
Boa Vista	46,3	65,4	83,3	98,3
Porto Alegre	98,2	99,1	98,7	97,1
Florianópolis	87,5	86,1	94,0	97,0
Aracaju	97,6	98,2	100,0	100,0
São Paulo	99,1	98,2	97,6	94,0
Palmas	-	-	79,1	97,7
Média do total	97,3	97,2	95,9	97,7

Fonte: IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Essa rápida urbanização de Aracaju destoa da ocorrida na região Nordeste (ver a Tabela 3.4) e do próprio estado de Sergipe (ver Tabela 3.5), que ainda mantinham cerca de 30% da sua população na área rural em 2000. No caso regional, como sua agricultura ainda

é uma das menos capitalizadas do país, em termos relativos, ainda é a maior do país, ainda residindo no campo, cerca de 30% da população total em 2000. Além disso, como as oportunidades de geração de renda e de emprego são insuficientes, a agricultura de subsistência ainda tem forte presença para significativa parcela da população.

Tabela 3.2
Sergipe
Movimento migratório: 1960-2000

	Entradas	Saídas	Saldo
1960/70	27011	89731	-62720
1970/80	58157	74581	-16424
1980/91	55978	42213	13765
1991/2000	52111	56928	-4817

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970,1980,1991 e 2000.

A capital sergipana apesar de ser o único município do estado a ter sua população total residente no núcleo urbano, ainda contribui diretamente para o avanço do processo de urbanização do interior do estado ao “expulsar” pessoas para suas cidades vizinhas. Como o crescimento de sua população ocorre em ambiente totalmente urbano e a taxas decrescentes, o seu excesso populacional acaba sendo empurrado para o seu entorno, principalmente para os municípios de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. Nessas cidades, muitos passam a residir em conjuntos habitacionais destinados a pessoas de renda baixa, criando todo um corredor de expansão para o florescimento de atividades de comércio e de serviços, além de servir para alimentar a especulação imobiliária com o loteamento de terrenos ao longo das vias urbanas.

Enquanto a população de Aracaju tornou-se totalmente urbana, a do restante do estado vem num crescente contínuo, passando de 30,7%, em 1940, para 46,1%, em 1970, e no último ano censitário, 2000, alcança 71,4%, como indicado pela Tabela 3.5. Situação semelhante é observada, mas em menor magnitude, se deduzirmos de Sergipe a MRH de Aracaju (SE-MRH): em 1970 a população urbana era de 32,38%, em 1980 aumentou para 38,82%, em 1991 quase a metade (49,84%) da sua população era urbana e, em 2000, ela chegaria a mais da metade das pessoas (54,30%). Ou seja, é central a importância de Aracaju e de sua MRH para a questão do estudo da urbanização em Sergipe, inclusive porque a população urbana da MRH de Aracaju é maior que a de SE-MRH, que, em 1991, era 523,5 mil ante 479,3 mil e, em 2000, era de 671,1 mil contra 602,1 mil.

Tabela 3.3
Brasil
Percentual da população da capital em relação à da unidade da federação: 1940-2000

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Porto Velho – RO	-	73,8	72,1	76,2	27,5	25,3	24,3
Rio Branco – AC	20,1	24,6	29,9	38,9	39,0	47,2	45,4
Manaus – AM	24,3	27,2	24,3	32,7	44,3	48,1	49,9
Boa Vista – RR	-	95,2	88,7	89,0	84,9	66,2	61,8
Belém – PA	21,8	22,7	25,9	29,2	27,1	24,0	20,7
Macapá – AP	-	55,0	68,1	75,3	78,1	62,1	59,4
Palmas – TO	-	-	-	-	0,4	2,6	11,9
São Luís – MA	6,9	7,6	6,4	8,9	11,2	14,1	15,4
Teresina – PI	8,3	8,7	11,5	13,3	17,8	23,2	25,2
Fortaleza – CE	8,6	10,0	15,4	19,4	24,9	27,8	28,8
Natal – RN	7,1	10,7	14,0	16,8	22,2	25,1	25,6
João Pessoa – PB	6,6	7,0	7,7	9,3	12,1	15,5	17,3
Recife – PE	13,0	15,5	19,3	20,6	19,9	18,2	18,0
Maceió – AL	9,5	11,1	13,4	16,8	20,3	25,0	28,3
Aracaju – SE	10,9	12,2	15,2	20,5	25,9	26,9	25,9
Salvador – BA	7,4	8,6	10,9	13,5	16,0	17,5	18,7
Belo Horizonte – MG	3,1	4,5	7,0	10,8	13,3	12,8	12,5
Vitória – ES	5,7	5,3	6,0	8,4	10,4	9,9	9,4
Rio de Janeiro – RJ	48,8	50,9	49,3	47,4	45,1	42,8	40,7
São Paulo – SP	18,5	24,1	29,5	33,3	33,8	30,5	28,1
Curitiba – PR	11,4	8,5	8,4	8,9	13,6	15,6	16,6
Florianópolis – SC	4,0	4,3	4,6	4,9	5,3	5,6	6,4
Porto Alegre – RS	8,2	9,5	11,8	13,4	14,6	13,8	13,4
Campo Grande – MS	20,8	18,4	12,8	14,2	21,3	29,5	31,9
Cuiabá – MT	28,1	26,4	17,5	16,9	18,8	19,8	19,3
Goiânia – GO	7,3	5,3	9,4	15,8	22,9	22,9	21,8
Brasília – DF	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Brasil: média	13,7	21,9	26,1	29,0	28,5	28,6	28,8

Fonte: IBGE (Dados brutos): Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Para se ter uma idéia do diferencial de renda de Aracaju e de sua MRH em relação ao estado, as Tabelas 3.6a e 3.6b mostram as classes de rendimento em salários mínimos (SM). A primeira mostra que a classe de pessoas que ganham até 1 salário mínimo representa cerca de $\frac{1}{3}$ em Aracaju e na sua MRH e mais de 50% em Sergipe. A segunda classe, de mais de 1 a 5 SM, é a maior em Aracaju e sua MRH, representando cerca de 46% em ambas. Ou seja, a imensa maioria da população daquelas duas áreas recebem até 5 SM.

A segunda Tabela (3.6b) dá uma idéia da concentração dos maiores salários em Aracaju e na sua MRH, ao mostrar que a maioria das pessoas que ganham mais de cinco salários estão ali domiciliadas. Ou seja, os maiores salários concentraram-se na capital

sergipana (e na sua MRH) ao longo da sua inserção na desconcentração produtiva regional, indicativo das disparidades intra-estaduais em Sergipe.

Tabela 3.4
Brasil
Porcentual da população urbana regional: 1970-2000

	1970	1980	1991	2000
Norte	42,6	50,3	59,0	69,9
Nordeste	41,8	50,5	60,7	69,1
Sudeste	72,7	82,8	88,0	90,5
Sul	44,3	62,4	74,1	80,9
Centro-oeste	50,7	70,8	81,3	86,7
Total BR	55,9	67,6	75,6	81,2

Fonte: IBGE (dados brutos): Censo demográfico 1970, 1980, 1991 e 2000.

A melhoria dos indicadores sociais como a diminuição da mortalidade infantil e da taxa de natalidade e o aumento da esperança de vida ao nascer ficaram mais restritos a Aracaju e sua MRH por causa do seu maior saneamento urbano, da maior oferta de água tratada e encanada, da maior abrangência da coleta de lixo, da maior oferta e abrangência da rede elétrica de energia, da concentração dos maiores e melhores hospitais, clínicas, laboratórios e postos de saúde e do pessoal especializado da área de saúde em geral (médicos, enfermeiros e outros), maior e melhor oferta educacional, do maior número de vias pavimentadas, das moradias com melhores acomodações e infraestrutura (como sanitários, por exemplo), da maior oferta de transporte público e maior oferta de vida cultural (hoje é a única a possuir cinemas e a realizar apresentações teatrais de forma mercantil em Sergipe) entre outros fatores. Porém, este quadro favorável a Aracaju em relação aos demais municípios sergipanos não é indicativo de que ele chegue de forma eqüitativa aos seus habitantes como será visto mais adiante, pois favelas, falta de saneamento e tantos outros problemas urbanos ali também residem.

A taxa de crescimento anual da população de Aracaju entre 1991 e 2000 foi de 1,9%, inferior à do período anterior 1991/1980 (3,1%), acompanhando a do comportamento ocorrido em Sergipe. Porém, a taxa de crescimento populacional em Aracaju foi inferior à do estado.

Essa tendência de redução da taxa de crescimento de Aracaju em relação à de Sergipe ocasionará, em primeiro plano, queda da participação de sua população total em

relação à do estado, como já ocorreu entre 1991 e 2000, com sua representatividade estadual caindo, respectivamente, de 26,9% para 25,9%.

Tabela 3.5
Sergipe
População total e urbana do estado (SE) e de Aracaju (Aju) capital e suas variações (%): 1940-2000

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População total de SE	542.326	644.361	760.273	900.679	1.140.379	1.491.876	1.784.475
Variação %		18,8	18,0	18,5	26,6	30,8	9,9
Variação % anual		1,7	1,7	1,7	2,4	2,5	2,4
Pop. urbana de SE	166.241	204.984	289.929	415.360	617.851	1.002.877	1.273.226
Variação %		23,3	41,4	43,3	48,8	62,3	11,6
Variação % anual		2,1	3,5	3,7	4,1	4,5	2,8
Pop. Urb SE/Pop.tot SE	30,7	31,8	38,1	46,1	54,2	67,2	71,4
População total de Aracaju	59.031	78.364	115.713	183.670	293.119	402.341	461.534
Variação %		57,7	32,8	47,7	58,7	59,6	37,3
Variação % anual		2,9	4,0	4,7	4,8	2,9	1,9
Pop urbana de Aracaju	50.306	67.439	112.515	179.286	287.900	402.341	461.534
Variação %		34,1	66,8	59,3	60,6	39,8	7,8
Variação % anual		3,0	5,3	4,8	4,9	3,1	1,9
Pop urbana Aracaju/Pop total Aracaju	85,2	86,1	97,2	97,6	98,2	100,0	100,0

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Outra tendência a ser observada em relação ao crescimento urbano e demográfico de Aracaju, que se pode afirmar ser problemático como em tantas outras capitais, é o surgimento de deseconomias de aglomeração causadas, principalmente, pela escassez de áreas disponíveis para atividades econômicas ligadas, sobretudo, à indústria. Isso tem reduzido sua atração para novas unidades manufatureiras e a sua perda de participação no PIB industrial.

Essa redução não tem sido causada pela desindustrialização em seu sentido literal, mas porque, com o acirramento da guerra fiscal ao longo da década de 1990 e de 2000, as novas fábricas, atraídas pelos incentivos fiscais, financeiros, creditícios e de outra natureza, têm se instalado mais no interior ou, também, na MRH de Aracaju. Além disso, os investimentos feitos na indústria extrativa mineral são todos localizados no interior do estado, e há maior capilaridade da distribuição da riqueza gerada pelo petróleo no território sergipano, com a descoberta e exploração de novos campos petrolíferos no interior e a conseqüente distribuição dos *royalties* do petróleo por um grande número de municípios.

Tabela 3.6a
Sergipe
Estrutura das classes de rendimento médio nominal da PIA:1980-2000 %

		Aracaju (100)	Barra dos Coqueiros (100)	Nossa Senhora do Socorro (100)	São Cristóvão (100)	MRH (100)	Sergipe (100)
Até 1 sm	1980	41,80	53,91	55,61	68,27	44,08	62,10
	1991	39,19	50,78	51,17	58,05	41,98	60,03
	2000	31,18	45,80	39,90	43,97	34,00	51,59
Mais de 1 a 5	1980	45,31	42,94	43,33	30,21	44,26	32,57
	1991	44,21	43,90	46,07	37,88	43,91	32,25
	2000	45,21	45,10	54,12	48,91	46,97	38,29
Mais de 5 a 10	1980	7,56	2,43	0,93	1,11	6,87	3,26
	1991	9,53	3,95	2,19	3,62	8,27	4,78
	2000	12,50	7,53	4,67	5,15	10,50	5,89
Mais de 10 a 20	1980	3,79	0,73	0,00	0,37	3,41	1,48
	1991	4,74	0,98	0,51	0,42	3,93	2,01
	2000	7,09	1,14	1,14	1,37	5,51	2,77
Mais de 20	1980	1,54	0,00	0,13	0,04	1,38	0,58
	1991	2,34	0,38	0,07	0,04	1,91	0,93
	2000	4,02	0,44	0,16	0,60	3,03	1,47

Tabela 3.6b
Sergipe
Participação relativa (%) dos municípios da MRH de Aracaju e de Sergipe – MRH de Aracaju nas classes de rendimento em Sergipe segundo a PIA

		Aracaju	Barra dos Coqueiros	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão	MRH	Sergipe – MRH
Até 1 sm	1980	20,24	0,52	0,87	2,34	23,96	76,04
	1991	21,70	0,75	3,38	2,92	28,75	71,25
	2000	17,86	0,80	5,07	2,90	26,64	73,36
Mais de 1 a 5	1980	41,83	0,79	1,29	1,97	45,88	54,12
	1991	45,57	1,20	5,66	3,55	55,99	44,01
	2000	34,90	1,06	9,27	4,35	49,59	50,41
Mais de 5 a 10	1980	69,63	0,45	0,28	0,72	71,08	28,92
	1991	66,31	0,73	1,82	2,29	71,15	28,85
	2000	62,71	1,15	5,20	2,98	72,05	27,95
Mais de 10 a 20	1980	76,93	0,29	0,00	0,54	77,76	22,24
	1991	78,24	0,43	1,00	0,63	80,29	19,71
	2000	75,63	0,37	2,71	1,69	80,40	19,60
Mais de 20	1980	79,48	0,00	0,22	0,13	79,83	20,17
	1991	83,96	0,37	0,29	0,12	84,74	15,26
	2000	81,02	0,27	0,73	1,39	83,41	16,59
Total com rendimento	1980	30,07	0,60	0,97	2,13	33,76	66,24
	1991	33,24	0,89	3,97	3,02	41,12	58,88
	2000	29,55	0,90	6,56	3,41	40,42	59,58

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Como resultado dessa urbanização do estado e de Aracaju, houve maior concentração de atividades econômicas na capital, não somente para atender à sua crescente população e à dos municípios do seu entorno, mas também a população interiorana atraída

pela maior facilidade de deslocamento por transporte rodoviário com a ampliação da malha rodoviária e urbana de acesso à capital, maior oferta de veículos e de horários de locomoção (ônibus de linha regular, transporte alternativo e transporte pirata), em busca da oferta estadual concentrada dos principais e mais modernos serviços, comércio e demais atividades econômicas ligadas ao setor terciário. Além disso, Aracaju funciona, como é característico em outras capitais e em grandes cidades brasileiras, como pólo de geração de emprego, fazendo com que parte de sua força de trabalho se desloque ao final da jornada de trabalho para suas casas nas cidades vizinhas, que acabam se transformando em verdadeiras cidades dormitórios.

Além desses fatores que caracterizam a urbanização de Aracaju e do estado de Sergipe – menor estado da federação em área territorial –, outro fator que colabora, em todos os aspectos, para aumentar a centralidade da capital é a sua pequena distância em relação às demais cidades do estado e de muitos municípios dos estados circunvizinhos como a Bahia e Alagoas, ou mesmo Pernambuco, alavancando ainda mais seu raio de abrangência. Isso porque a maior distância a se percorrer, entre a capital e o mais longínquo município sergipano ou a muitas localidades do território alagoano e baiano, é de pouco mais de 200 km, aproximadamente duas horas e meia de carro, o que tem tornado Aracaju, por excelência, uma cidade de referência para todos os sergipanos e também para alagoanos e baianos dos municípios fronteiriços.

3.2. As atividades econômicas do setor terciário de Aracaju segundo o PIB

A principal característica econômica encontrada hoje nos grandes e problemáticos centros urbanos é a de exercer o papel de referência em atividades do setor terciário, principalmente como pólo comercial e de prestadora de serviços dos mais simples aos mais modernos, estendendo seu raio de influência além limites.

No caso de Aracaju, aquela característica ocorre de forma marginal no âmbito nacional e regional, mas central em termos estaduais. Sua área de influência se restringe ao espaço regional bem definido, que é a área restante do estado de Sergipe e a parte fronteira dos estados da Bahia e Alagoas e marginalmente de Pernambuco. Esta limitação do raio de influência e, conseqüentemente, do papel exercido por Aracaju na malha urbana

nacional e regional imprime um papel secundário às suas atividades econômicas a nível nacional e regional, em que sua dinâmica econômica está atrelada à da economia sergipana como um todo, e por extensão, à da economia nacional, dada a forte imbricação da economia de Sergipe ao comportamento cíclico da economia nacional.

Contudo, mesmo tendo essas limitações na determinação de sua dinâmica econômica, Aracaju exerce importante e centralizador papel na economia de Sergipe. Apesar das limitações quanto ao uso dos indicadores dos PIBs municipais e de sua pequena série histórica, a Tabela 3.7 indica que a produção da riqueza do estado de Sergipe é relativamente concentrada em Aracaju e na sua MRH, decorrentes, como já mostrado anteriormente do processo de integração produtiva pela qual passou a economia brasileira e também, como processo complementar, pela intensificação da urbanização brasileira, em que a localização seletiva dos investimentos industriais foi determinante.

Consolidados aqueles processos, a capital sergipana passou a enfrentar novos elementos capazes de mudar o rumo do crescimento para o interior, como foram os casos dos investimentos do II PND, cuja maturação dos investimentos estatais realizados, principalmente, como já referido anteriormente, na indústria extrativa mineral, e pelo *boom* do complexo agroindustrial citrícola representado pela segunda maior plantação/produção de laranja e da segunda maior indústria de suco de laranja concentrado e congelado do Brasil, todos localizados no interior sergipano.

Tabela 3.7
Sergipe
Distribuição do PIB por MRH de Aracaju e SE - RMH de Aracaju: 1999-2006

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Aracaju	42,17	41,04	37,58	32,80	34,73	36,10	34,10	33,25
Barra dos Coqueiros	1,30	1,12	1,15	1,03	0,99	1,01	1,21	1,30
Nossa Senhora do Socorro	4,77	5,45	4,49	4,63	7,08	7,38	11,90	12,20
São Cristóvão	1,90	2,87	1,86	1,64	1,87	1,98	1,98	1,94
MRH de Aracaju	50,15	50,47	45,09	40,10	44,67	46,47	49,20	48,69
SE – MRH de Aracaju	49,85	49,53	54,91	59,90	55,33	53,53	50,80	51,31
Sergipe	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002 e 2003-2006.

Como os dados indicam, embora sete anos não sustentem conclusões sobre tendências, Aracaju e sua MRH estão perdendo participação no PIB estadual sergipano, a primeira de forma mais acentuada que a segunda. Porém, é bom frisar, dado o peso do setor

mineral na indústria e na economia de Sergipe, elevações no preço daqueles, como foi o caso do petróleo nos últimos anos, tende a criar viés no PIB interiorano.

Alem disso, teve início durante toda a década de 1980 e prosseguimento na de 1990, o processo de modernização das atividades terciárias urbanas de Aracaju (FRANÇA, 1999: 107), estabelecendo uma clara divisão do seu limitado espaço territorial quanto ao potencial de valorização dos terrenos, e a questão fundiária quanto ao uso e renda do seu solo urbano despertavam grandes interesses.

Como a sua taxa de crescimento populacional anual vinha aumentando praticamente o dobro da do estado até o início da década de 1980, e foi superior ainda durante todo o final dessa década, foi intensificado o movimento de valorização do seu espaço, com as chamadas áreas mais nobres da cidade servindo como reservas territoriais urbanas para expansão das atividades terciárias mais modernas ligadas, por exemplo, ao comércio (shopping center, galerias de lojas, supermercados, hipermercados, etc.), setor de saúde (clínicas, laboratórios e consultórios) e às atividades ligadas ao capital imobiliário (prédios residenciais e comerciais, condomínios de casas e conjuntos habitacionais mais sofisticados), bem como importantes áreas na orla da praia de Atalaia, adjacências e seu litoral sul para o setor turístico (hotéis, restaurantes, locadoras de carros, etc.) e de lazer/veraneio para a classe média/alta (casas, condomínios de casas e edifícios).

A outra face dessa divisão do espaço territorial de Aracaju foi a periferização de sua população de renda mais baixa para os espaços abertos nos municípios fronteiriços, decorrente não apenas da valorização e especulação imobiliária fundiária, mas também de seu descoordenado inchaço populacional, fato característico da urbanização latino-americana. Aquela população foi empurrada não apenas para a periferia de Aracaju, mas também para os limites dos municípios de sua MRH, desencadeando um pequeno processo de conurbação de Aracaju.

Como mostra a Tabela 3.8 a população total da MRH de Aracaju em relação à do estado tem aumentado constantemente, passando de 24,3%, em 1970, para 37,9%, em 2000, e a sua população urbana em relação à população do estado aumentou, para aqueles anos, de 21,6% para 37,6%. A MRH de Aracaju também apresenta altíssimo grau de urbanização, 99,3% em 2000.

Tabela 3.8
Sergipe
População total, urbana e rural da MRH de Aracaju: 1970-2000

		1970	1980	1991	2000
Aracaju	Urbana	179.286	287.900	402.341	461.534
	Rural	4.384	5.219	0	0
	Total	183.670	293.119	402.341	461.534
Barra dos Coqueiros	Urbana	3.519	5.500	7.442	15.176
	Rural	2.049	2.439	5.285	2.631
	Total	5.568	7.939	12.727	17.807
Nossa Senhora do Socorro	Urbana	1.557	1.596	67.516	131.279
	Rural	7.789	12.092	58	400
	Total	9.346	13.688	67.574	131.679
São Cristóvão	Urbana	10.152	11.703	46.233	63.116
	Rural	10.257	12.431	1.325	1.531
	Total	20.409	24.134	47.558	64.647
MRH de Aracaju	Urbana	194.514	306.699	523.532	671.105
	Rural	24.479	32.181	6.668	4.562
	Total	218.993	338.880	530.200	675.667
Sergipe	Urbana	415.360	617.851	1.002.877	1.273.226
	Rural	485.319	522.528	488.999	511.249
	Total	900.679	1.140.379	1.491.876	1.784.475
MRH/MRH de Aracaju	Urbana/total	88,8	90,5	98,7	99,3
MRH/SE	Urbana/urbana	46,8	49,6	52,2	52,7
	Urbana/total	21,6	26,9	35,1	37,6
	Total/total	24,3	29,7	35,5	37,9

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Devido à ausência de uma política de desenvolvimento nacional, o recrudescimento da “guerra fiscal”, o acirramento pelo espaço urbano e a maior conscientização sobre o meio ambiente, Aracaju começou a se preocupar com a possível presença de deseconomias de aglomeração em seu espaço territorial, pois agora deixara de ser destino locacional para novas unidades fabris ou mesmo para algumas já existentes que fecharam as portas ou se deslocaram para áreas em municípios vizinhos, principalmente para o Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro.

À medida que essa urbanização e periferização avançavam, as implicações negativas para a atração locacional de investimentos industriais foram corroboradas mais ainda com a intensificação da “guerra fiscal” entre as unidades federativas brasileiras, com

Sergipe conseguindo atrair investimentos através de um conjunto de concessões de incentivos fiscais, financeiros, creditícios e outros, voltados à interiorização do desenvolvimento econômico.

O resultado disso para Aracaju foi a sua marginalização na decisão de localização das novas empresas industriais, que foram incentivadas a se implantarem no interior, mesmo que fosse nos seus municípios circunvizinhos. Com isto Aracaju vem a cada ano perdendo participação no PIB industrial estadual, como mostra a Tabela 3.9, reduzindo-a de 46,34% em 1999 para 21,52% em 2006.

Tabela 3.9
Sergipe
Participação relativa (%) da MRH de Aracaju e de SE – MRHA no PIB setorial de Sergipe
(100): 1999-2006

PIB agropecuário								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Aracaju	1,93	1,81	0,34	1,52	0,67	0,81	0,80	0,84
Barra dos Coqueiros	1,38	1,03	0,26	1,56	0,43	0,71	0,52	0,76
Nossa Senhora do Socorro	1,07	1,12	0,38	0,61	0,47	0,61	0,61	0,62
São Cristóvão	2,61	2,51	2,12	2,96	2,41	2,52	3,41	2,76
MRH de Aracaju	7,00	6,48	3,10	6,66	3,98	4,66	5,34	4,98
SE – MRH	93,00	93,52	96,90	93,34	96,02	95,34	94,66	95,02
PIB industrial								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Aracaju	46,34	40,96	32,69	24,95	22,90	23,25	22,00	21,52
Barra dos Coqueiros	1,84	1,55	1,50	1,49	1,41	1,37	1,87	2,30
Nossa Senhora do Socorro	5,11	5,83	3,57	5,58	7,21	7,78	8,31	8,62
São Cristóvão	1,37	3,78	1,51	1,12	1,29	1,58	1,48	1,28
MRH de Aracaju	54,65	52,12	39,26	33,14	32,81	33,98	33,67	33,73
SE – MRH	45,35	47,88	60,74	66,86	67,19	66,02	66,33	66,27
PIB de serviços								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Aracaju	42,85	44,33	46,13	53,27	44,02	44,30	41,10	39,67
Barra dos Coqueiros	1,10	0,98	1,01	0,91	0,89	0,92	1,02	0,98
Nossa Senhora do Socorro	4,97	5,12	5,39	4,87	6,74	7,07	12,92	13,37
São Cristóvão	2,45	2,76	2,61	2,17	2,25	2,29	2,29	2,33
MRH de Aracaju	51,37	53,19	55,14	61,23	53,90	54,57	57,32	56,35
SE – MRH	48,63	46,81	44,86	38,77	46,10	45,43	42,68	43,65

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002 e 2003-2006.

Esta redução da participação de Aracaju no PIB industrial não significa sua estagnação ou retrocesso econômico. Em muitas outras atividades econômicas ligadas ao setor terciário tem exercido papel decisivo no estado, significando a existência de importante espaço de valorização para os capitais ligados às atividades urbanas.

As atividades ligadas ao setor terciário representam espaços de investimentos compatíveis para os capitais locais, que não têm capacidade e/ou enfrentam outras barreiras para entrarem em setores industriais ou que se abrigam neles pela baixa concorrência e/ou por ser Aracaju e Sergipe um mercado de tamanho restrito para investimentos de maior porte ligados a grupos de atuação nacional e/ou internacional. Porém, mesmo neste espaço setores deixaram de ser competitivos para o capital local, diante das barreiras erigidas pelo acirramento concorrencial, como são os casos do setor varejista (supermercados/hipermercados e lojas de aparelhos eletroeletrônicos, entre outros), e no setor imobiliário e da construção civil, onde grandes empresas já se instalaram em Aracaju³⁹.

Analisando essa questão com base nos dados da Tabela 3.9, é nítida, como era de se esperar, a baixa presença de atividades agropecuárias em Aracaju, chamando mais a atenção sobre essa atividade a sua representatividade de menos de 1,0% no último ano da série de dados. Ou seja, apesar da população aracajuana ser totalmente urbana, ainda existem algumas atividades agrárias sendo executadas no seu espaço territorial, em áreas (sítios e terrenos baldios) de sua periferia e/ou terrenos e sítios encravados em bairros mais densamente ocupados.

Segundo o Anuário Estatístico de Sergipe 2003 (SEPLANTEC, 2003) em Aracaju há culturas temporárias (feijão, mandioca e milho) e permanentes (banana, coco e manga) e rebanhos (bovino, suíno, eqüino, asinino, muar, ovino e caprino) e avicultura (galinha e codorna), voltados estes dois últimos para o abate de aves, a produção de ovos de galinha e de codorna e leite de vaca.

No tocante ao setor secundário, Aracaju tem perdido participação no estado, alcançando seu auge, para a série limitada dos dados, em 1999, com 46,34% do PIB da indústria estadual, e, em 2006, reduziu essa participação para menos da metade, 21,52%. Analisando separadamente cada atividade do ramo industrial algumas inferências podem ser feitas, mas de forma limitada em razão não somente do restrito número de anos disponíveis como também pela falta de abertura dos dados entre os distintos segmentos que o compõe.

³⁹ A Cipesa/Gafisa já está presente, tendo inclusive construído e entregue prédios residenciais.

Na atividade da construção civil Aracaju congrega a sede das maiores e principais construtoras estaduais⁴⁰. Executam projetos privados de moradias (prédios, casas e condomínios) e de uso para atividades econômicas, contam com o aglomerado urbano que está sempre a demandar obras públicas novas ou de expansão de maior envergadura do estado e também é a principal cidade onde o capital imobiliário exerce seu poder de mobilizar recursos privados e públicos para atender suas novas “criações” e “invenções”.

Aracaju⁴¹ sempre deteve a maior parte do PIB da construção civil, tendência que deve permanecer e se fortalecer com o adensamento da sua urbanização via verticalização, obras de infra-estrutura (pontes, calçadas, abertura e calçamento de novas ruas e avenidas) para atender ao seu projeto turístico e à expansão da cidade para a sua periferia, principalmente para a parte sul, ainda pouco ocupada e habitada, por empreendimentos imobiliários voltados para as classes sociais mais ricas que procuram morar mais próximas da praia. Além disso, o setor de turismo tem recebido dos últimos governos estaduais grande importância, pelo menos na capital, com obras voltadas para o embelezamento da cidade e contando com recursos de projetos captados junto ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), bem como investimentos em hotéis, de capitais privados locais, nacionais e internacionais, aumentando enormemente nos últimos anos sua oferta de hospedagem, e em restaurantes ao longo de sua orla marítima, gerando relativo êxito para o seu desenvolvimento.

Nas demais atividades industriais, os serviços industriais de utilidade pública, a indústria de transformação e extrativa mineral, Aracaju detém grande participação em função da forte presença dos primeiros e a boa participação, da segunda, e a presença de extração de petróleo em suas águas marítimas proporciona ainda modesta participação na terceira.

Na indústria de transformação e extrativa mineral foi grande o avanço de cidades como Itaporanga D’Ajuda (Calçados Azaléia, CIPA Nordeste Produtos Alimentares S/A ou

⁴⁰ Das 80 empresas construtoras filiadas ao Sinduscon-SE, nada menos que 71 estavam localizadas em Aracaju, 5 em São Cristóvão e 2 em Nossa Senhora do Socorro, ou seja, 78 (97,5%) estavam na MRH de Aracaju. As outras duas estavam localizadas em Carmópolis e Lagarto.

⁴¹ Embora a série histórica apresentada não tenha abrangência, mas aquela centralidade talvez tenha sido quebrada durante a construção da hidrelétrica de Xingó. Em 1987 teve início uma das maiores obras de engenharia de Sergipe, que foi a hidrelétrica de Xingó no município de Canindé de São Francisco, bem como a construção de uma nova sede para o município que substituiria a antiga que iria ser submersa pelas águas do lago da hidrelétrica. Com isso Canindé passa de uma representação no PIB da construção civil de 0,2%, em 1985, para 15,6%, em 1996, se se considerar dados dos PIBs municipais levantados em pesquisa do IPEA.

biscoitos Mabel, Indústrias Alimentícias Maratá e a Companhia Industrial de Celulose e Papel); Lagarto (com vários investimentos do grupo Maratá); Nossa Senhora do Socorro (com várias fábricas nos mais diversos ramos: alimentos, bebidas, celulose e papel, confecções, máquinas e equipamentos, minerais não metálicos, móveis, produtos metálicos, produtos químicos⁴² e têxtil); e Rosário do Catete (indústria química de adubos e fertilizantes e extrativa mineral). Por sua vez, o município de Estância viu sua indústria se reduzir abruptamente, como resultado da abertura comercial brasileira e valorização do dólar na década de 1990, atingindo em cheio sua indústria têxtil, e da crise da agroindústria citrícola sergipana afetando suas unidades industriais de processamento de sucos.

O PIB do setor de serviços, composto dos setores do comércio, do transporte e comunicação, das instituições financeiras, das administrações públicas, dos aluguéis e dos outros serviços, está concentrado em Aracaju, crescendo bastante a partir de 1970. Neste período, a consolidação da industrialização do Nordeste se concentrou nas capitais e na sua hinterlândia, demandando novos serviços e reforçando os já existentes, e a intensificação da urbanização com o crescimento das cidades de porte médio e pequeno, criou no setor de serviços a principal alternativa de geração de renda e de emprego.

Além do que, com o acelerado processo de urbanização brasileiro e a despeito do baixo crescimento industrial a partir da crise da economia brasileira na década de 1980, o setor terciário acabou inchando ao desempenhar a função de absorvedor da população economicamente ativa surgida ano a ano com a explosão do crescimento urbano e daquelas pessoas desempregadas com a mudança de rumo na economia brasileira.

Como durante a década de 1990 a economia brasileira não apresentou grandes mudanças no mercado de trabalho, o terciário continuou exercendo aquele papel e, inclusive, aprofundando ainda mais com a redução do emprego industrial em função da reestruturação produtiva, da terceirização e terciarização de atividades e ocupações até então consideradas como industriais, da onda de fusões e concentração do capital industrial e da privatização de segmentos produtivos industriais e do setor de serviços, além de que

⁴² Sobre os incentivos fiscais do Governo de Sergipe para a fábrica de desodorante Leite de Rosas, implantado à beira da BR 101 em Nossa Senhora do Socorro, a Revista Isto É Dinheiro Nº 114 (03/11/1999) em sua página na internet (<http://www.terra.com.br/dinheironaweb/114/negocios/neg114rosas.htm>) fez o seguinte comentário: “Prevista para entrar em operação no início de 2001, a unidade nordestina vai consumir US\$ 10 milhões em investimentos. Poderia ser mais [o valor dos investimentos], não fossem os incentivos de pai para filho que o governo sergipano oferece - terreno a preço subsidiado, infra-estrutura, isenção de ICMS por dez anos, entre outras facilidades”. Acesso em 21/11/2006.

muitos setores foram incapazes de enfrentar a competitividade estrangeira patrocinada pela abertura comercial brasileira.

E isto não mudou positivamente na década atual, mantendo o terciário ainda inchado. Como expressão daquele quadro, Aracaju concentrou, em 1999, 42,85% do PIB de serviços de Sergipe. Porém, há tendência de redução dessa concentração seja porque a população de Aracaju cresce a taxas inferiores à do estado, seja também porque com o seu processo de urbanização inchado e periferização há deslocamento e crescimento das cidades de sua MRH e de outras cidades mais próximas, e, decorrente do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, com sua problemática questão estrutural de emprego e sua precarização (informalidade, subocupação, reestruturação produtiva e terceirização), exponha um dos problemas estruturais ligados à economia dos serviços, que é a sua incapacidade de induzir o crescimento econômico⁴³.

Assim, com o processo de aumento de participação do interior do estado, no PIB industrial, ocorreu também de forma paralela o deslocamento da demanda por serviços nesses novos espaços industriais, mostrando ser o comportamento deste setor induzido por outras atividades, no caso a industrial. Porém, Aracaju não deixa de ser o principal núcleo terciário de Sergipe, representando, em 2003, 44,02% do PIB daquele setor, e, em 2006, 39,67%.

Como a série histórica dos dados das atividades de serviços também tem séria limitação, alguns comentários serão feitos à atividade da administração pública. Como historicamente as capitais estaduais concentraram os órgãos da administração pública federal e estadual e também por possuírem a maior máquina administrativa pública municipal dos estados, Aracaju, como capital do estado de Sergipe, seguiu a regra, centralizando entre 25 e 27% do PIB dessa atividade entre 1999 e 2006.

Esta participação da administração pública aracajuana no PIB sergipano esperava-se diminuir, pois com a descentralização das receitas e da execução de atividades antes feitas pelo governo federal, mas descentralizadas e repassadas às administrações estaduais e municipais com a promulgação da Constituição Federal de 1988, como é o caso dos setores de educação e saúde, parece não ter refletido tal expectativa. Isto porque as administrações municipais não investem os recursos como estabelecido e sempre contando com a

⁴³ Sobre esta questão ver Kon (2004).

proximidade geográfica territorial com a capital para atender a demanda da população para aqueles serviços essenciais para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Porém, em razão da metodologia aplicada para sua mensuração, sua taxa de variação se aproxima da taxa de crescimento populacional, ajudando talvez a explicar aquela pouca variação. A esfera da administração pública municipal também teve que se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e como muitos tiveram que assinar acordos de negociação de suas dívidas com o governo federal, suas despesas de consumo e gastos salariais ficaram restringidos.

Já a sua MRH, que teve elevado crescimento populacional, não teve o setor público aumentando na mesma proporção, pois se em 1999 representava 36,51%, no último ano da série pouco tinha aumentado, passando a 38,41%.

3.3 As atividades econômicas do setor terciário de Aracaju segundo o emprego

Grande parte do emprego do setor terciário, em várias de suas atividades, tem se caracterizado ao longo dos anos como as principais geradoras de emprego, inclusive sendo reconhecidas como “colchão amortecedor” por proporcionar oportunidade de emprego e de geração de renda nos momentos críticos do ciclo econômico, bem como de preponderar no quesito número de estabelecimentos econômicos no espaço urbano.

O setor terciário tem se tornado o principal empregador da mão-de-obra urbana, também em função de razões estruturais como a concentração da propriedade agrária, da alta intensidade de capital presente no setor industrial e desse avanço cada vez maior na agropecuária, o que acaba por impedir a capacidade de absorção de segmentos da população. Ainda do ponto de vista econômico, a reestruturação produtiva contribuiu para ampliar ainda mais o setor terciário como principal empregador em razão do processo de redução do número de trabalhadores nas atividades industriais e da terceirização e de atividades outrora tidas como integrantes da indústria e da agroindústria e que passaram a ser consideradas do terciário. Outro fator – e um dos principais - responsável pela centralidade do terciário na ocupação da mão-de-obra é o processo de urbanização, concentrando a maioria da população nas cidades, acabando por gerar demanda por atividades ligadas ao setor.

A questão do desemprego tem sido para a economia brasileira sério problema a ser vencido, principalmente quando o país passou a adotar programas de estabilização a partir da década de 1980, com a redução dos investimentos e a diminuição da sua taxa de crescimento. Para o seu sistema urbano esta questão tem sido ainda mais problemática, intensificada pela concentração populacional crescente nas cidades, tornando-se estas meros repositórios populacionais desprovidas de crescimento de atividades ocupacionais, empurrando sua mão-de-obra menos qualificada para exercer funções de subemprego em atividades informais sem qualquer inclusão no aparato social do Estado. Conseqüentemente, o setor terciário tornou-se o principal empregador no país. Para compreender melhor o seu papel no sistema econômico deve-se analisar a sua participação na estrutura ocupacional.

Uma preocupação central sobre esse tema é a base de dados na análise da questão do seu mercado de trabalho. Isto porque uma de suas características é a forte presença da informalidade e da precariedade das relações trabalhistas, o que torna altamente seletivo o uso do banco de dados se for pretensão radiografar os seus indicadores de emprego. Além disso, como será dado destaque ao município de Aracaju e à sua Microrregião Homogênea (MRH), este fato levanta mais uma barreira seletiva na obtenção da origem do banco de dados. Neste sentido, far-se-á uso dos microdados dos Censos Demográficos divulgados pelo IBGE. E aqui surge uma outra observação antes de se entrar na análise dos dados: o período disponível dos dados abrange os Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000, não permitindo ter uma visão mais atualizada dos mesmos. Embora a PNAD disponibilize informações mais atualizadas, sofre séria limitação para o objetivo pretendido por trazer informações apenas sobre as unidades federativas e as regiões metropolitanas reconhecidas pelo IBGE.

As Tabelas 3.10a e 3.10b mostram a estrutura do emprego total da Microrregião Homogênea de Aracaju e da cidade de Aracaju através do cruzamento dos dados posição na ocupação x atividade. A primeira evidência mais marcante é que em Aracaju e na sua MRH o emprego na atividade agropecuária é insignificante, como era de se esperar, dada a sua elevada urbanização.

Pela leitura dos dados sob a óptica da atividade, a segunda evidência é a maior participação do setor terciário nas duas áreas espaciais, embora com maior

representatividade para Aracaju (80,00% em 2000) e, por conta de sua influência, também na MRH de Aracaju (78,10% em 2000). Outra evidência das Tabelas sob aquela visão é a desconcentração estadual do emprego na indústria, com Aracaju e sua MRH perdendo cada uma cerca de dez pontos percentuais entre 1980 e 2000.

No tocante estritamente ao setor terciário, aquelas Tabelas mostram avanço significativo dos serviços ao produtor a partir dos anos 1980, por conta do processo de maior integração produtiva de Sergipe ao contexto nacional e, em virtude de sua grande representatividade na economia sergipana, de Aracaju e de sua MRH, que praticamente triplicam aquela participação na estrutura do emprego total. Outra explicação reside no avanço do emprego ligado aos serviços de vigilância e guarda como resultado da violência urbana e também o aumento do emprego em serviços de limpeza e conservação, pela terceirização dessas atividades pela indústria e mesmo por segmentos do próprio terciário, agora classificados como serviços ao produtor.

O segundo maior crescimento foi a subdivisão *serviços sociais*, decorrente da Constituição Federal de 1988 que descentralizou recursos para as esferas estaduais e municipais aumentando os gastos sociais com educação e saúde, e, como conseqüência, o emprego naquelas áreas. O avanço da mercantilização do ensino e da saúde, com o setor privado ampliando espaços, também contribuiu para aquele crescimento, certamente em maior proporção do que o público.

Os *serviços de distribuição* são o maior empregador entre os quatro, por abranger os setores de comércio e transporte, setores onde a informalidade é muito forte (ambulantes, feirantes, serviços de transporte) e por serem amplamente derivados do avanço da urbanização, e teve sua participação aumentada entre 1970 e 2000 em Aracaju e na sua MRH.

Como naquele período a economia brasileira passou por fortes obstáculos, como crise, desemprego e inflação, houve considerável aumento do número de trabalhadores autônomos trabalhando como ambulantes nas ruas das cidades. Outro fator foi o avanço das atividades comerciais no cada vez mais crescente ambiente urbano das cidades, criando emprego formais e ocupações com precarização das relações trabalhistas, sob os auspícios das políticas econômicas liberalizantes implementadas no Brasil a partir da década de 1990.

Tabela 3.10a
 Microrregião Homogênea de Aracaju
 Estrutura do emprego (%): posição na ocupação x atividade

1970	Serviços					Atividades mal			TOTAL
	Terciário	Serviços distributivos	ao produtor	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,56	0,00	2,56
Empregado Setor Privado	19,09	12,10	1,91	2,43	2,64	22,36	0,00	0,99	42,43
Empregado Setor Público	20,89	1,86	0,29	18,67	0,08	1,97	0,00	0,01	22,87
Autônomo	14,29	7,99	0,99	0,32	4,99	3,50	0,00	0,17	17,95
Empregador	0,63	0,54	0,02	0,00	0,07	0,29	0,00	0,00	0,92
Empregado Doméstico	10,99	0,00	0,00	0,00	10,99	0,00	0,00	0,00	10,99
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,33	0,06	0,00	0,26	0,01	0,05	0,00	1,85	2,23
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02
Total	66,22	22,54	3,21	21,69	18,79	28,16	2,58	3,04	100,00

1980	Serviços					Atividades mal			TOTAL
	Terciário	Serviços distributivos	ao produtor	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,57	0,00	3,57
Empregado Setor Privado	26,46	13,54	4,94	4,21	3,78	23,48	0,00	0,36	50,31
Empregado Setor Público	18,30	0,41	0,00	17,89	0,00	0,59	0,00	0,00	18,89
Autônomo	12,55	6,44	0,41	0,33	5,37	3,29	0,00	0,13	15,97
Empregador	1,12	0,71	0,07	0,08	0,25	0,38	0,20	0,03	1,73
Empregado Doméstico	8,25	0,00	0,00	0,00	8,25	0,00	0,00	0,00	8,25
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,06
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,26	0,09	0,00	0,05	0,12	0,02	0,00	0,00	0,29
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem declaração	0,68	0,09	0,03	0,14	0,42	0,13	0,00	0,11	0,92
Total	67,63	21,28	5,45	22,71	18,19	27,89	3,84	0,64	100,00

1991	Serviços					Atividades mal			TOTAL
	Terciário	Serviços distributivos	ao produtor	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,93	0,00	2,93
Empregado Setor Privado	28,42	12,99	5,06	4,80	5,57	12,51	0,00	0,17	41,10
Empregado Setor Público	23,25	0,75	1,73	20,77	0,00	3,83	0,00	0,00	27,08
Autônomo	13,07	6,66	0,71	0,46	5,25	4,29	0,00	0,03	17,39
Empregador	2,33	1,46	0,16	0,11	0,61	0,41	0,22	0,01	2,96
Empregado Doméstico	8,16	0,00	0,00	0,00	8,16	0,00	0,00	0,00	8,16
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,04
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,27	0,11	0,03	0,04	0,10	0,06	0,00	0,01	0,34
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	75,50	21,97	7,67	26,19	19,67	21,09	3,19	0,22	100,00

2000	Serviços					Atividades mal			TOTAL
	Terciário	Serviços distributivos	ao produtor	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,19	0,00	2,19
Empregado Setor Privado	31,92	14,89	6,97	4,90	5,16	12,85	0,00	0,68	45,46
Empregado Setor Público	17,90	0,00	0,00	17,90	0,00	0,00	0,00	0,00	17,90
Autônomo	16,03	8,80	1,99	0,90	4,35	4,45	0,00	0,67	21,15
Empregador	2,12	0,95	0,38	0,27	0,52	0,44	0,11	0,05	2,72
Empregado Doméstico	8,87	0,00	0,00	0,00	8,87	0,00	0,00	0,00	8,87
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,40	0,09	0,05	0,20	0,06	0,08	0,00	0,01	0,49
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,83	0,48	0,02	0,04	0,30	0,18	0,16	0,04	1,22
Sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	78,10	25,22	9,40	24,22	19,26	18,01	2,45	1,45	100,00

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 3.10b
Aracaju
Estrutura do emprego (%): posição na ocupação x atividade

1970	Serviços						Atividades mal		TOTAL
	Terciários	distributivo	Serviços ao produtores	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,91	0,00	0,91
Empregado Setor Privado	19,96	12,52	2,06	2,59	2,79	21,31	0,00	0,81	42,08
Empregado Setor Público	21,69	1,94	0,31	19,36	0,09	2,09	0,00	0,01	23,80
Autônomo	14,90	8,31	1,05	0,34	5,20	3,45	0,00	0,17	18,52
Empregador	0,69	0,59	0,02	0,00	0,08	0,31	0,00	0,00	1,01
Empregado Doméstico	11,67	0,00	0,00	0,00	11,67	0,00	0,00	0,00	11,67
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,29	0,06	0,00	0,21	0,02	0,03	0,00	1,66	1,98
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02
Total	69,21	23,42	3,44	22,51	19,84	27,19	0,93	2,68	100,00

1980	Serviços						Atividades mal		TOTAL
	Terciários	distributivo	Serviços ao produtores	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,18	0,00	1,18
Empregado Setor Privado	27,63	13,92	5,37	4,39	3,95	22,87	0,00	0,34	50,84
Empregado Setor Público	19,17	0,44	0,00	18,73	0,00	0,55	0,00	0,00	19,72
Autônomo	12,95	6,48	0,52	0,35	5,60	3,21	0,00	0,14	16,30
Empregador	1,21	0,77	0,08	0,09	0,27	0,41	0,21	0,04	1,87
Empregado Doméstico	8,81	0,00	0,00	0,00	8,81	0,00	0,00	0,00	8,81
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,04
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,27	0,09	0,00	0,05	0,13	0,03	0,00	0,00	0,30
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem declaração	0,74	0,09	0,05	0,15	0,46	0,12	0,00	0,08	0,94
Total	70,78	21,78	6,02	23,75	19,23	27,19	1,43	0,60	100,00

1991	Serviços						Atividades mal		TOTAL
	Terciários	distributivo	Serviços ao produtores	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	0,00	1,50
Empregado Setor Privado	28,05	12,68	5,03	5,01	5,34	12,10	0,00	0,11	40,26
Empregado Setor Público	24,51	0,79	2,00	21,73	0,00	4,23	0,00	0,00	28,74
Autônomo	13,11	6,58	0,81	0,50	5,21	3,84	0,00	0,02	16,97
Empregador	2,73	1,71	0,17	0,13	0,72	0,48	0,25	0,00	3,46
Empregado Doméstico	8,67	0,00	0,00	0,00	8,67	0,00	0,00	0,00	8,67
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,31	0,12	0,02	0,06	0,11	0,06	0,00	0,01	0,38
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	77,38	21,88	8,03	27,42	20,05	20,71	1,77	0,14	100,00

2000	Serviços						Atividades mal		TOTAL
	Terciários	distributivo	Serviços ao produtores	Serviços sociais	Serviços pessoais	Indústria	Agropecuária	especificadas	
Ocupação Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,32	0,00	1,32
Empregado Setor Privado	32,42	14,78	7,21	5,29	5,15	11,90	0,00	0,69	45,01
Empregado Setor Público	18,44	0,00	0,00	18,44	0,00	0,00	0,00	0,00	18,44
Autônomo	16,78	9,15	2,15	1,09	4,38	4,32	0,00	0,66	21,76
Empregador	2,73	1,25	0,48	0,36	0,64	0,55	0,13	0,07	3,48
Empregado Doméstico	8,61	0,00	0,00	0,00	8,61	0,00	0,00	0,00	8,61
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,11
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,68	0,36	0,03	0,03	0,26	0,12	0,00	0,04	0,83
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,35	0,05	0,05	0,19	0,07	0,08	0,00	0,01	0,44
Sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	80,00	25,58	9,91	25,40	19,10	16,97	1,57	1,47	100,00

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

A subdivisão *serviços pessoais* tem importante participação na estrutura do emprego em Aracaju e na sua MRH –dado o grau de urbanização e a maior informalidade característica deste tipo de serviços-, embora tenha sofrido redução entre os Censos de 1991 e 2000, mas dobrou sua participação em Sergipe mais por razões de informalidade e por exigir pouca escolaridade e qualificação.

Abordando a questão da estrutura do emprego segundo a leitura dos dados pela posição na ocupação no setor terciário, as Tabelas 3.10a e 3.10b indicam que a maior participação em Aracaju e na sua MRH (à exceção de 1970) era dos empregados do setor privado, concentrados nos serviços distributivos, decorrente da maior integração produtiva da economia regional ao mercado nacional, principalmente entre 1970 e 1980.

Os empregados que declararam a posição na ocupação no setor público naqueles espaços têm grande participação, tendo representado em média cerca de 21% para Aracaju e 20% para sua MRH (ante cerca de 12% para Sergipe), decorrente da concentração da sede de órgãos administrativos estaduais e federais e da estrutura da administração municipal exigida para uma capital de estado, e estão concentrados nos serviços sociais.

Os *autônomos* (concentrados nos serviços distributivos e pessoais), posição na ocupação caracterizada historicamente como atrelada ao setor terciário, naquelas duas áreas espaciais (Aracaju e sua MRH) reduziram suas participações entre 1970 e 1991, diante das oportunidades de emprego criadas com o crescimento econômico regional e o processo de desconcentração produtiva regional. Em 2000 voltaram a crescer, resultado das desastrosas políticas econômicas monetária, cambial, fiscal e trabalhista.

A posição na ocupação *empregado doméstico* (serviços pessoais) tem perdido participação em Aracaju e sua MRH ao longo dos quatro Censos, mas não por conta da redução na declaração desse tipo de emprego e sim pela sua menor taxa de crescimento frente às demais.

A Tabela 3.11 evidencia a perda de participação de Aracaju no mercado de trabalho sergipano frente ao rápido inchaço de sua MRH pós-1980. Ou seja, o montante de empregos em Aracaju não deixou de crescer, mas sua taxa foi superada pela da sua MRH, em um claro efeito estatístico. Tanto é que enquanto sua participação em relação ao estado como um todo aumentou cerca de 10 pontos percentuais entre 1970 e 2000, essa mesma relação com sua MRH caiu próximo de 18 pontos percentuais no mesmo período.

No tocante ao terciário, Aracaju diminui sua participação estadual em mais de 12 pontos percentuais, entre 1970 e 2000, a despeito de sua elevada urbanização e sua periferização. A redução da sua participação foi puxada por todos os segmentos de serviços. O mesmo comportamento ocorreu em termos de sua participação na sua MRH. É bom não esquecer que essa perda de Aracaju em relação à sua MRH deve-se ao seu avanço rumo à periferia e ao crescimento da urbanização na MRH, demandando os mais diversos serviços, principalmente os mais tradicionais, e o aumento dos gastos públicos com educação e saúde.

Tabela 3.11
Sergipe

Participação relativa (%) no emprego total e setorial: 1970, 1980, 1991 e 2001

	Aracaju/MRH de Aracaju				Aracaju/SE			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Terciário	94,81	94,69	82,37	73,65	51,10	52,00	45,45	38,60
Serviços de distribuição	94,27	92,62	80,03	72,94	47,47	47,77	42,60	35,86
Serviços ao produtor	97,25	99,84	84,14	75,82	61,13	61,88	58,55	55,97
Serviços sociais	94,15	94,62	84,16	75,39	57,20	56,81	47,38	38,37
Serviços pessoais	95,80	95,64	81,90	71,32	48,24	49,32	42,39	36,74
Indústria	87,60	88,20	78,90	67,73	43,75	42,92	37,48	29,20
Agropecuária	32,60	33,71	44,47	45,97	0,28	0,91	1,74	1,98
Atividades mal especificadas	80,00	84,60	53,23	73,00	22,93	32,73	9,67	39,43
TOTAL	90,73	90,47	80,36	71,89	18,45	27,95	30,43	28,72

Estrutura do emprego total: 1970, 1980, 1991 e 2000

	MRH Aracaju/SE				SE - MRH Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Terciário	53,89	54,92	55,18	52,41	46,11	45,08	44,82	47,59
Serviços de distribuição	50,36	51,58	53,23	49,16	49,64	48,42	46,77	50,84
Serviços ao produtor	62,86	61,98	69,59	73,83	37,14	38,02	30,41	26,17
Serviços sociais	60,75	60,03	56,30	50,89	39,25	39,97	43,70	49,11
Serviços pessoais	50,36	51,57	51,76	51,52	49,64	48,43	48,24	48,48
Indústria	49,94	48,66	47,50	43,11	50,06	51,34	52,50	56,89
Agropecuária	0,85	2,71	3,91	4,31	99,15	97,29	96,09	95,69
Atividades mal especificadas	28,67	38,68	18,16	54,01	71,33	61,32	81,84	45,99
TOTAL	20,34	30,89	37,87	39,95	79,66	69,11	62,13	60,05

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (microdados) de 1970, 1980, 1991 e 2000.

A Tabela 3.12 mostra o processo de desconcentração concentrada do emprego em Sergipe. Aracaju aumentou sua participação, entre 1970 e 1991, em relação ao estado de Sergipe. Esta é reduzida em 2000 por conta, essencialmente, da redução absoluta do emprego no setor público (cai de 43.046, em 1991, para 30.597, em 2000), causado pelo processo de privatização de empresas públicas federais e estaduais, reforma administrativa,

terceirização/privatização de atividades e do congelamento do processo de reposição/contratação de mão-de-obra.

A MRH de Aracaju, por sua vez, quase que dobra sua participação no emprego, passando de 20,34%, em 1970, para 39,95%, em 2000. Este crescimento foi impulsionado pelo avanço do emprego do setor privado e dos autônomos, principalmente, e dos ligados às atividades do setor terciário e da indústria (ver Tabela 3.11 acima).

Analisando a estrutura do emprego do setor terciário para Aracaju de forma mais desagregada, a Tabela 3.13 mostra que os serviços voltados ao processo de reprodução da força de trabalho (os sociais e os pessoais) eram os mais representativos em termos agregados.

Tabela 3.12
Sergipe
Participação relativa da MRH de Aracaju e de Aracaju no emprego segundo a posição na ocupação: 1970, 1980, 1991 e 2000

	MRH de Aracaju/Sergipe				Aracaju/Sergipe				Aracaju/MRH de Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Ocupação Agrícola	0,52	1,10	1,11	0,87	0,17	0,33	0,46	0,38	0,83	1,07	1,20	0,95
Empregado Setor Privado	8,63	15,54	15,56	18,16	7,76	14,21	12,25	12,93	38,18	46,00	32,36	32,36
Empregado Setor Público	4,65	5,84	10,26	7,15	4,39	5,51	8,75	5,30	21,59	17,84	23,10	13,26
Autônomo	3,65	4,93	6,58	8,45	3,42	4,56	5,16	6,25	16,80	14,75	13,64	15,65
Empregador	0,19	0,54	1,12	1,09	0,19	0,52	1,05	1,00	0,91	1,69	2,78	2,50
Empregado Doméstico	2,23	2,55	3,09	3,54	2,15	2,46	2,64	2,47	10,59	7,97	6,97	6,19
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00	0,01	0,00	0,03	0,01	0,04	0,01	0,08
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	0,45	0,09	0,13	0,20	0,37	0,08	0,12	0,24	1,80	0,27	0,31	0,60
Auto-Consumo Mais de 15hs	0,00	0,00	0,00	0,49	0,00	0,00	0,00	0,13	0,00	0,00	0,00	0,32
Sem declaração	0,00	0,28	0,00	0,00	0,00	0,26	0,00	0,00	0,02	0,85	0,00	0,00
Total	20,34	30,89	37,87	39,95	18,45	27,95	30,43	28,72	90,73	90,47	80,36	71,89

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Os serviços sociais eram, até 1991 os mais representativos, mas por conta da adoção da política do Estado mínimo ao longo da década sua participação é reduzida de 35,44%, naquele ano, para 31,75%, em 2000. As atividades administrativas do serviço público têm perda de mais de 5 pontos percentuais entre 1970 e 2000; as áreas de educação e de saúde têm sua participação diminuída entre 1991 e 2000, com o recuo do setor público e avanço do setor privado provocado pela crise fiscal e financeira do Estado e da deliberada política fiscal contracionista.

Os serviços pessoais, apesar da contração de sua participação, ainda eram expressivos em Aracaju, com participação de quase 25% em 2000. Destaque para os

serviços domésticos com mais de 10% de participação, caracterizados pelos baixos salários e alta precariedade da adoção da legislação trabalhista e previdenciária.

Tabela 3.13
Sergipe
Estrutura do setor terciário segundo a classificação em quatro grandes atividades e sub-atividades

	MRH de Aracaju				Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Serviços distributivos	34,04	31,18	29,09	32,29	33,85	30,78	28,27	31,99
Comércio em geral	22,49	19,05	17,37	22,93	22,59	19,01	17,36	22,86
Ambulantes	0,89	1,92	3,54	1,51	0,81	1,89	3,44	1,42
Transporte e armazenagem	8,96	8,19	6,81	6,33	8,70	7,81	6,07	5,81
Outros	1,70	2,02	1,38	1,52	1,74	2,07	1,40	1,90
Serviços ao produtor	4,84	8,35	10,18	12,04	4,97	8,50	10,38	12,39
Investigação, vigilância e segurança		0,60	2,09	1,83		0,58	1,75	1,54
Atividades imobiliárias – exceto condomínios prediais	0,19	0,86	0,34	0,57	0,21	0,88	0,38	0,64
Condomínios prediais				0,72				0,73
Atividades de imunização, higieniz. e de limp. em prédios e em domic.	0,78	1,16	1,44	0,61	0,80	1,14	1,44	0,49
Serviços sociais	32,75	33,58	34,68	31,02	32,52	33,56	35,44	31,75
Serviço público	17,98	15,10	14,10	13,00	18,01	15,29	14,52	12,79
Administração do Estado e da política econômica e social – Federal	1,50	2,65	1,23	1,06	1,49	2,75	1,35	1,15
Outros serviços coletivos prestados pela adm. Pública – Federal				0,47				0,58
Administração do Estado e da política econômica e social – Estadual	2,23	3,69	3,66	3,34	2,24	3,89	4,12	3,62
Outros serviços coletivos prestados pela adm. pública – Estadual	4,56	2,23	2,55	3,85	4,52	2,19	2,53	3,53
Administração do Estado e da política econômica e social – Municipal	2,14	2,14	2,59	3,47	1,94	1,97	2,64	3,04
Outros serviços coletivos prestados pela adm. pública – Municipal		0,05	0,08	0,08		0,05	0,07	0,08
Forças Armadas	1,86	0,88	0,56	0,37	2,04	0,90	0,52	0,41
Seguridade social	2,10	2,20	0,84	0,35	2,16	2,27	0,94	0,38
Serviços administrativos autárquicos	0,05	0,06	0,03		0,05	0,06	0,04	
Serv adm dos poderes públicos não incluídos nas classificações	2,59	0,19	1,19		2,61	0,20	0,82	
Poder Legislativo	0,14	0,30	0,54		0,13	0,31	0,59	
Justiça e atividades auxiliares	0,81	0,71	0,83		0,82	0,71	0,89	
Educação	8,78	11,22	11,43	10,16	8,57	11,11	11,56	10,62
Educação regular, supletiva e especial pública	7,38	8,73	8,55	6,73	7,18	8,61	8,53	6,95
Educação regular, supletiva e especial particular	1,40	2,49	2,88	2,22	1,39	2,50	3,03	2,42
Outras atividades de ensino				1,22				1,25
Saúde	3,33	4,54	5,80	5,36	3,69	4,47	6,00	5,78
Saúde pública	1,36	2,55	3,32	3,20	1,43	2,49	3,49	3,30
Saúde particular	1,79	1,99	2,48	2,12	1,84	1,98	2,51	2,45
Outras atividades de saúde	0,19			0,04	0,42			0,04
Serviços pessoais	28,37	26,9	26,05	24,66	28,66	27,17	25,91	23,88
Turismo	1,41	3,78	5,61	5,96	1,34	3,72	5,23	5,88
Alojamento	0,51	1,00	0,55	0,80	0,54	1,03	0,49	0,80
Outros serviços de alimentação – exceto ambulantes	0,90	2,78	5,06	4,87	0,80	2,69	4,74	5,08
Atividades de alojamento e/ou alimentação não especificadas				0,29				
Serviços domésticos	0,16	12,44	10,82	11,36	0,17	12,69	11,22	10,76
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, Microdados.

Obs.: Classificação das atividades do terciário segundo FACEPE (2002), O setor terciário de Pernambuco: um estudo exploratório, ps. 28-31. Estrutura do setor terciário segundo a classificação em quatro grandes atividades, levando em consideração a metodologia do censo demográfico de 2000.

Considerando como uma *proxy* para a renda dos serviços dos empregados domésticos o valor adicionado bruto dele para Sergipe em 2000, segundo as Contas Regionais 2002 do IBGE, ela não passaria de parcos 0,3%. Este valor mostra relação

totalmente inversa ao seu papel como gerador de emprego, 7,16% em 2000. Ou seja, “a casa grande e a senzala” ainda marcam presença na sociedade urbana atual.

Dada a sua relevância para a geração de emprego, o turismo cresce a partir de 1980 com os investimentos realizados e financiados pelo setor público, principalmente através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) nos anos 1990 e 2000.

Em Aracaju os serviços de apoio ao processo de acumulação e reprodução do capital apresentaram crescimento ao longo dos anos censitários como resultado das mudanças na estrutura econômica estadual e local e também como resposta ao seu consolidado processo de urbanização.

Nos serviços distributivos destaca-se a representatividade para o comércio em geral, onde adquirem realce os supermercados/hipermercados. Embora Aracaju dite o ritmo do comportamento e da tendência dessa atividade na sua MRH e em Sergipe, sua participação apresenta queda entre 1991 (2,49%) e 2000 (1,42%), por conta do processo de concentração do setor em basicamente duas empresas (G Barbosa e Bompreço), e ao processo de reestruturação das suas lojas com a intensificação do processo de automação e à redução do número de funcionários no empacotamento das compras. Também chama a atenção, em razão do que já foi exposto ao longo deste trabalho, o avanço dos ambulantes em Aracaju, apesar do último ano (2000) subestimar seus números, pois durante a década de 1990 a dinâmica da economia alimentou o crescimento do setor informal (DEDECCA, 1997).

Os *serviços ao produtor*, apesar de terem a menor participação, apresentam em Aracaju crescimento contínuo entre os Censos, passando de 4,97%, em 1970, para 12,39%, em 2000. Isto ocorreu não apenas por conta do seu problemático processo de urbanização, com o avanço de sua violência urbana requerendo cada vez mais serviços de “exércitos” privados de segurança pessoal e patrimonial, pela sua maior verticalização imobiliária e por conter muitas atividades com baixa exigência de qualificação, pagar baixos salários, precárias relações trabalhistas e por passar pelo fenômeno da terceirização, onde muitas atividades, que antes eram consideradas do quadro de outras áreas (indústria e setor público, por exemplo), foram repassadas para o terciário.

A análise da estrutura do emprego segundo as classes das ocupações (Tabelas 3.14 e 3.15) para Aracaju mostra que as Ocupações técnicas, científicas, artísticas e

assemelhadas, Ocupações da prestação de serviços, Ocupações administrativas e Ocupações do comércio e atividades auxiliares, que são exclusivas ou abrangem o terciário desempenham importância fundamental no seu mercado de trabalho.

Tabela 3.14
Sergipe
Estrutura do emprego segundo as classes das ocupações: 1970, 1980, 1991 e 2000

	Sergipe				MRH de Aracaju				Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
OCUPAÇÕES ADMINISTRATIVAS	5,99	7,05	10,79	18,12	15,45	15,20	18,15	16,43	16,40	16,35	19,91	18,25
OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E ASSEMBLADAS	6,21	10,08	12,93	13,12	15,49	18,09	19,20	20,27	16,03	18,91	20,07	23,52
OCUPAÇÕES DA AGROPECUÁRIA E DA PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL E ANIMAL	61,00	42,77	29,98	13,71	2,96	3,42	3,06	1,47	1,42	1,15	1,62	0,80
OCUPAÇÕES DA PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL	0,36	0,66	0,48	0,33	0,63	1,32	0,61	0,42	0,55	1,32	0,64	0,48
OCUPAÇÕES DAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL	11,64	17,54	17,94	23,17	25,22	23,66	20,95	23,20	24,70	22,98	20,07	20,86
OCUPAÇÕES DO COMÉRCIO E ATIVIDADES AUXILIARES	2,78	7,10	10,06	11,32	7,80	10,54	12,28	23,01	8,16	10,91	12,22	11,85
OCUPAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4,89	9,49	12,33	18,19	14,80	18,80	17,78	12,32	15,62	19,45	17,66	21,63
OCUPAÇÕES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	1,17	0,97	1,04	0,83	4,23	2,21	3,45	1,68	4,43	2,28	3,26	1,44
OUTRAS OCUPAÇÕES, OCUPAÇÕES MAL DEFINIDAS OU NÃO DECLARADAS	5,95	4,36	4,45	1,20	13,43	6,76	4,52	1,21	12,71	6,66	4,54	1,17
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 3.15
Sergipe
Participação da MRH de Aracaju/SE e de Aracaju na sua MRH e em SE no emprego segundo as classes das ocupações: 1970, 1980, 1991 e 2000

	MRH Aracaju/Sergipe				Aracaju/MRH Aracaju				Aracaju/Sergipe			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
OCUPAÇÕES ADMINISTRATIVAS	3,14	4,70	6,87	6,56	14,88	14,79	16,00	13,12	3,03	4,57	6,06	5,24
OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E ASSEMBLADAS	3,15	5,59	7,27	8,10	14,54	17,11	16,13	16,91	2,96	5,29	6,11	6,76
OCUPAÇÕES DA AGROPECUÁRIA E DA PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL E ANIMAL	0,60	1,06	1,16	0,59	1,28	1,04	1,30	0,58	0,26	0,32	0,49	0,23
OCUPAÇÕES DA PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL	0,13	0,41	0,23	0,17	0,50	1,20	0,52	0,34	0,10	0,37	0,20	0,14
OCUPAÇÕES DAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL	5,13	7,31	7,93	9,27	22,41	20,79	16,13	15,00	4,56	6,42	6,11	5,99
OCUPAÇÕES DO COMÉRCIO E ATIVIDADES AUXILIARES	1,59	3,25	4,65	9,19	7,40	9,87	9,82	8,52	1,50	3,05	3,72	3,40
OCUPAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3,01	5,81	6,73	4,92	14,17	17,59	14,20	15,55	2,88	5,44	5,38	6,21
OCUPAÇÕES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	0,86	0,68	1,31	0,67	4,02	2,06	2,62	1,04	0,82	0,64	0,99	0,41
OUTRAS OCUPAÇÕES, OCUPAÇÕES MAL DEFINIDAS OU NÃO DECLARADAS	2,73	2,09	1,71	0,48	11,53	6,03	3,65	0,84	2,34	1,86	1,38	0,33
Total	20,34	30,89	37,87	39,95	90,73	90,47	80,37	71,90	18,45	27,95	30,43	28,73

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

As ocupações do comércio e atividades auxiliares e ocupações da prestação de serviços representavam mais de 30%, em 2000, para Aracaju, puxados pela sua urbanização e pelas maiores oportunidades de inclusão ao mercado de trabalho. Ocupações administrativas e ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas (abrangendo a economia como um todo) são bastante significativas por conta de se tratar de Capital estadual e também por ser o principal centro urbano sergipano, apresentando as melhores oportunidades de emprego com maior exigência de qualificação.

3.4. O terciário em Aracaju e seus estabelecimentos

O setor terciário também representa o maior número de estabelecimentos entre as atividades econômicas, em razão, entre outras, das menores barreiras para a entrada na maioria de seus ramos de comércio e de serviços. Porém, antes de entrar na sua análise cabe fazer algumas observações sobre as informações aqui tratadas. Ao contrário do tópico precedente, não foi possível trabalhar com dados mais amplos, que abrangessem o setor formal e informal da economia, como são os casos dos ofertados pelos censos demográficos, pois os mesmos não contêm informações sobre estabelecimentos. Também não é possível trabalhar com as PNADs, pois não destacam informações sobre os municípios.

Assim, com o objetivo de desmembrar o setor terciário por classes de serviços, visando manter a mesma classificação do tópico anterior, foram utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Os dados suprem o espaço territorial das capitais e demais municípios, mas esbarram na barreira da cobertura da condição legal e institucional dos tipos de estabelecimentos por cobrirem apenas o setor formal, acarretando limitações no estudo do setor terciário em função do seu grau de informalidade. Porém, isso não impede a inferência e dedução das características do quadro representativo das principais atividades do setor.

A composição setorial, indicada pela Tabela 3.16, por estabelecimentos mostra o amplo predomínio do setor terciário tanto em termos estadual como entre os municípios da MRH de Aracaju. Isto pode ser explicado pelo seu papel de “colchão amortecedor” em

termos econômicos exercido ao longo dos problemáticos anos iniciados na década de 1980, pelos quais tem passado a economia brasileira, com rebatimentos regionais. Como foi o caso de Sergipe, abatido pela crise instalada após o amadurecimento dos investimentos do II PND e a política econômica contracionista adotada no período. Outra razão também é a consolidação do processo de urbanização em Aracaju e o seu avanço em Sergipe.

Tabela 3.16
Sergipe
Estrutura (%) setorial por estabelecimentos: 1985-2005

1985	SE	Aracaju	Barra dos Coqueiros	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão	MRH	Aju
Primário	1,63	0,99	0,00	1,56	10,91	1,19	
Secundário	14,45	14,42	15,38	23,44	10,91	14,56	
Terciário	83,15	83,48	84,62	73,44	78,18	83,17	
Outros/ignorado	0,77	1,10	0,00	1,56	0,00	1,09	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
1989	SE	Aracaju	Barra dos Coqueiros	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão	MRH	Aju
Primário	1,03	0,66	0,00	0,97	9,72	0,82	
Secundário	15,20	15,36	19,05	34,95	16,67	15,89	
Terciário	74,95	74,37	76,19	56,31	69,44	73,84	
Outros/ignorado	8,81	9,61	4,76	7,77	4,17	9,45	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
1994	SE	Aracaju	Barra dos Coqueiros	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão	MRH	Aju
Primário	5,21	1,80	5,71	0,93	15,07	2,13	
Secundário	14,23	13,59	14,29	30,23	15,07	14,26	
Terciário	70,03	73,09	71,43	57,21	58,90	72,13	
Outros/ignorado	10,54	11,51	8,57	11,63	10,96	11,48	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
2000	SE	Aracaju	Barra dos Coqueiros	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão	MRH	Aju
Primário	11,16	3,51	16,00	2,95	15,98	4,04	
Secundário	14,66	14,25	26,67	24,26	19,23	15,04	
Terciário	74,18	82,24	57,33	72,78	64,79	80,92	
Outros/ignorado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
2005	SE	Aracaju	Barra dos Coqueiros	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão	MRH	Aju
Primário	6,73	2,03	4,24	1,76	8,56	2,39	
Secundário	11,24	10,67	16,95	21,82	15,94	11,87	
Terciário	82,03	87,30	78,81	76,43	75,49	85,74	
Outros/ignorado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	

Fonte: RAIS.

Quanto à representatividade de Aracaju no setor terciário em Sergipe observa-se, pela Tabela 3.17, uma fase de evolução que vai até 1994. A partir daí ocorre declínio de forma bastante intensa, caindo cerca de quinze pontos percentuais entre 2000 e 2005.

Este fato pode ser decorrente do processo de interiorização que ora se configura no território sergipano, fruto da idéia do governo estadual, por meio de sua legislação para participar da “guerra fiscal”, objetivar interiorizar o emprego e a renda industrial, o que desencadeia efeitos indiretos sobre as atividades de comércio e de serviços. Pode ser também resultante do avanço da urbanização em Aracaju, com a atividade imobiliária, comercial e de serviços ocupando espaços das atividades industriais.

Buscando manter a mesma classificação dos serviços como feito em tópico precedente, foi utilizada a divisão em cinco dígitos da Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE) que organiza as atividades em 614 categorias. Porém, como esta metodologia só está disponível a partir de 1994, sua abrangência temporal é mais limitada que as duas tabelas anteriores.

Tabela 3.17
Sergipe

Participação (%) por setor da MRH de Aracaju e dos seus municípios no número de estabelecimentos estadual: 1985-2005

	1985	Aracaju/SE	BC/SE	NS ^a S/SE	SC/SE	MRHAju/SE
Primário		35,90	0,00	1,28	7,69	44,87
Secundário		58,76	0,29	2,17	0,87	62,08
Terciário		59,09	0,28	1,18	1,08	61,63
	1989	Aracaju/SE	BC/SE	NS ^a S/SE	SC/SE	MRHAju/SE
Primário		41,27	0,00	1,59	11,11	53,97
Secundário		65,09	0,43	3,88	1,29	70,69
Terciário		63,92	0,35	1,27	1,09	66,63
	1994	Aracaju/SE	BC/SE	NS ^a S/SE	SC/SE	MRHAju/SE
Primário		21,87	0,46	0,46	5,01	27,79
Secundário		60,33	0,42	5,42	1,83	68,00
Terciário		65,92	0,42	2,08	1,46	69,88
	2000	Aracaju/SE	BC/SE	NS ^a S/SE	SC/SE	MRHAju/SE
Primário		18,55	0,75	0,88	3,40	23,58
Secundário		57,30	0,96	5,51	3,11	66,87
Terciário		65,35	0,41	3,26	2,07	71,10
	2005	Aracaju/SE	BC/SE	NS ^a S/SE	SC/SE	MRHAju/SE
Primário		14,28	0,43	1,08	3,76	19,56
Secundário		44,90	1,04	8,03	4,20	58,16
Terciário		50,32	0,66	3,86	2,72	57,56

Fonte: RAIS/MTE.

Ao contrário da análise feita para a variável emprego, a Tabela 3.18 mostra o predomínio dos serviços ligados ao processo de acumulação e reprodução do capital em

Aracaju. Isto era de se esperar ao se utilizar os dados da RAIS, dada a impossibilidade de se extrair informações mais abrangentes sobre os serviços pessoais.

O fato dos serviços distributivos abrangerem o comércio em geral e dado o predomínio desse ramo de atividade nas cidades, em termos da quantidade do número de estabelecimentos, justifica sua maior expressividade.

No caso dos *serviços pessoais*, que contêm uma forte carga de informalidade e que para sua execução não precisa abrir legalmente um estabelecimento, isto leva ao subdimensionamento de sua representatividade.

Os *serviços ao produtor* têm elevado sua participação, resultante da abertura comercial mais intensa e da política cambial brasileira a partir de 1994 que implicou a entrada de produtos e serviços estrangeiros, levando as empresas brasileiras a se reestruturarem. Esta reestruturação produtiva implicou enxugar atividades até então exercidas pelos seus próprios funcionários, como serviços de vigilância e guarda, de limpeza e conservação, de transportes e de atividades administrativas, por exemplo. O resultado foi a terceirização, com a contratação de empresas autônomas do setor terciário para executar aquelas funções, assim como o crescimento da precarização e informalização ao longo do período.

Tabela 3.18
Sergipe
Estrutura (%) do setor terciário por classe de serviços: 1994-2005

	Estrutura (%) do setor terciário por classe de serviços: 1994-2005					
1994	Sergipe	Aracaju	Barra dos Coqueiros	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão	MRH Aracaju
Serviços distributivos	58,79	53,40	76,00	65,04	46,51	53,74
Serviços ao produtor	15,36	17,93	12,00	8,94	25,58	17,79
Serviços sociais	16,51	17,26	8,00	17,89	26,74	17,42
Serviços pessoais	9,35	11,41	4,00	8,13	1,16	11,05
2000						
Serviços distributivos	53,99	47,71	51,16	58,55	45,21	48,16
Serviços ao produtor	16,40	19,63	25,58	12,17	26,03	19,51
Serviços sociais	19,57	21,18	18,60	18,84	21,46	21,06
Serviços pessoais	10,03	11,48	4,65	10,43	7,31	11,27
2005						
Serviços distributivos	52,84	48,40	37,63	55,25	45,37	48,59
Serviços ao produtor	14,85	20,58	28,49	13,54	28,68	20,59
Serviços sociais	23,56	19,79	24,19	21,27	18,90	19,90
Serviços pessoais	8,75	11,23	9,68	9,94	7,04	10,93

Fonte: RAIS/MTE.

Analisando a participação de Aracaju no quadro estadual por classes de serviços (Tabela 3.19), nota-se seu total predomínio nas quatro classes de serviços, com maior destaque para os serviços pessoais em 1994, e os serviços ao produtor em 2000 e 2005. Estas participações de Aracaju sempre representaram mais da metade de Sergipe, à exceção de 2005 quando os serviços distributivos e os serviços sociais representaram, respectivamente, 46,09% e 42,27%⁴⁴.

Neste sentido, apenas para qualificar ainda mais a ressalva acima sobre os números da Tabela 3.19, cabe frisar que, entre outros, os dois únicos shopping centers, as quatro principais redes de supermercado do país e seus hipermercados, a maioria dos serviços médicos, clínicos e de laboratórios especializados, os principais e maiores hotéis e os ramos mais completos de comércio, estão todos concentrados em Aracaju, evidenciando sua centralidade econômica para o estado⁴⁵.

Tabela 3.19
Sergipe

Participação relativa (%) da MRH de Aracaju e dos seus municípios no número de estabelecimentos por classes de serviços no estado de Sergipe: 1994-2005

	1994	Aju/SE	BC/SE	NS ³ S/SE	SC/SE	MRH	Aju/SE
Serviços distributivos	59,88	0,55	2,30	1,15			63,88
Serviços ao produtor	76,96	0,33	1,21	2,43			80,93
Serviços sociais	68,92	0,21	2,26	2,36			73,74
Serviços pessoais	80,43	0,18	1,81	0,18			82,61
	2000	Aju/SE	BC/SE	NS ³ S/SE	SC/SE	MRH	Aju/SE
Serviços distributivos	57,75	0,39	3,54	1,73			63,41
Serviços ao produtor	78,20	0,63	2,42	3,29			84,54
Serviços sociais	70,71	0,39	3,14	2,27			76,51
Serviços pessoais	74,81	0,19	3,40	1,51			79,91
	2005	Aju/SE	BC/SE	NS ³ S/SE	SC/SE	MRH	Aju/SE
Serviços distributivos	46,09	0,47	4,03	2,34			52,93
Serviços ao produtor	69,76	1,27	3,51	5,26			79,80
Serviços sociais	42,27	0,68	3,48	2,19			48,61
Serviços pessoais	64,56	0,73	4,38	2,19			71,86

Fonte: RAIS/MTE.

⁴⁴ Cabe aqui fazer a ressalva que, conforme bem lembrado por FACEPE (2002; 81), “É importante não perder de vista que a percepção do crescimento de determinada atividade produtiva, a partir do número dos estabelecimentos, pode ser enganosa uma vez que se está trabalhando com estabelecimentos de diferentes portes. Assim pode ocorrer que a redução do número de estabelecimentos esteja associada a uma concentração econômica da qual decorra o aumento da produção de bens e serviços em estabelecimentos de maior porte. Do mesmo modo, que a ampliação do número de estabelecimentos, baseada em unidades produtivas de menor porte, pode não significar, necessariamente, o aumento correspondente da produção”.

⁴⁵ Em termos culturais, apenas para ter uma idéia das disparidades do estado de Sergipe naquele quesito, os únicos cinemas, todos em shopping centers, e teatros (com atividades) estão em sua capital.

Além de que, para reforçar a centralidade econômica de Aracaju em Sergipe, observando os dados dos serviços ao produtor, estes mostram a concentração dos serviços mais qualificados, como os prestados pelas instituições financeiras e os serviços técnicos profissionais jurídicos, de contabilidade e auditoria, de assessoria e serviços de informática, de engenharia e arquitetura e de publicidade e propaganda entre outros.

Corroborando para a argumentação da primazia da centralidade econômica de Aracaju para Sergipe, os elevados dados da sua participação estadual nos serviços pessoais também contribuem. Como estes serviços costumam depender para sua dinâmica em grande parte da renda da população, então sua elevada participação é sintomática, principalmente por residir em sua área a mão-de-obra mais especializada ligada aos setores industriais (mesmo os que trabalham no setor mineral localizado no interior) e dos serviços administrativos públicos, dos ramos mais dinâmicos do comércio e demais atividades terciárias que são aqueles trabalhadores mais bem remunerados.

A despeito de sua evidente centralidade econômica estadual, sobretudo no setor terciário, Aracaju apresenta inúmeros problemas sociais. Problemas de habitação, saúde e educação despontam como reflexo do seu conturbado espaço urbano e dos problemas estruturais da economia brasileira, como são os casos da concentração da renda e da precarização do trabalho. A seguir, alguns dos seus indicadores sociais serão apresentados.

3.5. Aracaju e seus indicadores sociais

As mazelas sociais brasileiras têm atingido sem distinção todos os seus espaços geográficos, mudando apenas em magnitude e configuração segundo a concentração demográfica e da renda. É verdade também que a modernização da sociedade brasileira tem contribuído para modificar o hábito de vida de sua população, sobretudo aquela alojada nos espaços urbanos, e contribuído para melhorar as condições de vida de importante parcela.

O acesso ao abastecimento (ligação) de água nos domicílios aracajuanos evoluiu significativamente ao longo do período de 1970 (60%) a 2000 (95%), conforme mostra a Tabela 3.20. Neste último ano, apesar da sua imensa cobertura, ainda existiam 4.910 domicílios sem acesso ao abastecimento. Isto denota o atraso social em que ainda vivem milhares de pessoas, por conta da questão da falta de renda e exclusão do mercado de trabalho e/ou do tipo de moradia em que vivem.

Grande capilaridade na sua cobertura é mostrada pelo acesso à rede de iluminação elétrica. Entre 1970 e 1980 Aracaju apresentou elevado crescimento, ampliando ainda mais a sua cobertura, passando de 72% para 94%, respectivamente. Passados vinte anos, o acesso domiciliar em 2000 era de quase 100%.

Tabela 3.20
Sergipe e Aracaju
Participação relativa (%) dos domicílios em serviços sociais de utilidades básicos: 1970-2000

	1970		1980		1991		2000	
	Aracaju	SE	Aracaju	SE	Aracaju	SE	Aracaju	SE
Domicílios (Aracaju/SE)	20,14	-	25,58	-	27,42	-	26,71	-
Abastecimento de água	60,17	17,02	88,72	42,31	94,32	65,57	95,79	75,57
Instalação sanitária	66,08	29,44	89,70	54,94	94,67	72,56	97,75	86,49
Iluminação elétrica	71,83	31,23	93,78	53,06	98,36	80,75	99,70	92,42
Lixo coletado	nd	nd	Nd	nd	83,15	51,80	96,00	69,84

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Nd: Não disponível.

O sistema de coleta de lixo também experimentou elevado crescimento, para os anos disponíveis, ampliando seu já significativo atendimento. Entre 1991 e 2000 ele saltou de 83% para 96%, respectivamente. Contudo, estes 4%, mais de 4,6 mil domicílios, sem coleta de lixo representam alerta para a questão de saúde dos moradores e para a questão ambiental (como, por exemplo, a contaminação do lençol freático, poluição dos rios que cortam a cidade, favorecimento ao surgimento de animais e insetos transmissores de doenças, entupimento de esgotos e valetas favorecendo inundações).

Além disso, a incidência da pobreza urbana na periferia atrelada ao problema da falta de coleta de lixo e da ausência de esgotamento sanitário torna ainda mais baixa a qualidade de vida da população já excluída do acesso a itens materiais básicos. É esta população a mais atingida por doenças decorrentes da ausência de cobertura de saneamento universal.

O quadro de fatores responsáveis pela mortalidade em Aracaju indica que as doenças infecciosas e parasitárias, apesar de sua contínua redução, ainda persistem como importante vetor (3,64% em 2005), segundo mostra a Tabela 3.21. E isto se deve às precárias condições de vida urbana (insuficiência alimentar, falta de saneamento básico, de coleta de lixo, de rede de água, de calçamento e moradia precária) em que grande contingente populacional está submetido.

As causas externas de mortalidade e morbidade chamam a atenção como fatores responsáveis por abranger itens atrelados ao crescimento demográfico e urbano. Entre as causas externas, responsáveis por mais de 13%, em 2005, cabe destacar entre elas os acidentes de trânsito que chegaram, em 1991, a responder por quase 5% delas e, em 2005, por quase 3,5%.

Tabela 3.21
Aracaju
Participação relativa (%) das causas responsáveis pela mortalidade:1980-2005

	1980	1991	2000	2005
Doenças infecciosas e parasitárias	16,95	5,16	4,36	3,64
Neoplasmas	6,75	7,56	13,14	15,54
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos	1,31	0,33	0,59	0,68
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	7,62	5,87	8,86	7,71
Transtornos mentais e comportamentais	0,18	0,33	0,74	1,69
Doenças do sistema nervoso	1,05	0,75	1,03	1,73
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,00	0,00	0,00	0,07
Doenças do aparelho circulatório	21,74	21,64	24,99	26,32
Doenças do aparelho respiratório	9,18	3,94	7,72	8,80
Doenças do aparelho digestivo	4,03	3,24	5,17	5,59
Doenças da pele e tecido subcutâneo	0,07	0,14	0,52	0,07
Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	0,04	0,28	0,18	0,36
Doenças do aparelho geniturinário	0,94	2,07	1,70	2,63
Gravidez, parto e puerpério	0,62	0,14	0,52	0,32
Algumas afecções originadas período perinatal	14,19	9,58	8,08	5,59
Malformação congênita, deformação e anomalia cromossômicas	1,02	1,13	1,88	1,23
Sinais, sintomas e afecções mal definidas	3,67	24,18	6,24	4,69
Causas externas de morbidade e mortalidade	10,64	13,66	14,29	13,34
- Acidentes de transporte	2,83	4,55	3,40	3,35
- Agressões	1,34	4,32	5,72	5,66
- Todas as outras causas externas	6,46	4,79	5,17	4,33
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus, <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/oblse.def>>, acesso em 05/05/2009.

A violência urbana (contemplando agressões como assassinatos e latrocínios) cresceu muito entre 1980 e 2005. Passou de 1,34%, em 1980, para 4,32%, em 1991. Lógico que este processo tem razão na dinâmica demográfica e urbana, mas sua explicação reside, sobretudo, na miséria de parte de sua população alijada do acesso à renda e à cidadania. Continuado o processo de exclusão social e de concentração da renda e do patrimônio na década de 1990, a violência urbana passaria a representar 5,72%, em 2000, diminuindo levemente para 5,66%, em 2005.

Outras causas como as doenças do aparelho circulatório, as neoplasias, as doenças do aparelho respiratório e as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, também respondem por grande porcentual. Estas causas exigem a oferta de estabelecimentos de saúde e de leitos para atender ao seu aumento da demanda, o que nem sempre acontece. Seja por conta da deficiente rede pública ou por causa da mercantilização da saúde, que exclui a maior parte da sua população, mas também por sua sobrecarga decorrente de sua demanda ser de caráter estadual e interestadual (Bahia e Alagoas).

Aracaju, em 1981, ostentava a oferta de 1.808 leitos hospitalares de toda a rede pública e privada em Sergipe, concentrando os serviços médicos hospitalares. Em relação à sua MRH representava 91% (Tabela 3.22). Enquanto em Sergipe era ofertado um leito para 343 pessoas, Aracaju possuía um leito para 162 habitantes (na sua MRH era um para 170).

Em 1990, a oferta de leitos públicos diminuiu bastante (46%), enquanto os do setor privado aumentaram 58%. No geral a oferta total disponibilizada aumentou 29%, passando para 2.340 leitos. Esse movimento de precarização da saúde pública e mercantilização do seu acesso também ocorreu no espaço estadual, com a redução da oferta de leitos públicos e o aumento dos leitos da rede privada. Já a concentração do setor de saúde em Aracaju foi intensificada em termos do número de leitos, passando a representar 63% do total estadual e 92% do total da sua MRH.

Com a proposta de descentralização dos recursos e das funções da área de saúde promulgadas pela Constituição de 1988, investimentos foram feitos em novos leitos públicos, passando Aracaju a contar com 360, em 1999, e 699, em 2005. Apesar disto, o total de leitos diminuiu para 2.002, em 1999, e 1.884, em 2005. Assim, um leito, em 1999, estava disponibilizado para 230 pessoas na capital, para 291 na sua MRH e para 453 habitantes no âmbito estadual. Contudo, Aracaju ainda concentrava este serviço em Sergipe, com 50% dos leitos totais das redes pública e privada.

Apesar dos dados da Tabela 3.22 indicarem grande presença de estabelecimentos públicos e privados de saúde no interior de Sergipe, porém a precariedade dos serviços e a falta de materiais, equipamentos e médicos especializados tornam por demais insuficientes os atendimentos ali prestados. Ao mesmo tempo, Aracaju, ao concentrar principalmente a rede clínica, hospitalar e laboratorial e os recursos humanos (médicos, enfermeiros e técnicos) especializados, acaba atraindo a demanda pelos serviços de saúde não somente da

população dos demais municípios sergipanos, mas também de municípios fronteiriços baianos e alagoanos.

Tabela 3.22
Sergipe
Número de estabelecimentos de saúde e de leitos na rede pública e particular: 1981-2005

Ano	Estabelecimentos públicos					Estabelecimentos privados					Total de estabelecimentos
	PS	CS	POL/ PAM	Hospitais	Outros*	PS	CS	POL/ PAM	Hospitais	Outros*	
1981Aracaju	1	13	7	6	1	-	-	6	9	-	43
MRH Aracaju	5	14	7	7	1	-	-	6	10	-	50
Sergipe	44	65	61	9	3	1	-	14	48	-	245
1985Aracaju	1	31	12	5	-	-	4	13	13	1	80
MRH Aracaju	1	36	13	6	-	-	4	15	14	1	90
Sergipe	96	188	23	15	4	-	13	1	70	50	461
1990Aracaju	-	36	10	4	-	-	3	16	14	-	83
MRH Aracaju	-	47	10	5	1	-	3	18	15	-	99
Sergipe	139	220	29	13	3	12	13	64	40	-	533
2000Aracaju	7	46	2	2	17	1	-	-	4	6	85
MRH Aracaju	22	55	2	2	23	3	-	-	5	6	118
Sergipe	288	137	2	11	104	5	1	-	13	19	580
2005Aracaju	-	44	-	3	22	-	-	46	3	57	175
MRH Aracaju	2	46	4	3	68	-	-	53	5	66	247
Sergipe	146	80	8	12	420	-	-	90	20	115	891

Número de leitos existentes nos estabelecimentos de saúde							
Ano	Público	Privado**	Total	Ano	Público	Privado**	Total
1981Aracaju	495	1.313	1.808	1999Aracaju	360	1.642	2.002
MRH Aracaju	616	1.373	1.989	MRH Aracaju	612	1.706	2.318
Sergipe	713	2.610	3.323	Sergipe	996	2.936	3.932
1985Aracaju	240	1.904	2.144	2005Aracaju	699	1.185	1.884
MRH Aracaju	360	1.953	2.313	MRH Aracaju	nd	nd	
Sergipe	802	2.691	3.493	Sergipe	nd	nd	
1990Aracaju	265	2.075	2.340				
MRH Aracaju	385	2.145	2.530				
Sergipe	664	3.070	3.734				

Fonte: Ministério da Saúde (1981, 1985 e 1990 para estabelecimentos de saúde e número de leitos), in <www.datasus.gov.br>; Seplan-SE, Anuário Estatístico de Sergipe (2000 e 2005) para estabelecimentos de Saúde; e PMA/SMS (2005, número de leitos), in <www.aracaju.gov.se.br/planejamento>.

* Engloba unidades mistas de saúde, maternidades, laboratórios, gabinete odontológico, unidades móveis e associações.

** Inclui os das instituições filantrópicas, de caráter privado.

Enquanto isto, os outros três municípios da MRH de Aracaju que representavam, em 2000, 32% da população, pouco contribuíam para ajudar a desafogar os serviços de saúde da sua cidade sede, ofertando apenas 14% dos leitos (em 1999).

Este fluxo migratório pendular por saúde acaba sobrecarregando o já deficiente serviço público de saúde de Aracaju, porém ajuda a movimentar outros serviços, como

farmácias, lanchonetes, padarias, transportes e até mesmo o setor imobiliário (com o aluguel de casa para as prefeituras municipais manterem centros de apoio).

Se os indicadores de saúde, apesar de Aracaju possuir a melhor oferta de serviços no âmbito estadual sergipano, apresentavam deficiências, também no setor educacional as condições são muito favoráveis em relação ao restante do estado, porém ainda apresenta problemas.

Com uma rede de ensino completa verticalmente, do pré-escolar ao ensino superior⁴⁶, consegue atrair quantidades relevantes de estudantes de vários municípios do estado e de alguns municípios de outros estados vizinhos, principalmente da Bahia.

Contudo, como indicador da deficiência educacional ainda presente, Aracaju contava, em 1991, com 12% de analfabetos (14% na sua MRH e cerca de 32% no estado). No ano de 2000, houve ligeira redução em Aracaju (9,5%) e também na MRH (11,25%) e no estado (23,5%). Embora os números para Aracaju (Tabela 3.23) possam parecer baixos, porém, em termos absolutos, eram, em 2000, mais de 40 mil pessoas sem instrução, criando barreiras para o seu próprio desenvolvimento humano e para a sua inserção no mercado de trabalho e no acesso a uma renda melhor.

Tabela 3.23
Aracaju
Número de estabelecimentos de ensino e matrícula inicial

Nível	Estabelecimento						Matrícula					
	1970	1980	1990	1995	2001	2005	1970	1980	1990	1995	2001	2005
Pré-Escolar												
Pública	Nd	27	93	70	141	127	nd	5.539	10.534	10.274	12.357	10.651
Particular	nd	68	85	102	98	89	nd	6.662	12.418	9.637	5.725	5.681
Total		95	178	172	239	216		12.201	22.952	19.911	18.082	16.332
Ensino Fundamental												
Pública	70	80	111	95	133	138	16.567	54.903	74.172	79.305	73.448	62.458
Particular	69	79	75	94	81	66	8.612	17.968	28.748	26.584	19.060	16.843
Total	139	159	186	189	214	204	25.179	72.871	102.920	105.889	92.508	79.301
Ensino Médio												
Pública	Nd	8	19	22	23	27	nd	10.223	11.551	15.918	23.510	23.805
Particular	Nd	13	14	26	29	40	nd	5.352	6.624	6.693	7.317	7.601
Total		21	33	48	52	67		15.575	18.175	22.611	30.827	31.406

Fonte: Seplan - SE, Anuário Estatístico de Sergipe (1970, 1980, 1992 e 1996); Seplan - Prefeitura Municipal de Aracaju, 2001 e 2005, in <www.aracaju.gov.se/planejamento>.

⁴⁶ Até o ano 2000 somente Aracaju possuía ensino superior, quando, então, foi criada a primeira unidade de ensino no município de Estância.

Em 1980, Aracaju possuía 95 estabelecimentos atendendo o ensino pré-escolar (sendo apenas 28% pertencente ao setor público). Na década de 80, com a promulgação da nova Constituição houve a municipalização do ensino pré-escolar e fundamental, e também houve o incentivo para a participação dos municípios em programas de parcerias e convênios com os estados para as construções escolares, a merenda escolar e o transporte de alunos. Com isto, em 1990, a oferta quase que dobraria (178 estabelecimentos), com a rede pública crescendo bastante e respondendo por mais de 50% dos estabelecimentos pré-escolares. Em 2005, a rede pública ampliaria ainda mais a oferta daquelas unidades escolares, para 127 (58% do total), enquanto a rede privada apresenta tendência de redução de sua oferta.

Em termos de matrículas ocorreria processo parecido, com as matrículas públicas passando de 45% do total, em 1980, para 65%, em 2000. Porém, as matrículas no pré-escolar da rede aracajuana de ensino apresentam tendência declinante desde 1990, fato que pode ser respondido pela hipótese de queda do seu crescimento populacional e pela ampliação dessa mesma rede de ensino nos demais municípios integrantes de sua MRH.

No ensino fundamental (antigo primeiro grau) a oferta total de estabelecimentos foi crescente até 2001 (crescera 54% desde 1970), havendo ligeiro recuo em 2005, como resultado, provável, da sua municipalização. O setor público, que ofertara 50% dos estabelecimentos, em 1970, passa, em 2005, a ser responsável por 68%.

O número de alunos matriculados, que experimentara crescimento de mais de 320%, entre 1970 e 1995, a partir deste último ano cairia 25% até 2005. As matrículas realizadas na rede pública, que, em 1970, representavam maior participação (66%), seriam ampliadas ainda mais em 2005, passando a 79% do total. Além da municipalização do ensino fundamental estabelecido pelas mudanças constitucionais, outros fatores contribuiriam para a sua maior universalização, como foram os casos da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da Lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O ensino médio (antigo segundo grau), que congrega também as escolas técnicas e outros cursos, teve o número de estabelecimentos aumentado cerca de 219% entre 1980 (21) e 2005 (67). Esta melhora quantitativa ocorreu tanto na rede pública (de 8 para 27) como na rede privada (de 13 para 40).

Em que pese o predomínio da rede privada no quantitativo dos estabelecimentos, é a rede pública a principal responsável pelo número de matrículas, 66%, em 1980, e 76%, em 2005. Sua ampliação foi de mais de 130% naquele período, enquanto sua população aumentou 57% (entre 1980 e 2000). Ou seja, como o ensino médio é estadualizado (com investimentos insuficientes do governo estadual na sua interiorização⁴⁷) e a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes ao nível do antigo segundo grau, Aracaju acaba atraindo estudantes de outros municípios. Estes vislumbram não apenas o acesso à matrícula no ensino médio, mas também a melhor qualidade do ensino e a maior e melhor preparação para o vestibular como forma de ingresso no ensino superior.

Aracaju conseguiu ao longo do processo de integração produtiva e de desconcentração produtiva regional se inserir socialmente de forma positiva tanto em termos regional como nacional (Tabela 3.24).

Tabela 3.24
Aracaju
Índice de Desenvolvimento Humano: 1970-2000

	1970					1991				
	Brasil	Sergipe	Aracaju	Aracaju/SE	Aracaju/BR	Brasil	Sergipe	Aracaju	Aracaju/SE	Aracaju/BR
Geral	0,462	0,303	0,466	154	101	0,696	0,597	0,734	123	105
Educação	0,501	0,339	0,556	164	111	0,745	0,630	0,832	132	112
Longevidade	0,440	0,368	0,368	99	83	0,662	0,580	0,666	115	101
Renda	0,444	0,201	0,477	237	107	0,681	0,582	0,703	121	103
	1980					2000				
	Brasil	Sergipe	Aracaju	Aracaju/SE	Aracaju/BR	Brasil	Sergipe	Aracaju	Aracaju/SE	Aracaju/BR
Geral	0,685	0,477	0,710	149	104	0,766	0,682	0,794	116	104
Educação	0,577	0,405	0,642	159	111	0,849	0,771	0,901	117	106
Longevidade	0,531	0,481	0,481	112	101	0,727	0,651	0,729	112	100
Renda	0,947	0,544	0,950	175	100	0,732	0,624	0,752	121	104

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano *apud* Ipeadata, <www.ipeadata.gov.br>.

Como os indicadores do índice de desenvolvimento humano mostram, seu desempenho tem sido no geral bastante superior à média sergipana e brasileira. Contudo, apesar do seu reconhecimento a nível nacional como detentora de boas condições de vida, o próprio executivo municipal reconhece a presença de sérias deficiências sociais que

⁴⁷ Em 2000, embora Aracaju respondesse por apenas 28% do total de estabelecimentos do estado (82% da MRH), e por 18% da rede pública (66% da MRH) e 50% da rede privada (100% da MRH), no quesito número de matrículas participava com 45% do total estadual (88% da MRH), 42% da rede pública (86% da MRH) e 67% da rede privada (100% da MRH), segundo o Anuário Estatístico de Sergipe de 2000.

precisam ser combatidas, como é o caso da incidência de pobreza de 27,45% de sua população, em 2003, e a questão da habitação.

Os problemas habitacionais identificaram grande déficit. Em 2001, Aracaju possuía mais de 23 mil domicílios familiares com algum tipo de deficiência: situados em área de risco (1.056), situados em área de preservação ambiental ou pública (3.186), construídos em sucata ou taipa necessitando ser removidos (89), famílias locatárias de quartos de vila recebendo até três salários mínimos (3.110), famílias que residem num mesmo domicílio com outra família denominada principal (5.930) e domicílios construídos em alvenaria ou taipa que necessitam de melhorias urbanas (10.380).

Esforços neste sentido já são efetuados desde 2001, com a implantação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) em convênio com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal para a construção de moradias populares (casas e apartamentos), para a população de baixa renda, tendo entregado cerca de 6.700 moradias. Além de sua importância como política habitacional, sua lógica de localização tem se mostrado mais coerente com o que se espera de sua construção. São construídas em todas as áreas residenciais da cidade e próximos de toda a infra-estrutura urbana necessária já existente, desconstruindo os princípios da política de habitação de construção dos tradicionais conjuntos habitacionais somente em áreas próximas à periferia e desprovidas de equipamentos urbanos e de infra-estrutura.

A adoção de outras políticas sociais para a inclusão social de sua população marginalizada, por sua vez, esbarra na realidade fiscal e orçamentária do executivo municipal. E esta realidade fiscal e financeira municipal esbarra não apenas nas suas próprias dificuldades, como também na busca do chamado equilíbrio fiscal das finanças públicas implementadas pela política macroeconômica brasileira e pelas mudanças federativas ocorridas a partir dos anos 80.

3.6. O comportamento fiscal e orçamentário

As finanças municipais têm passado por mudanças ao longo das últimas décadas no Brasil como resultado de fatores federativos e da política fiscal do governo federal.

A análise das receitas orçamentárias municipais de Aracaju (Tabela 3.25) indica grande inflexão na sua composição entre receitas correntes e receitas de capital após 1986.

Com a descentralização da receita tributária, propiciada pela Constituição de 1988, Aracaju passou a depender praticamente das receitas correntes.

As receitas próprias (as tributárias, como ISS e IPTU) mostram crescimento expressivo após os anos 80, atingindo o pico de 30%, em 1995. Com o fraco desempenho da economia brasileira, durante o restante da década de 1990 e no início da seguinte, a arrecadação própria de tributos em Aracaju diminuiu em relação à receita total. Diante das exigências fiscais legais e efetivas (decorrente do seu crescimento populacional) para a ampliação da oferta de serviços, esta queda torna-se preocupante, pois o orçamento municipal perde parte de sua autonomia e fica vinculado, em grande parte, às transferências correntes.

Tabela 3.25
Aracaju
Receitas orçamentárias*: 1986-2005

	1986	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005
RECEITA TOTAL (1+2) - (3)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1 – Receitas Correntes	83,52	98,47	99,50	95,62	99,29	104,77	101,98	100,76	99,96
1.1 – Receitas Tributárias	14,23	20,17	30,13	27,94	27,85	25,02	22,11	23,85	23,40
1.1.1 – ISS	0,00	0,00	0,00	12,22	13,16	11,78	10,69	11,26	11,76
1.1.2 – IPTU	0,00	0,00	0,00	9,21	9,26	7,47	6,42	6,40	6,08
1.1.3 – Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	6,51	5,43	5,78	5,00	6,19	5,56
1.2 – Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	5,47	5,65	6,85	2,87	3,28	3,45
1.3 – Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,23	1,21	1,39	1,96	0,90	1,17
1.4 – Transferências Correntes	52,17	70,92	61,05	41,01	47,51	48,65	68,87	67,02	67,89
1.4.1 – Transf. Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	41,01	45,18	47,05	68,15	63,61	65,22
1.4.1.1 – FPM	31,86	41,04	22,59	20,23	22,44	22,50	21,08	16,00	17,89
1.4.1.2 – ICMS	0,00	0,00	0,00	14,81	16,50	15,45	13,48	14,24	13,43
1.4.1.3 – IPVA	0,00	0,00	0,00	2,44	2,68	2,25	2,03	2,41	2,37
1.4.1.4 – Outras	0,00	0,00	0,00	3,54	3,55	6,86	31,56	30,96	31,54
1.4.2 – Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	2,34	1,60	0,72	3,42	2,66
1.5 – Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	15,19	17,07	22,86	6,18	5,70	4,05
2 – Receitas de Capital	16,48	1,53	0,50	4,38	0,71	0,92	3,23	3,80	4,77
2.1 – Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	0,48	0,36
2.2 – Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,02	0,01
2.3 – Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	4,37	0,71	0,92	2,88	3,30	4,40
2.4 – Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Dedução FUNDEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,69	5,21	4,56	4,72

Fonte: STN/Ministério da Fazenda, 1986-2000, e SEFIN/PMA, 2001-2005.

* Para os anos de 1986, 1990 e 1995 as rubricas com 0,00 ou não estavam disponíveis ou não existiam à época.

As transferências correntes, de recursos constitucionais e legais por parte dos governos federal e estadual, são os mais representativos na composição das receitas orçamentárias de Aracaju.

Após ter caído na passagem da década de 1990 para a de 2000, por conta do fraco desempenho das atividades econômicas e pelo governo federal ter criado formas de aumento de sua receita sem a contrapartida do seu partilhamento com os estados e municípios, a partir de 2003 houve forte recuperação. Esta ocorreu pelo aumento das receitas oriundas da rubrica outras transferências intergovernamentais (como, por exemplo, os recursos obrigatórios do SUS, os associados ao Fundef/Fundeb, os *royalties* da extração do petróleo e, talvez, a convergência político partidária entre o executivo municipal e federal).

Como as receitas de capital dependem de repasses federais e estaduais para os municípios por meio de acordos e negociações, seu fluxo, como em geral ocorreu no país, foi drasticamente reduzido nos anos 90, por conta da deterioração fiscal federal e estadual, dos problemas das dívidas públicas e pela reação das esferas federal e estadual ao aumento dos repasses constitucionais aos municípios.

A composição das receitas tributárias torna preocupante sua execução por conta da grande vinculação aos repasses por parte de outras esferas de governo, porém garante, pelo menos legalmente, a aplicação daqueles recursos em serviços sociais essenciais como educação e saúde. Mas, com o processo de metropolização, Aracaju acaba atendendo a demanda da população de outros municípios por aqueles serviços, resultando em insuficiência e precariedade no atendimento (principalmente na área de saúde), sem qualquer tipo de compensação financeira.

A análise da composição das despesas (Tabelas 3.26 e 3.27) orçamentárias mostra as limitações de Aracaju em realizar investimentos básicos à sua população. Nos dois primeiros anos da série de dados, as despesas correntes chegaram a um máximo de 75% de participação nas despesas totais, permitindo a realização de investimentos como demonstra a rubrica despesa de capital. Deve ser observado que até este momento a chamada “operação desmonte” não tinha sido efetivada, com o governo federal delegando atribuições para os municípios como forma de compensação pela perda de receitas.

Nos anos 90 as despesas de custeio da máquina pública municipal se elevaram, atingindo mais de 95%, em 2003. Estas despesas encontram-se “engessadas”, com as despesas de pessoal representando na média cerca de 50%, como consequência da municipalização da saúde e da educação, pela sindicalização do funcionário público após

1988 e, na rubrica outros, houve aumento considerável das despesas com terceirização de mão-de-obra. Da mesma forma, a rubrica outras despesas correntes tem participação muito elevada, próxima dos 40%.

Tabela 3.26
Aracaju
Distribuição relativa (%) do total (100) das despesas orçamentárias por função: 1986-2005

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Legislativa	9,55	7,55	5,35	9,05	8,88	7,52	4,32	6,86	5,94	7,10	6,03	5,62	3,92	4,62	3,99	3,99
Judiciária	0,50	1,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,60	0,00	0,00	0,00
Administração	20,98	20,86	14,29	19,73	26,85	31,88	38,99	32,08	42,97	45,31	22,52	19,84	11,29	12,41	10,57	8,55
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,92	3,08	3,12	3,01
Previdência Social	7,40	8,16	7,74	11,25	13,89	7,03	3,59	3,13	2,48	1,48	8,08	11,78	7,81	7,53	7,80	7,60
Saúde	6,80	22,52	34,06	15,75	10,34	14,69	5,96	6,95	7,39	7,25	11,53	15,99	22,67	28,42	32,26	31,95
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,60	0,65	0,50	0,50
Educação	17,26	19,13	13,18	24,50	21,10	21,32	17,64	26,54	27,21	20,81	26,05	22,43	17,84	18,01	16,64	16,55
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,52	1,43	1,21	1,44
Urbanismo	34,11	17,79	22,42	18,96	18,95	17,15	29,42	24,36	13,99	18,05	21,15	20,00	20,56	18,78	12,84	16,54
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,99	0,46	0,96	5,43
Saneamento Gestão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,37	0,00	0,01	0,01
Ambiental Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,99	0,00
Indústria Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,38	0,33	0,24
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Desporto e Lazer	3,39	2,87	2,95	0,76	0,00	0,41	0,06	0,07	0,01	0,00	3,96	3,49	2,39	2,12	0,00	2,40
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,48	2,09	1,66	1,72
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,69	0,86	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: STN/Ministério da Fazenda, <www.tesouro.fazenda.gov.br>.

As despesas com habitação mostram-se discretas e oscilando muito nos anos com dados disponíveis, que, como visto anteriormente, em Aracaju deveria atender milhares de famílias que residem em condições impróprias.

Desta forma, poucos recursos sobram para a realização de investimentos, comprometendo a oferta de serviços sociais básicos para atender, de forma satisfatória, a demanda da população. Mesmo com Aracaju mostrando pouca despesa com os serviços da

sua dívida, seus recursos são insuficientes para atender à descentralização dos serviços sociais pretendida pela Constituição de 1988 e pelas mudanças federativas ocorridas.

Tabela 3.27
Aracaju
Despesas orçamentárias*: 1986-2005

	1986	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005
DESPESA TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1-Despesas Correntes	67,63	75,91	86,59	94,03	94,45	94,49	95,23	92,84	89,40
1.1- Pessoal e Encargos	43,18	48,76	39,09	53,59	58,95	56,14	51,74	51,94	48,45
1.1.1- Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	0,00	0,00	31,39	35,33	30,35	28,21	30,97	31,13
1.1.2- Obrigações Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,11	0,59	0,73	1,03	1,03	1,50
1.1.3- Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00	0,00	9,99	9,71	8,05	7,34	7,57	7,25
1.1.4- Pensões	0,00	0,00	0,00	0,60	0,65	0,72	0,76	0,78	0,77
1.1.5- Outros	0,00	0,00	0,00	11,49	12,67	16,29	14,40	11,59	7,79
1.2- Juros e Encargos da Dívida Interna	3,11	2,35	3,35	2,79	2,12	1,63	1,36	1,18	1,01
1.3- Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	37,65	33,38	36,72	42,13	39,71	39,94
2-Despesas de Capital	32,37	24,09	13,41	5,97	5,55	5,51	4,77	7,16	10,60
2.1- Investimentos	29,56	20,75	8,07	5,37	5,04	5,08	4,29	6,52	10,25
2.2- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,22	0,18	0,16	0,25	0,44	0,16
2.3- Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,38	0,32	0,27	0,23	0,20	0,18

Fonte: STN/Ministério da Fazenda, 1986-2000, e SEFIN/PMA, 2001-2005.

* Para os anos de 1986, 1990 e 1995 as rubricas com 0,00 ou não estavam disponíveis ou não existiam à época.

3.7. Conclusões

A urbanização de Aracaju, ao longo do período analisado (1970-2005), acompanhou as mudanças na economia sergipana. Esta urbanização foi acelerada no período analisado, favorecida que foi pela política de desenvolvimento regional desenvolvida pelo Estado.

Da mesma forma que foi beneficiada pelas políticas de Estado, seus problemas também emergiram pela sua ausência. Assim foi na década de 1970, com as políticas sociais subalternas à política econômica para construir o Brasil “potência”. Na década de 1980, com a crise da dívida, os investimentos públicos foram escasseando e a questão social nas cidades foi se deteriorando. Entrada a década de 1990, as políticas de cunho neoliberal solaparam qualquer perspectiva de redenção das políticas sociais que a Constituição de 1988 proporcionara. Ou seja, a descentralização das receitas tributárias juntamente com os encargos sociais para estados e municípios não foi capaz de contrabalançar a busca do chamado equilíbrio fiscal das contas públicas.

Em Aracaju tal quadro não foi diferente. Apesar de apresentar alguns indicadores sociais acima da média regional e estadual, seus problemas sociais ainda são muitos. E não serão políticas de desenvolvimento local ou a guerra fiscal que permitirão a realização de investimentos sociais. É preciso a retomada das políticas de desenvolvimento nacional e regional, decididas e coordenadas federalmente.

A capacidade centralizadora de Aracaju das atividades econômicas ligadas ao setor terciário no estado de Sergipe é bem evidente, quer seja analisado sob a ótica do PIB (renda), do emprego e do número de estabelecimentos.

Esta centralidade é muito determinada por Aracaju ser a única cidade de Sergipe capaz de ofertar maiores externalidades atraentes para a localização de atividades ligadas ao terciário, ou seja, é como se ‘condições naturais’ para a existência de certos ramos do comércio e dos serviços só nela encontrassem condições para se desenvolver. Este é o caso, por exemplo, do varejo moderno, do setor imobiliário e dos serviços técnicos profissionais e tantos outros.

Externalidades que surgem em função do tamanho do seu mercado consumidor, da massa de renda representada por esse mercado, da sua condição de capital estadual responsável pela presença de atividades administrativas únicas no estado, de ser a maior e mais atrativa das três cidades litorâneas de Sergipe o que ajuda aos investimentos do setor de turismo aí se concentrarem e se desenvolverem, da tendência de interiorização da atividade industrial no território sergipano, da política macroeconômica nacional das últimas décadas pouco voltada para a produção, o emprego e a renda, da ausência de políticas regionais estruturantes dos elos das várias cadeias produtivas regionais brasileiras, de investimentos em infra-estrutura que possam induzir o setor privado a investir produtivamente e do ‘modelo de desenvolvimento’ adotado pelas unidades federativas baseado na “guerra fiscal”.

Porém, algumas questões sobre o discutível papel do setor terciário como indutor do desenvolvimento econômico devem ser levantadas. Concordamos com Walker (*apud* Meirelles, 2003: 90), quando este “*atribui a importância secundária do setor de serviços na dinâmica econômica, ao fato de que os serviços são atividades intangíveis e, portanto, dependentes da produção de bens e de produtos concretos para a sua existência e*

reprodução. Nesse sentido, são atividades de “trabalho indireto”, seu processo de valorização dependendo do processo de valorização industrial”.

Outra visão que refuta a capacidade do setor de serviços como indutor do desenvolvimento econômico é a abordagem neoschumpeteriana. Chamando a atenção para a importância das externalidades sobre as estratégias inovativas das empresas, Kon (2001: 6) ressalta a relevância da infra-estrutura de ciência e tecnologia (representados pelo conhecimento e especialização) em gerar externalidades que permitem a interdependência entre setores, e definem a capacidade de incorporação do progresso tecnológico pelas empresas e promovem a competitividade sistêmica. Nesta perspectiva, ocorre um processo de expansão e adensamento das relações intersetoriais, e é através destas interações que ocorre o avanço tecnológico e, conseqüentemente, o crescimento econômico em todos os setores. Cabe à indústria, neste processo, conduta central porque é *“através do controle do processo produtivo que se garante a geração contínua de inovações”* (Meirelles, 2003: 97).

Além de que, no próprio sistema capitalista de produção seu processo de desenvolvimento busca criar novos valores e adicionar valores aos pré-existentes. Assim, os setores econômicos tendem a atuar de forma imbricada criando valores adicionados, reforçando simultaneamente todas as atividades⁴⁸.

Fica clara, portanto, a dimensão do limite do setor terciário quanto à sua capacidade em dinamizar a economia. Mas, apesar disto, sua importância e o seu grau de atração tem sido cada vez maior, como foi visto sob a análise do emprego e do número de estabelecimento em Aracaju. Esta análise carrega em si contradições aparentes. Entre estas se encontram o aumento da participação do setor terciário na atividade ocupacional acompanhada, porém, do crescimento na geração de renda em proporção menor, quando comparado ao setor industrial, se deve às diferenças salariais favoráveis ao último.

O emprego no setor terciário apresentou as maiores taxas de crescimento ao longo do período analisado, graças ao processo de urbanização de Aracaju e de seu entorno, à incapacidade da indústria em gerar empregos suficientes para atender à mão-de-obra urbana

⁴⁸ Cano (1992: 86-7) exemplifica com “as implicações decorrentes do desenvolvimento e mecanização da agricultura mercantil sobre a oferta de serviços comerciais, distributivos, financeiros, técnicos, etc. Aquelas decorrentes da interação técnica e econômica entre agricultura e industrial (...) das quais derivam novas exigências terciárias. As decorrentes, *stricto sensu*, do processo de industrialização que não apenas impõe uma diversificada expansão de serviços que parecem atender às necessidades da população, mas que, em essência, são requerimentos daquela base produtiva”.

crecente, à baixa dinâmica econômica dos anos 80 em diante, empurrando trabalhadores desempregados para o setor informal da economia, diminuindo o emprego formal resultante da reestruturação produtiva e, ainda, à terceirização de atividades. O avanço da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho impactou diretamente sobre o terciário.

O emprego industrial, após crescer na década de 1970, acompanhando o ritmo da dinâmica da atividade econômica, e, em menor intensidade, na de 80, regrediu durante a década de 1990 em Aracaju, embora na sua MRH tenha crescido. A integração produtiva nacional e a desconcentração produtiva regional, até a década de 1980, favoreceram a localização industrial em Aracaju. Mas seu intenso processo de urbanização promovendo o surgimento de deseconomias de aglomeração favoreceu a realocação e a localização de plantas industriais no interior sergipano. Além disso, o poder local (guerra fiscal) ao atrair novas empresas industriais tem favorecido sua localização fora de Aracaju, em sua grande maioria de atividades tradicionais ligadas ao setor de bens de consumo não duráveis que continuam trabalho-intensivas.

A deterioração das condições do mercado de trabalho foi ampliada com a adoção de políticas neoliberais no Brasil a partir do início de 1990, resultando numa redução da rede de proteção social ao trabalho. Isto tem deteriorado de forma crescente a estrutura ocupacional.

Esta heterogeneidade na geração de emprego setorial em Aracaju tem permanecido, apesar da maior capacidade do comércio e dos serviços em absorver mão-de-obra ter se arrefecido nos últimos anos. Entre 1970 e 1980 a taxa média de crescimento anual do emprego total em Aracaju foi de 6,86% (MRH de Aracaju foi de 6,89%), da indústria foi 6,86% e do terciário 7,1%. No período censitário seguinte (1991-1980), enquanto a taxa de crescimento do emprego total em Aracaju cresceu 4,15% (e 5,28% na sua MRH), na indústria foi de apenas 1,61% e no terciário de 5%. Já no último período analisado, entre 1991 e 2000, enquanto o emprego total avançou 1,15% (na MRH de Aracaju 2,4%), na indústria regrediu 1,07% e no terciário, em ritmo muito mais lento que nos períodos anteriores, cresceu apenas 1,52%.

Os dados acima sobre o emprego em Aracaju e sua MRH dão uma clara idéia da sua subalterna dinâmica econômica à do país. Mas mais do que isso, mesmo levando em conta suas especificidades, sua análise requereu a associação com o desempenho da economia (e

a demografia) nacional, afinal seu arranjo social e espacial não destoava muito do restante do país, pois seus processos de urbanização, de acumulação de capital e de formação social são os mesmos.

Como visto, o movimento dinâmico de Aracaju (e de sua MRH) esteve atrelado às decisões tomadas pelo Estado, seja como parte integrante do processo de integração produtiva nacional ou do processo de desconcentração produtiva regional. Este, que em Sergipe esteve concentrado, garantiu investimentos industriais em sua Capital nas décadas de 1970 e 1980.

Estes investimentos, sobretudo em setores produtivos de bens de consumo final tradicionais, estiveram comandados pelo capital incentivado, sobretudo, o de origem nacional e, marginalmente, o internacional e o regional. Contudo, se ao capital local, de origem mercantil e agrária, sobraram pouquíssimos espaços no seu processo de industrialização, as atividades urbanas dos serviços e do comércio foram seu nicho encontrado no processo de acumulação de capital. Além do que, esta mutação ocorreu com as estruturas políticas e sociais locais praticamente estáticas.

Os capitais locais em mutação assim conseguiram manter-se mesmo diante das transformações sofridas pela economia de Sergipe com a perda da hegemonia agropecuária e as mudanças e inserção de sua indústria, dado seu caráter complementar, ao movimento dinâmico econômico nacional e regional. Alguns setores alojaram o antigo capital mercantil, muitas vezes com o aval da esfera pública, como os serviços de comunicação e de transporte, outros acompanhando os espaços demandados pelo seu processo de urbanização, como os setores de varejo mais modernos, comércio em geral e serviços complementares às atividades industriais, e outros da soma daqueles dois, como foi o caso da construção civil (e de sua cadeia produtiva).

Entrada a década de 1990, Aracaju consolidara seu processo de urbanização mas em ambiente econômico hostil para uma estrutura econômica e política de baixa expressão nacional e regional. Sua debilidade econômica no novo ambiente de mudança do modelo de desenvolvimento econômico tornava-a indefesa em ambiente de políticas neoliberais. Afinal, queira ou não, seu melhor desempenho em termos de estrutura econômico acabara de ser realizado com o aval das políticas de desenvolvimento nacional e regional planejadas pelo Estado, seja em infra-estrutura, na produção de bens intermediários através da

indústria extrativa mineral, ou através da política de incentivos da Sudene à indústria leve. Mesmo que a desconcentração produtiva tenha sido seletiva, Sergipe e Aracaju conseguiram atrair investimentos que mudaram o seu perfil industrial e econômico.

A opção pelo mercado como coordenador do desenvolvimento e a desfiguração dos aparelhos de Estado, tornaram vulnerável a economia brasileira. Incertezas macroeconômicas e microeconômicas desestruturaram as economias regionais, criando um ambiente de retração dos investimentos produtivos e altos ganhos financeiros. Na ausência do processo decisório do Estado, a política predatória da competição entre as esferas públicas locais se instalou. A guerra fiscal “premiava” estados com investimentos, mas ao alto custo das finanças públicas.

Esta fragmentação no sistema de política de desenvolvimento regional pouco efeito trouxe para Aracaju, embora sua MRH tenha sido contemplada com novas unidades industriais ligadas aos setores tradicionais da indústria de bens de consumo não duráveis. Na verdade, a maioria dos investimentos realizados em Sergipe, que são de capitais nacionais, atraídos pela guerra fiscal foram naquela indústria, tornando-a ainda mais dominante.

A recente interiorização da indústria em Sergipe mesmo que desenvolva algum nexos causal com a dinâmica econômica de Aracaju, impõe incerteza, dúvida e insegurança sobre sua durabilidade.

Ao mesmo tempo, o predomínio das atividades terciárias não assegura qualquer horizonte de crescimento regular e duradouro, dadas suas limitações enquanto indutoras do desenvolvimento. Além disso, políticas públicas para ele não fazem parte da agenda econômica.

Assim, a dinâmica desta região periférica e pobre fica comprometida e pouco pode ser feito pela esfera pública municipal, refém que é dos recursos repassados pela esfera federal. Em seu processo de “expansão territorial metropolitana” seguro e certo tem sido seu processo de disparidades econômicas e de polarização social, com crescente exclusão, marginalização e violência urbana.

CONCLUSÕES

A análise da dinâmica urbana de Aracaju e de sua inserção no estudo dos desequilíbrios econômicos regionais no Brasil permitiu, ao longo dos capítulos deste trabalho, a apresentação de várias conclusões específicas e outras mais gerais. Essas estiveram sempre pautadas pelo padrão de acumulação de capital, pelo papel desempenhado pelo Estado na regulação e ordenamento da política de desenvolvimento econômico e regional e pelas condições objetivas expressa pelas taxas de crescimento econômico vigente em cada período de tempo analisado.

O processo de integração do mercado nacional e as políticas de desenvolvimento regional, vigentes até a virada da década de 1970 para a de 1980 no rastro da política nacional de desenvolvimento que dominara o país até então, reformulou a estrutura produtiva regional nordestina implantando uma “nova” indústria e deslocando o setor agropecuário de principal formador de renda e empregador para posição mais modesta. A política de incentivo fiscal ordenada pela Sudene, os investimentos em infra-estrutura e os projetos de inversão do II PND impactaram positivamente, com a região crescendo a taxas superiores à nacional. Parâmetros seletivos na decisão dos investimentos geraram assimetrias quanto à sua efetivação em termos interestaduais, relegando a segundo plano estados menores, como foi o caso de Sergipe.

Em caráter intraestadual o impacto daqueles investimentos estabeleceu a seleção de áreas específicas, como foram os casos das áreas metropolitanas e das capitais. Aracaju emerge nesse período como grande beneficiária dos investimentos realizados em Sergipe, transformando sua estrutura econômica e dinamizando sua urbanização. Sua inserção no processo de desconcentração produtiva regional não foi mais dinâmica em razão da sua pequena e limitada matriz econômica, dos investimentos realizados não criarem efeitos produtivos diretos à montante e à jusante e à incapacidade dos capitais locais em estabelecerem laços estreitos com os novos capitais produtivos.

O processo de desconcentração produtiva regional na década de 1980 continuou, mas em ritmo mais lento. A crise econômica brasileira arrefece os investimentos a taxas menores do que as vigentes nos últimos cinquenta anos. Com isto, os estados nordestinos foram menos atingidos, pois sua base industrial de bens de consumo não durável e de bens

intermediários foi menos atingida do que a de estados concentradores da indústria de bens de capital e de bens de consumo durável, como foi o caso de São Paulo.

O processo de urbanização de Aracaju no período repercutira não apenas a crise econômica nacional, posto que a dinâmica econômica diminui sua capacidade de geração de empregos e passa a impulsionar o setor informal, mas também os reflexos da seca que assolou o Nordeste no início dos anos 80 e o saldo migratório positivo entre 1980 e 1991. Ao final da década sua população era totalmente urbana e o inchaço urbano e do setor terciário se fazia presente, característica marcante das economias latino-americanas.

O desenvolvimento econômico do Brasil infletido pela crise fiscal e financeira do Estado sofreria novo impacto e mudaria seu paradigma na década de 1990, inclusive repercutindo sobre o processo de desconcentração produtiva regional. A reestruturação produtiva, a política macroeconômica da estabilização dos preços e as políticas neoliberais geraram incertezas macroeconômicas e microeconômicas arrefecendo ainda mais os investimentos produtivos e alavancaram os ganhos financeiros. O Estado intervencionista é trocado pelo Estado mínimo, relegando a política de desenvolvimento às forças de mercado e as esferas de governo passaram a ser encaradas e administradas como entes privados, estabelecendo padrões e estruturas concorrenciais em busca dos investimentos privados.

A desestruturação e fechamento de importantes elos das cadeias produtivas, mais desemprego e taxas de crescimento pífias desmistificaram o novo modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, estruturado nas assertivas da “inserção” da economia brasileira na globalização, no desmonte do aparelho produtivo estatal e na “mão invisível” do mercado. O processo de desconcentração produtiva regional capaz de reduzir as desigualdades regionais perde fôlego.

Nesta dinâmica econômica, o periférico estado de Sergipe para obter investimentos, fora os muito localizados em setores específicos, como os financiados pelo Prodetur no turismo ou da Petrobras na extração de petróleo e gás, adotou estratégias competitivas acirradas na guerra fiscal, concedendo inúmeros benefícios fiscais, creditícios, financeiros, locacionais e de infra-estrutura. Esta atomização da política de investimentos regionais conseguiu atrair investimentos ligados principalmente aos setores tradicionais da indústria, como o de alimentos, bebidas, calçados e perfumaria.

Para Aracaju, onde sua urbanização extrapolara sua capacidade física territorial e de investimentos em infra-estrutura, as deseconomias de aglomeração impuseram perdas de atratividade de investimentos industriais, resultando nos últimos anos um processo de desconcentração produtiva estadual rumo à sua Microrregião Homogênea e ao interior sergipano. Seu mercado de trabalho passara também a ser acossado pelo seu transbordamento urbano rumo às áreas limítrofes pertencentes aos municípios de sua MRH.

As atividades urbanas ligadas aos setores de serviços e de comércio, com a contribuição da indústria da construção civil, tornaram-se os principais responsáveis pela geração de renda e de oferta de trabalho, porém, à medida que o modelo neoliberal avançou, em bases trabalhistas, previdenciárias e sociais cada vez mais frágeis e incertas. A nova dinâmica econômica estabeleceu não apenas menor capacidade de geração de empregos, mas também menor rede de proteção social e de bem-estar, com a consolidação de um mercado de trabalho bastante dual, com acentuada participação da informalidade e do subemprego.

Os serviços distributivos e os serviços sociais são os principais empregadores, marcados, o primeiro, pela presença da informalidade e da subocupação, em atividades de comércio, como os ambulantes, e no setor de transporte, e, o segundo, pela forte presença do aparelho de estado e pelo avanço do setor privado em saúde e educação mercantilizadas. Os serviços pessoais, representando cerca de 20%, expressam muito bem a fragilidade do processo de urbanização e do setor de serviços, ambos caracterizados pelo seu inchaço, onde sobressaem as posições na ocupação dos empregados domésticos e dos autônomos.

As opções para mudar o quadro econômico e social da esfera local periférica são praticamente inexistentes, atrelada que é sua dinâmica econômica ao ambiente macroeconômico e das políticas públicas federais, ou seja, sua dinâmica produtiva está subalterna à forma de acumulação capitalista em moldes de liberalização econômica, e sua capacidade de adotar estratégias empreendedoras e a política da boa governança é inviável, desde que se fosse exequível enfrentaria limitações de toda ordem, mas também porque grande parte de seus problemas urbanos deve ser creditado a este próprio modelo de crescimento endógeno, em que a cidade é tratada como uma mera mercadoria pronta para ser valorizada e comercializada.

O passado histórico e a sua dependência de produção e reprodução ao modo de acumulação vigente no país, em que pesem suas próprias nuances, mostram que a economia sergipana e de sua Capital sempre estiveram, no período analisado, atreladas ao movimento econômico da Nação, mas seu quadro social foi cada vez mais fragmentado, com o aprofundamento das dualidades, à medida que o projeto de desenvolvimento nacional foi sendo relegado em favor das livres forças de mercado.

Referências bibliográficas

- ABLAS, L. A. Q., MÜLLER, A. E. G. e SMITH, R. (1985). *Dinâmica Espacial do Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo: IPE/USP.
- AFFONSO, Rui. B. A. (1995). A Federação no Brasil: impasses e perspectivas. In AFFONSO, R. B. A, SILVA, P. L. B. (Orgs.). *A Federação em Perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP.
- _____. (2003). *O federalismo e as teorias hegemônicas da economia do setor público na segunda metade do século XX: um balanço crítico*. Tese de doutorado. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas.
- ALMEIDA, E. S. (1999). Mudança institucional e estrutural na economia brasileira do início dos anos noventa. *Análise Econômica*, São Paulo, n. 31, p.157-189.
- ANP – Agência Nacional do Petróleo (2006). *Boletim mensal de produção submetido a ANP. 1970 – 2004*.
- AQUINO, Jakson A. de. (2000). *Processo decisório no governo do estado do Ceará (1995-1998): o porto e a refinaria*. Fortaleza, Pós-graduação em Sociologia/UFCE, dissertação de mestrado.
- ARAÚJO, Tânia B. de. (1997). A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 451-468, out./dez.
- _____. (2000) Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase.
- _____. (1997). O Nordeste brasileiro face à globalização: impactos iniciais, vantagens e desvantagens competitivas. In: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung (org.). *Inserção na economia global: uma reapreciação*. Centro de Estudos da Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, São Paulo, n^o 8.
- AZZONI, Carlos R. (1997). Concentração Regional e Dispersão das Rendas Per Capita Estaduais: análise a partir das séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. *Estudos Econômicos*, 27 (3) 341-393, IPE-USP, SP.
- BALTAR, Paulo E. de A. (2003a). Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo, Editora UNESP; Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP.
- _____. (2003b). *O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90*. Tese de Livre-Docência. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas.
- BARRETO, D. M. (2003). *A construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do CONDESE*. Aracaju: UFS. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).
- BELLUZZO, Luiz G. e ALMEIDA, Júlio G. de. (2002). *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- BRANDÃO, Carlos A. (2003). *A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais*. Campinas, IE/Unicamp. Tese de Livre docência.
- BRITO, A. F. e BONELLI, R. (1997). *Políticas industriais descentralizadas: as experiências européias e as iniciativas subnacionais no Brasil*. Texto para discussão. Rio de Janeiro, IPEA, jun.
- CAIADO, A. S. C. (2002). *Desconcentração industrial regional no Brasil (1985-1998): pausa ou retrocesso?* Campinas, IE/UNICAMP. Tese de Doutorado.
- CAMARA, Mamadou e SALAMA, Pierre. (2005). A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo, Boitempo.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. (2001). *CPI – FINOR*. Disponível em <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/comissoes/encerradas/cpi/legislatura-51/cpifinor/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em 17/02/2009.
- CANO, Wilson. (1988). Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico pós 1930. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. vol. 2, Olinda: p.67-99.
- _____. (1989). Urbanização: sua crise e revisão do planejamento. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 1, p. 62-82.
- _____. (1997). Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Economia e Sociedade*, n. 8, p. 101-41. Campinas.
- _____. (1998). *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995*. Campinas, Unicamp-IE.
- _____. (2000a). Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.), *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. (2000b). *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora da UNESP.
- _____. (2002a). *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____. (2002b). *Questão regional e política econômica nacional*. Mimeo., 2002.
- _____. (2008). *Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005*. São Paulo, Editora UNESP.
- CANO, Wilson. MOTA, F. C. M (2006). *Desconcentração produtiva e evolução regional da economia brasileira (1970-2005)*. Projeto Temático. São Paulo: UNICAMP (mimeo).
- CARLOS, Ana F. A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (Orgs.). (2006). *Geografia das metrópoles*. São Paulo, Contexto.
- CARNEIRO, Ricardo. (2002). *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Unesp/IE-Unicamp.

- _____. (2006). A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. *Política Econômica em Foco*, n. 7 – nov. 2005/abr. 2006.
- CARVALHO, Fernanda F. de. (2001). *Da esperança à crise – a experiência das políticas regionais no Nordeste*. Campinas, IE/Unicamp. Dissertação de mestrado.
- CARVALHO, J. Otamar de. (1988). *A economia política do Nordeste*. Brasília, Campus.
- _____. (2003). Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: GONÇALVES, Maria F., BRANDÃO, Carlos A. e GALVÃO, Antônio C. F. (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo, UNESP:ANPUR.
- CEDE/IE/UNICAMP. (2008). *Desconcentração produtiva e evolução regional da economia brasileira (1970-2008)*. Campinas, mimeo. (Projeto de Pesquisa).
- CEPLAN – Consultoria Econômica e Planejamento (2005). *Sergipe: desempenho, perspectivas econômicas e evolução dos indicadores sociais – 1970-2004*. Recife. (mimeo).
- CYSNE, R. P. (1999). Aspectos macro e microeconômicos das reformas. In BAUMANN, R. (Org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro, Campus.
- CLEMENTINO, Maria do L. M. (1990). *Complexidade de uma urbanização periférica*. Campinas, IE/Unicamp. Tese de doutorado.
- CORREIA, R. L. (1965). Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XXVII, n. 2, p. 233-258, abr./jun.
- CRUZ, Rossini C. da. (1999). *A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Campinas, IE/Unicamp. Tese de doutorado.
- DEDECCA, Cláudio S. e BALTAR, Paulo E. de A. (1997). Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. Especial, p. 65-84.
- DINIZ, C. C. (1993). Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, set..
- _____. (1995). *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, Texto para Discussão n. 375.
- _____. (2002). A nova configuração urbano-industrial no Brasil. In KON, A. (org.). *Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo, Editora perspectiva.
- DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B. (Orgs.). (2005). *Economia e território*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- DINIZ, J. A. F. (1970). A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. ano XXXI, n. 3, p. 103-150.
- _____. (1987). *O subsistema urbano-regional de Aracaju*. Recife: SUDENE-PSU-SRE.
- DUARTE, A. C. (1971). Aracaju e sua região. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano 30, n. 220, pp. 3-130, jan./fev.

- FACEPE. (2002). *O setor terciário de Pernambuco: um estudo exploratório*. Recife, (mimeo.).
- FEITOSA, Cid O. (2007). *As transformações recentes da economia sergipana (1970-2004)*. Campinas, IE/Unicamp. Dissertação de mestrado.
- FGV-IBRE. (1971). *Conjuntura Econômica*. Setembro, 25(9). Rio de Janeiro.
- FIES. (2007). *Sergipe: dinâmica recente e perspectivas do setor industrial*. Aracaju.
- FRANÇA, V. L. A. (1999). *Aracaju: estado e metropolização*. Aracaju: UFS.
- FURTADO, C. (1989) *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GONÇALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos Antônio e GALVÃO, Antônio Carlos F. (orgs.). (2003). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo, UNESP:ANPUR.
- GOODMAN, David E. e ALBUQUERQUE, Roberto C. de. (1974). *Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- GOVERNO DO ESTADO SERGIPE. *Legislação de incentivos do Estado de Sergipe*. Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, s/d.
- GTDN (1997). Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, out./dez. (Publicação de Documentos Técnicos e Científicos).
- GUIMARÃES NETO, L. (1984). Notas sobre emprego e indústria no Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 535-574, jul./set.
- _____. (1989). *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife: Fundaj. Editora Massangana.
- _____. (1995). Desigualdades regionais e federalismo. In AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Editora da UNESP.
- _____. (1996). A experiência brasileira de planejamento regional da perspectiva do Nordeste. In KONRAD ADENAUER STIGUNG. *A política regional na era da globalização*. Série Debates n. 12.
- _____. (1998). Ciclos econômicos e desigualdades regionais no Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*: Recife, v. 14, n. 2, p. 315-342, jul./dez.
- _____. (2002). Trajetória econômica de uma região periférica. In *Estudos Avançados/USP – Instituto de Estudos Avançados*, v. 11, n. 29. São Paulo: IEA.
- GUIMARÃES NETO, L.; GALINDO, O. (1992). Quem controla o que na indústria incentivada do Nordeste? Rio de Janeiro: *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano VI, n. 1.
- IBGE. Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996. Rio de Janeiro.
- _____. *Censos Demográficos, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000*. Rio de Janeiro.
- _____. (2005). *Contas regionais do Brasil 2003*. Rio de Janeiro, IBGE.

- _____. (2006) *Contas Regionais do Brasil, 1985-2004*. Rio de Janeiro.
- _____. *Censo Industrial, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985*. Rio de Janeiro.
- _____. (2007). *Contas regionais do Brasil 2002-2005*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2000. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/11/2007.
- _____. (2003). *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro.
- _____. Pesquisa Industrial Anual, 1996-2004. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 20/05/2006.
- _____. *Pesquisa Pecuária Municipal*. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 15/11/2007.
- _____. *Produção Agrícola Municipal*. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 20/05/2006.
- _____. (2005). *Produto interno bruto dos municípios 1999-2002*. Rio de Janeiro.
- _____. (2008). *Produto interno bruto dos municípios 2003-2006*. Rio de Janeiro.
- IBGE/IPEA/UNICAMP (2001). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA.
- IESAP – Instituto de Estudos Econômicos e Sociais Aplicados (1988). *Cenários da Economia Sergipana – 1988/1992*. Aracaju: SEPLAN/IESAP.
- INEP/SEPLAN – Instituto de Economia e Pesquisas/Secretaria de Estado do Planejamento (1986). *O Setor Industrial em Sergipe*. Aracaju: SEPLAN/SE.
- IPEADATA. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 07/02/2008.
- _____. (2009). *Indicadores sociais*. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 15/05/2009.
- ISTO É DINHEIRO (1999). *Leite de Rosas bate recorde de vendas e investe em nova unidade no Nordeste*. Revista Isto É Dinheiro, nº 114, 03/11/1999. Disponível em <<http://www.terra.com.br/dinheironaweb/114/negocios/neg114rosas.htm>>. Acesso em 21/11/2006.
- KON, A. (Org.) (2002). *Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- _____. (2004). *Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- LAPLANE, Mariano e SARTI, Fernando. (2006). Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: *Política Econômica em Foco*, nº . 7 – nov. 2005/abr. 2006.
- LESSA, Carlos. *A crise urbana e o circuito imobiliário*. Mimeo., s/d.
- LOPES, E. S. A. (2004). *Considerações sobre o panorama econômico, político e social do Estado de Sergipe*. Texto de apoio 3. Seminário do Pronord. Disponível em

<http://www.lead.org.br/filemanager/download/123/ConsiderPanoramaEconSE_ElianoSergio_PronordT1S3>. Acesso em 25/12/2008.

- LOUREIRO, K. A. S. (1983). *A trajetória urbana de Aracaju em tempo de interferir*. Aracaju, Instituto de Economia e pesquisas – INEP.
- MACEDO, Fernando C. e MATOS, Elmer N. (2007). O papel dos fundos constitucionais de financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. Belém/PA, *XII Encontro Nacional da ANPUR*, 21 a 25 de maio.
- MACEDO, Fernando C. e MATOS, Elmer N. (2008a). Notas sobre a atuação do FNE no estado de Sergipe. João Pessoa/ PB, *XIII Encontro Nacional de Economia Política*, 20 a 23 de maio.
- _____. (2008b). O papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 355-384.
- MACHADO, A. B. (1990). *Grande Aracaju: processo de uma metropolização emergente*. Aracaju: UFS. Dissertação de Mestrado.
- MACHADO, Giovani V. (2003). *Estimativa da contribuição do setor petróleo ao produto interno bruto do Brasil: 1997-2001*. Rio de Janeiro, ANP, Nota Técnica n. 18.
- MAGALHÃES, A. R. (1983). *Industrialização e Desenvolvimento Regional: a Nova Indústria do Nordeste*. Brasília: IPEA/IPLAN.
- MARICATO, E. (2000). Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 14(4).
- _____. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MATOS, Elmer N. (1994). *A indústria de suco de laranja concentrado congelado: Sergipe no contexto nacional*. UFPE/PIMES, Recife. Dissertação de mestrado.
- MATOS, E. N.; MELO, R. O. L. (2002). A estrutura do emprego industrial no Nordeste nos anos noventa. Ouro Preto/MG: *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 13, 4 a 8 de novembro.
- MELO, R. O. L., MATOS, E. N. e SANTOS, V. A. (2002). *Diagnóstico da cadeia têxtil confecção de Sergipe*. Aracaju, mimeo. Relatório de Pesquisa.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estabelecimentos de saúde e número de leitos hospitalares em Sergipe. Disponível em <www.datasus.gov.br>. Acesso em 01/05/2009.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE/DATASUS. *Causas da morbidade em Sergipe*. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obtse.def>>. Acesso em 05/05/2009.
- MONTEIRO NETO, Aristides. (2005). *Desenvolvimento regional em crise: políticas econômicas liberais e restrições à intervenção estatal no Brasil dos anos 90*. Campinas, IE/Unicamp. Tese de doutorado.
- MOREIRA, R. (1979). *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- NASCIMENTO, A. J. (1994). *A economia sergipana e a integração do mercado nacional (1930/80)*. Campinas: IE/UNICAMP. Dissertação de Mestrado.
- OLIVEIRA, L. G. (2000). *Federalismo e guerra fiscal: alguns aspectos, alguns casos*. São Paulo, Edições Pulsar.
- OLIVEIRA, C. A. B. de (2003). *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP.
- OLIVEIRA, F. de. (2000). A metamorfose de arribacã (Fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste). *Novos Estudos Cebrap*, n. 27, São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1977). *A economia da dependência perfeita*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Graal.
- OLIVEIRA, K. F. (2009). Demografia da pobreza em Sergipe: migração, renda e características municipais a partir dos anos 80. Campinas, NEPO/UNICAMP, Tese de Doutorado.
- PACHECO, Carlos Américo (1998). *Fragmentação da Nação*. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Economia.
- PIANCASTELLI, M. e PEROBELLI, F. (1996). *ICMS: evolução recente e guerra fiscal*. Texto para discussão nº 402, Brasília, IPEA, fev.
- PMA/SMS. Número de leitos hospitalares em Aracaju. Disponível em <www.aracaju.gov.br/planejamento>. Acesso em 01/05/2009.
- PRADO, Sérgio e CAVALCANTI, Carlos E. G. (2000). *A guerra fiscal no Brasil*. São Paulo, Fundap:Fapesp; Brasília:IPEA.
- RAIS/MTE. Número de estabelecimentos segundo a estrutura produtiva. Disponível em <<http://sgt.caged.gov.br/index.asp>>. Acesso em 12/04/2009.
- RIBEIRO, N. M. G. (1984). *Transformações recentes do Espaço Urbano de Aracaju*. Recife, UFPE. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- ROLNIK, Raquel e SOMESH, Nádia. (2003). Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In GONÇALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos Antônio e GALVÃO, Antônio Carlos F. (Orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo, UNESP:ANPUR.
- SANTANA, N. (1991). *A inserção do estado de Sergipe na política de incentivos fiscais do Nordeste: 1963-1988*. Aracaju: UFS, Monografia de Especialização em Ciências Sociais.
- SANTOS, M. (1982). *Ensaio sobre a urbanização Latino-Americana*. São Paulo, Hucitec.
- SECEX/MDIC. Balança comercial externa. Disponível em <www.mdic.gov.br>. Acesso em 30/10/2008.
- SEFIN/PMA. *Receitas e despesas orçamentárias de Aracaju*. Disponível em <http://www.aracaju.se.gov.br/planejamento/?act=fixo&materia=aracaju_em_dados>. Acesso em 22/04/2009.

- SEPLAN-SE. *Anuário Estatístico de Sergipe de 1970, 1980, 1992, 1996, 2000, 2003 e 2005*. Aracaju.
- SERGIPE, Governo do Estado. (1991). *Legislação de Incentivos do Estado de Sergipe: incentivos à indústria*. Lei n. 3.140, de 23 de dezembro de 1991.
- _____. (1995). *Lei Complementar n. 25, que cria a Região Metropolitana de Aracaju*. Aracaju, dez.
- _____. (2006). *Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI*. Atualização da Lei n. 3.140, através de lei n. 5.581, de 16 de março de 2006, publicada no D.O.E n. 24.984, em 21 de março de 2006.
- STN/Ministério da Fazenda. *Receitas e despesas orçamentárias de Aracaju*. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em 6/05/2009.
- SUDENE. (1999). *Boletim conjuntural Nordeste do Brasil*. Recife.
- TAVARES, Hermes M. (1989) *Uma experiência de planejamento regional: o Nordeste brasileiro*. Tese de Doutorado, Campinas, IE/Unicamp.
- VAINER, Carlos B. (1995). Regionalismos contemporâneos. In AFFONSO, Rui de Britto A. e SILVA, Pedro Luiz B. (orgs.). *A federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo, FUNDAP.
- _____. (2000). Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico urbano. In ARANTES, O. et al. (Orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- VALOR ONLINE. (2008). Aracaju vive forte expansão imobiliária. Disponível em <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=25716>. Acesso em 03/05/2009.

ANEXOS

Anexo A - Classificação das atividades do setor terciário⁴⁹

a) Serviços Distributivos

(i) Comércio (varejista ou atacadista)

- 1) comércio de produtos agropecuários
- 2) comércio de gêneros alimentícios
- 3) comércio de tecidos e artefatos de tecidos
- 4) comércio de móveis, tapeçarias e artesanato
- 5) comércio de papel impresso
- 6) comércio de ferragens
- 7) comércio de máquinas, aparelhos e instrumentos
- 8) comércio de veículos e acessórios
- 9) comércio de produtos químicos
- 10) comércio de combustíveis e lubrificantes
- 11) ambulantes
- 12) feiras
- 13) supermercados
- 14) lojas de departamento
- 15) produção e distribuição de gás

(ii) Transportes

- 1) tração animal
- 2) transporte rodoviário de passageiros
- 3) transporte rodoviário de carga
- 4) ferroviário
- 5) marítimo
- 6) aéreo
- 7) não definido

(iii) Comunicação

- 8) serviços postais

⁴⁹ Com base em FACEPE (2002: 28). Esta classificação foi utilizada na análise do emprego e no número de estabelecimentos do setor terciário, respectivamente nos tópicos 3.4 e 3.5.

9) comunicação e telefonia

(iv) Serviços de difusão

(v) Serviços diversos (atividades não definidas)

(vi) Serviços auxiliares de comércio de mercadorias

(vii) Serviços de armazenagem

b) Serviços ao Produtor

(i) Instituições financeiras

1) bancos de financiamento

2) caixa econômica

3) seguros

4) comércio de títulos e moedas

5) loterias

6) cartões de crédito

(ii) Serviços técnicos profissionais

1) jurídicos

2) contabilidade e auditoria

3) assessoria e serviços de informática

4) engenharia e arquitetura

5) publicidade e propaganda

6) tradução

7) estúdios de pintura

8) veterinários

9) outros serviços técnico-profissionais

(iii) Outros serviços prestados principalmente às empresas

1) limpeza e conservação

2) vigilância e guarda

3) serviços auxiliares da agricultura e pecuária

4) serviços auxiliares do comércio e indústria

5) serviços auxiliares de seguro

6) serviços de transporte não-rodoviário (agências de viagens, inclusive)

- 7) serviços auxiliares de transporte rodoviário (inclui locação)
- 8) serviços auxiliares de transporte marítimo
- 9) serviços auxiliares da atividade econômica

c) Serviços Sociais (e de Controle Social)

(i) Administração pública propriamente dita

- 1) poder legislativo
- 2) justiça e atividades auxiliares
- 3) administração federal
- 4) administração estadual
- 5) administração municipal
- 6) administração de autarquias
- 7) administração não definida
- 8) exército
- 9) aeronáutica
- 10) política militar
- 11) polícia civil
- 12) corpo de bombeiros
- 13) outros órgãos de governo

(ii) Serviços sociais públicos

- 1) previdência social pública
- 2) serviços médicos públicos
- 3) serviços de ensino público

(iii) Serviços sociais privados

- 1) serviços médicos particulares
- 2) serviços odontológicos
- 3) serviços de ensino particular

(iv) Serviços comunitários

- 1) assistência beneficente
- 2) sindicatos e associações de classe
- 3) instituições científicas e tecnológicas
- 4) instituições filosóficas e culturais

- 5) cultos e atividades auxiliares
- 6) entidades recreativas
- 7) organizações cívicas e políticas
- 8) serviços comunitários e sociais
- 9) organizações internacionais e representação estrangeira
- 10) limpeza pública

d) Serviços Pessoais

(i) Serviços de reparação e conservação

- 1) reparação de eletricidade
- 2) de veículos
- 3) de madeira
- 4) de instalações
- 5) outros tipos de reparação e conservação

(ii) Hospedagem e alimentação

- 1) serviços de alojamento
- 2) serviços de alimentação

(iii) Outros serviços pessoais

- 1) serviços de higiene pessoal
- 2) serviços de confecções
- 3) serviços pessoais não individuais
- 4) conservação de vestuário
- 5) serviços domésticos remunerados
- 6) serviços diversos de domicílio
- 7) serviços de diversão e promoção artística
- 8) outros serviços pessoais não definidos

Anexo B - Tabelas

Tabela A1
Nordeste
Nova indústria: número de empresas, investimento fixo e emprego por estados (A), regiões metropolitanas, capitais e/ou aglomerações (B): 1977 %

	Empresas	Investimento Fixo	Empregos	Empresas (B/A)	Investimento Fixo (B/A)	Empregos (B/A)
Maranhão	1,7	0,8	1,5			
- São Luís	0,9	0,4	0,3	52,9	50,0	20,0
Piauí	1,9	0,7	0,8			
- Teresina	0,8	0,1	0,3	42,1	14,3	37,5
Ceará	17,0	5,7	16,5			
- RM Fortaleza	13,4	4,3	13,3	78,8	75,4	80,6
Rio Grande do Norte	8,0	4,0	7,5			
- Natal	6,3	2,3	5,4	78,8	57,5	72,0
Paraíba	12,5	5,7	7,1			
- João Pessoa	7,3	3,5	4,1	58,4	61,4	57,7
Pernambuco	26,6	21,1	32,1			
- RM Recife	19,4	17,3	24,5	72,9	82,0	76,3
Alagoas	3,1	2,3	3,5			
- Maceió	1,9	0,7	1,5	61,3	30,4	42,9
Sergipe	3,6	1,6	2,8			
- Aracaju	2,0	0,9	1,4	55,6	56,3	50,0
Bahia	20,8	54,1	24,7			
- RM Salvador	14,1	48,5	17,3	67,8	89,6	70,0
Minas Gerais	4,8	4,0	3,5			
- Montes Claros	3,3	2,8	2,7	68,8	70,0	77,1
Total (A)	100	100	100			
Total (B/A)				69,4	80,8	70,8

Fonte: Magalhães, Antônio R. (1983: 283)

Tabela A2
Sergipe
Distribuição (%) do PIB por atividade econômica por Aracaju e o interior

		1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985	1996	1999	2000	2001	2002	2003
Agropecuária	Aracaju	0,7	0,2	0,1	1,1	0,3	0,6	0,5	0,3	1,9	1,8	0,3	1,6	1,3
	SE-Aracaju	99,3	99,8	99,9	98,9	99,7	99,4	99,5	99,7	98,1	98,2	99,7	98,4	98,7
Indústria	Aracaju	28,1	26,4	18,6	53,2	53,7	51,7	42,5	55,3	46,3	41,0	32,7	25,7	25,4
	SE-Aracaju	71,9	73,6	81,4	46,8	46,3	48,3	57,5	44,7	53,7	59,0	67,3	74,3	74,6
Construção civil	Aracaju				55,3	54,6	51,9	49,3	74,8					
	SE-Aracaju				44,7	45,4	48,1	50,7	25,2					
Serviços industriais de utilidade Pública	Aracaju				56,6	60,1	54,6	62,5	43,6					
	SE-Aracaju				43,4	39,9	45,4	37,5	56,4					
Indústria de transformação e extrativa Mineral	Aracaju				52,6	53,1	51,5	40,2	45,6					
	SE-Aracaju				47,4	46,9	48,5	59,8	54,4					
Serviços	Aracaju	42,8	42,5	56,6	61,5	63,8	66,2	60,4	69,3	42,9	44,3	46,1	46,9	46,2
	SE-Aracaju	57,2	57,5	43,4	38,5	36,2	33,8	39,6	30,7	57,1	55,7	53,9	53,1	53,8
Administração pública	Aracaju	55,0			69,9	74,4	77,1	77,3	69,8	25,7	26,3	28,2	27,1	26,8
	SE-Aracaju	45,0			30,1	25,6	22,9	22,7	30,2	74,3	73,7	71,8	72,9	73,2
Aluguéis	Aracaju	66,1			39,6	51,1	59,0	60,8	52,1					
	SE-Aracaju	33,9			60,4	48,9	41,0	39,2	47,9					
Comércio	Aracaju	68,3	59,1	53,0	73,5	62,1	70,9	61,3	63,8					
	SE-Aracaju	31,7	40,9	47,0	26,5	37,9	29,1	38,7	36,2					
Instituições financeiras	Aracaju				47,1	50,3	50,8	44,8	78,6					
	SE-Aracaju				52,9	49,7	49,2	55,2	21,4					
Outros serviços	Aracaju	28,4	35,4	59,6	63,8	75,3	73,6	74,4	90,2					
	SE-Aracaju	71,6	64,6	40,4	36,2	24,7	26,4	25,6	9,8					
Transportes	Aracaju	38,2			52,4	54,0	52,6	49,3	88,2					
	SE-Aracaju	61,8			47,6	46,0	47,4	50,7	11,8					

Fonte: Dados brutos extraídos de www.ipeadata.gov.br.

Tabela A3
Sergipe
Estrutura do emprego total: 1970, 1980, 1991 e 2000

	Sergipe				MRH de Aracaju				Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Terciário	66780	130323	255010	343941	35991	71567	140722	180268	34123	67766	115908	132763
Serviços de distribuição	24331	43656	76930	118408	12252	22517	40951	58207	11550	20856	32774	42458
Serviços ao produtor	2773	9310	20543	29387	1743	5770	14295	21696	1695	5761	12028	16449
Serviços sociais	19402	40030	86690	109862	11786	24032	48805	55914	11097	22740	41074	42153
Serviços pessoais	20274	37327	70847	86284	10210	19248	36671	44451	9781	18409	30032	31703
Indústria	30646	60656	82770	96425	15304	29516	39315	41570	13407	26033	31021	28155
Agropecuária	164070	149794	152194	131241	1402	4061	5945	5656	457	1369	2644	2600
Atividades mal especificadas	5756	1763	2214	6178	1650	682	402	3337	1320	577	214	2436
TOTAL	267252	342536	492188	577785	54347	105826	186384	230831	49307	95745	149787	165954

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela A4
Sergipe
Taxa de crescimento (%) médio anual do emprego:1970-2000

	Sergipe			MRH de Aracaju			Aracaju		
	1980/70	1991/80	2000/91	1980/70	1991/80	2000/91	1980/70	1991/80	2000/91
Terciário	6,91	6,29	3,38	7,12	6,34	2,79	7,10	5,00	1,52
Serviços de distribuição	6,02	5,29	4,91	6,27	5,59	3,98	6,09	4,19	2,92
Serviços ao produtor	12,88	7,46	4,06	12,72	8,60	4,74	13,01	6,92	3,54
Serviços sociais	7,51	7,28	2,67	7,38	6,65	1,52	7,44	5,52	0,29
Serviços pessoais	6,29	6,00	2,21	6,55	6,03	2,16	6,53	4,55	0,60
Indústria	7,07	2,87	1,71	6,79	2,64	0,62	6,86	1,61	-1,07
Agropecuária	-0,91	0,14	-1,63	11,22	3,53	-0,55	11,60	6,17	-0,19
Atividades mal especificadas	-11,16	2,09	12,08	-8,46	-4,69	26,51	-7,94	-8,62	31,03
TOTAL	2,51	3,35	1,80	6,89	5,28	2,40	6,86	4,15	1,15

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela A5
Sergipe
Estrutura do emprego segundo a posição na ocupação: 1970, 1980, 1991 e 2000

	Sergipe				MRH de Aracaju				Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Ocupação Agrícola	130258	127606	137033	108487	1394	3782	5462	5045	449	1128	2243	2192
Empregado Setor Privado	40059	92091	127813	186651	23061	53236	76606	104927	20747	48678	60311	74695
Empregado Setor Público	20819	33604	88871	86543	12431	19991	50479	41323	11734	18879	43046	30597
Autônomo	28361	48220	82180	114254	9757	16901	32406	48819	9130	15609	25419	36116
Empregador	2004	4162	13104	11065	499	1835	5518	6283	496	1788	5190	5767
Empregado Doméstico	8917	13116	26066	41387	5971	8733	15204	20482	5754	8438	12985	14282
Sem Remuneração Mais 15hs Agrícola	32649	20932	11952	250	8	66	81	5	8	41	23	189
Sem Remuneração Mais 15hs Demais Setores	3881	1315	5169	1478	1214	308	628	1139	977	288	570	1383
Auto-Consumo Mais de 15hs	0	0	0	27670	0	0	0	2808	0	0	0	733
Sem declaração	304	1490	0		12	974	0	0	12	896	0	0
Total	267252	342536	492188	577785	54347	105826	186384	230831	49307	95745	149787	165954

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela A6
Sergipe
Estrutura do emprego total (%): 1970, 1980, 1991 e 2000

	Sergipe				MRH de Aracaju				Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Terciário	24,99	38,05	51,81	59,53	66,22	67,63	75,50	78,10	69,21	70,78	77,38	80,00
Serviços de distribuição	9,10	12,74	15,63	20,49	22,54	21,28	21,97	25,22	23,42	21,78	21,88	25,58
Serviços ao produtor	1,04	2,72	4,17	5,09	3,21	5,45	7,67	9,40	3,44	6,02	8,03	9,91
Serviços sociais	7,26	11,69	17,61	19,01	21,69	22,71	26,19	24,22	22,51	23,75	27,42	25,40
Serviços pessoais	7,59	10,90	14,39	14,93	18,79	18,19	19,67	19,26	19,84	19,23	20,05	19,10
Indústria	11,47	17,71	16,82	16,69	28,16	27,89	21,09	18,01	27,19	27,19	20,71	16,97
Agropecuária	61,39	43,73	30,92	22,71	2,58	3,84	3,19	2,45	0,93	1,43	1,77	1,57
Atividades mal especificadas	2,15	0,51	0,45	1,07	3,04	0,64	0,22	1,45	2,68	0,60	0,14	1,47
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela A7
Sergipe
Estrutura do emprego do setor terciário (%): 1970, 1980, 1991 e 2000

	Sergipe				MRH de Aracaju				Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Serviços de distribuição	36,43	33,50	30,17	34,43	34,04	31,46	29,10	32,29	33,85	30,78	28,28	31,98
Serviços ao produtor	4,15	7,14	8,06	8,54	4,84	8,06	10,16	12,04	4,97	8,50	10,38	12,39
Serviços sociais	29,05	30,72	33,99	31,94	32,75	33,58	34,68	31,02	32,52	33,56	35,44	31,75
Serviços pessoais	30,36	28,64	27,78	25,09	28,37	26,90	26,06	24,66	28,66	27,17	25,91	23,88
Terciário	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela A8
Sergipe
Participação (%) regional da MRH de Aracaju e de Aracaju no emprego do terciário: 1970, 1980, 1991 e 2000

	MRH de Aracaju/Sergipe				Aracaju/Sergipe				Aracaju/MRH de Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Serviços de distribuição	18,35	17,28	16,06	16,92	17,30	16,00	12,85	12,34	32,09	29,14	23,29	23,55
Serviços ao produtor	2,61	4,427	5,606	6,308	2,538	4,421	4,717	4,783	4,71	8,05	8,547	9,125
Serviços sociais	17,65	18,44	19,14	16,26	16,62	17,45	16,11	12,26	30,83	31,77	29,19	23,38
Serviços pessoais	15,29	14,77	14,38	12,92	14,65	14,13	11,78	9,218	27,18	25,72	21,34	17,59
Terciário	53,89	54,92	55,18	52,41	51,10	52,00	45,45	38,60	94,81	94,69	82,37	73,65

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela A9
Sergipe
Estrutura do emprego segundo as classes das ocupações: 1970, 1980, 1991 e 2000

	Sergipe				MRH de Aracaju				Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
OCUPAÇÕES ADMINISTRATIVAS	16010	24145	53117	104671	8395	16090	33819	37925	8085	15652	29822	30289
OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E ASSEMELHADAS	16606	34512	63636	75831	8418	19144	35775	46780	7902	18105	30061	39041
OCUPAÇÕES DA AGROPECUÁRIA E DA PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL E ANIMAL	163027	146501	147556	79236	1607	3620	5708	3399	698	1099	2424	1332
OCUPAÇÕES DA PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL	964	2254	2364	1922	342	1397	1146	961	271	1268	964	794
OCUPAÇÕES DAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL	31110	60074	88295	133897	13706	25041	39047	53559	12178	22000	30063	34626
OCUPAÇÕES DO COMÉRCIO E ATIVIDADES AUXILIARES	7430	24306	49530	65426	4238	11149	22888	53111	4022	10441	18308	19667
OCUPAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	13059	32494	60676	105122	8045	19895	33134	28429	7700	18618	26457	35899
OCUPAÇÕES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	3140	3313	5102	4783	2299	2337	6439	3874	2186	2182	4886	2390
OUTRAS OCUPAÇÕES, OCUPAÇÕES MAL DEFINIDAS OU NÃO DECLARADAS	15906	14937	21913	6905	7297	7153	8419	2795	6265	6380	6802	1935
Total	267252	342536	492189	577793	54347	105826	186375	230833	49307	95745	149787	165973

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela A10
Sergipe
Estrutura do setor terciário segundo a classificação em quatro grandes atividades e sub-atividades

	Sergipe				MRH de Aracaju				Aracaju			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Serviços distributivos	24331	43656	76923	118407	12252	22517	40947	58204	11550	20856	32773	42468
Supermercado e Hipermercado		2559	5149	4775		1709	3513	2747		1611	2891	1881
Comércio varej. realizado em postos móveis, instalados em vias púb. ou em mercados	464	2621	12349	24626	320	1374	4984	9840	278	1282	3992	8173
Ambulantes de alimentação	2671	3898	1174	5924	1049	801	465	2714	992	690	440	1886
Serviços ao produtor	2773	9310	20971	29388	1743	5770	14323	21698	1695	5761	12033	16449
Investigação, vigilância e segurança		951	4265	5222		430	2946	3303		390	2024	2047
Atividades imobiliárias - exceto condomínios prediais	83	652	590	1128	70	615	476	1019	70	599	439	848
Condomínios prediais				1406				1304				964
Atividades de imunização, higieniz. e de limp. em prédios e em domic.	415	1373	2652	1833	281	827	2032	1095	272	772	1668	650
Serviços sociais	19402	40117	87217	109864	11786	24032	48804	55914	11097	22740	41073	42153
Serviço público	9724	15996	31692	45713	6470	10805	19842	23426	6146	10363	16829	16985
Administração do Estado e da política econômica e social – Federal	872	2841	2629	3263	539	1898	1730	1917	507	1865	1568	1529
Outros serviços coletivos prestados pela adm. pública – Federal				929				843				765
Administração do Estado e da política econômica e social – Estadual	1153	3408	6470	8663	801	2642	5158	6023	765	2633	4775	4809
Outros serviços coletivos prestados pela adm. pública – Estadual	2343	2141	4681	9056	1640	1599	3595	6945	1543	1482	2929	4691
Administração do Estado e da política econômica e social – Municipal	1684	3709	8011	21747	770	1533	3643	6249	663	1333	3064	4032
Outros serviços coletivos prestados pela adm. pública – Municipal		35	308	437		35	107	143		35	84	106
Forças Armadas	754	663	1111	819	671	627	784	669	695	607	599	550
Seguridade social	826	1819	1489	798	757	1572	1184	636	737	1538	1088	503
Serviços administrativos autárquicos	37	40	144		18	40	49		18	40	49	
Serv adm dos poderes públicos não incluídos nas classificações	1431	186	3695		931	137	1669		891	137	954	
Poder Legislativo	58	278	1370		50	217	757		46	213	682	
Justiça e atividades auxiliares	566	876	1784		293	505	1166		281	480	1037	
Educação	6311	15580	33262	41349	3160	8028	16085	18323	2926	7531	13402	14101
Educação regular, supletiva e especial pública	5399	12667	27688	32043	2657	6246	12034	12132	2450	5834	9892	9234
Educação regular, supletiva e especial particular	912	2913	5574	5758	503	1782	4051	3996	476	1697	3511	3212
Outras atividades de ensino				3548				2196				1655
Saúde	1667	5023	12047	13367	1200	3249	8162	9658	1260	3030	6956	7674
Saúde pública	687	3141	8004	8787	489	1827	4672	5766	489	1689	4045	4378
Saúde particular	844	1882	4043	4454	643	1422	3490	3826	627	1341	2911	3248
Outras atividades de saúde	136			126	68			67	144			48
Serviços pessoais	20274	44405	70842	86289	10210	19248	36670	44451	9781	18409	30031	31703
Turismo	1095	5108	15985	20575	506	2702	7891	10738	456	2521	6060	7804
Alojamento	328	984	1193	2015	183	715	776	1441	183	700	571	1063
Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes	767	4124	14792	17014	323	1987	7115	8779	273	1821	5489	6741
Atividades de alojamento e/ou alimentação não especificadas				1546				517				
Serviços domésticos	96	13347	26090	41388	59	8902	15229	20481	59	8599	13006	14282
TOTAL	66780	137488	255953	343948	35991	71567	140744	180266	34123	67766	115910	132773

Fonte: IBGE (Dados brutos), Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, Microdados.

Obs.: Classificação das atividades do terciário segundo FACEPE (2002), O setor terciário de Pernambuco: um estudo exploratório, ps. 28-31. Estrutura do setor terciário segundo a classificação em quatro grandes atividades, levando em consideração a metodologia do censo demográfico de 2000.

Tabela A11
Brasil, Nordeste, Sergipe e Aracaju
Número de estabelecimentos e pessoal ocupado no comércio e participação relativa (%): 1940-1985

Comércio total	Estabelecimentos			Pessoal ocupado			Estabelecimentos			Pessoal ocupado				
	Aracaju	SE	NE	BR	Aracaju	SE	NE	BR	SE/NE	SE/BR	NE/BR	SE/NE	SE/BR	NE/BR
1940		2.023	51.822	185.319		3.576	103.025	460.101	3,9	1,1	28,0	3,5	0,8	22,4
1950		3.845	85.751	274.945		6.701	162.032	702.738	4,5	1,4	31,2	4,1	1,0	23,1
1960	1.094	6.084	111.638	361.503	2.487	10.194	213.401	962.224	5,4	1,7	30,9	4,8	1,1	22,2
1970	2.010	7.883	195.524	628.595	5.821	14.930	382.365	1.749.897	4,0	1,3	31,1	3,9	0,9	21,9
1975	3.412	12.182	238.727	688.534	8.755	22.632	522.124	2.361.440	5,1	1,8	34,7	4,3	1,0	22,1
1980	3.080	9.108	357.361	931.527	10.379	23.209	805.966	3.259.658	2,5	1,0	38,4	2,9	0,7	24,7
1985		4.766	155.016	723.409		22.575	632.262	3.704.338	3,1	0,7	21,4	3,6	0,6	17,1
Comércio varejista														
1940		1.905	46.955	160.813		2.772	72.111	305.018	4,1	1,2	29,2	3,8	0,9	23,6
1950		3.639	78.776	248.058		5.661	130.707	512.125	4,6	1,5	31,8	4,3	1,1	25,5
1960	1.017	5.805	103.818	332.704	1.918	9.260	182.755	741.052	5,6	1,7	31,2	5,1	1,2	24,7
1970	1.952	7.702	184.956	587.472	5.397	14.284	338.287	1.449.624	4,2	1,3	31,5	4,2	1,0	23,3
1975	3.257	11.864	222.486	635.812	8.117	21.611	465.181	1.968.427	5,3	1,9	35,0	4,6	1,1	23,6
1980	3.020	8.916	347.835	885.558	9.761	22.170	749.169	2.817.273	2,6	1,0	39,3	3,0	0,8	26,6
1985		4.486	148.130	674.695		20.553	560.180	3.086.751	3,0	0,7	22,0	3,7	0,7	18,1
Comércio atacadista														
1940*		118	6.963	24.506		804	30.914	155.083	1,7	0,5	28,4	2,6	0,5	19,9
1950		206	6.975	26.887		1.040	31.325	190.613	3,0	0,8	25,9	3,3	0,5	16,4
1960	77	279	7.820	28.799	569	934	30.646	221.172	3,6	1,0	27,2	3,0	0,4	13,9
1970	58	181	10.568	41.123	424	646	44.078	300.273	1,7	0,4	25,7	1,5	0,2	14,7
1975	155	318	16.241	52.722	638	1.021	56.943	393.013	2,0	0,6	30,8	1,8	0,3	14,5
1980	60	192	9.526	45.969	618	1.039	56.797	442.385	2,0	0,4	20,7	1,8	0,2	12,8
1985		193	7.298	44.994		1.694	60.957	498.280	2,6	0,4	16,2	2,8	0,3	12,2

Fonte: IBGE, Censos Comerciais, vários números.

*Comércio atacadista e misto.